

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA EM VINTE E SEIS DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS:

Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, pelas 17 horas e 44 minutos, nos termos do artigo 3º da Lei nº 1-A/2020 de 19 de março, e posteriores alterações, reuniu, em Sessão Ordinária, no Auditório do Centro Cultural da Vila de Cucujães, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, sob a Presidência de **Bernardo Amaro Moreira Simões**, secretariado por **Manuel José Tavares Soares - Primeiro Secretário** e por **Daniela Patrícia Oliveira da Silva**, com a seguinte Ordem de Trabalho:

- 1. Primeiro Período de Intervenção do Público;** (intervenção, mediante inscrição prévia ou preenchimento do formulário disponível no site do Município - Assembleia Municipal, a enviar por via eletrónica para am.azemeis@cm-oaz.pt dirigido à Mesa da Assembleia.)
- 2. Informações Gerais;**
- 3. Período de Antes da Ordem do Dia;**
- 4. Ordem do Dia;**
- 5. Segundo Período de Intervenção do Público** (intervenção, mediante inscrição prévia ou preenchimento do formulário disponível no site do Município - Assembleia Municipal, a enviar por via eletrónica para am.azemeis@cm-oaz.pt dirigido à Mesa da Assembleia.)

Pontos da Ordem do Dia:

Ponto um: - Aprovação da Ata nº 05 - Sessão da Assembleia Municipal de 27-06-2022 - Aprovação;

Ponto dois: - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município - Apreciação;

Ponto três: - Revisão do Código de Boa Conduta, Ética e Cidadania do Município de Oliveira de Azeméis (I/55958/2022) - Aprovação;

Ponto quatro: - Alteração aos Estatutos da ENERGAIA - Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto (I/55783/2022) - Aprovação;

Ponto cinco: - Normas de funcionamento - Oficinas Temáticas “Natal a Brincar 2022” (I/51419/2022) - Aprovação;

===== **Ponto seis:** - Regulamento de controlo de acesso a Zonas Pedonais da cidade de Oliveira de Azeméis (I/41175/2022) - Aprovação; =====

===== **Ponto sete:** - Regulamento Municipal de Apoio ao Movimento Associativo (I/48000/2022) - Aprovação; =====

===== **Ponto oito:** - Regulamento Municipal para Atribuição de Benefícios Fiscais no âmbito da Derrama Municipal (I/53810/2022) - Aprovação; =====

===== **Ponto nove:** - Isenção do pagamento das mensalidades aos utentes da Academia Aquática Desportiva - (I/53050/2022) - Aprovação; =====

===== **Ponto dez:** - Protocolo de Colaboração Técnica no âmbito da Despoluição e Reabilitação das Linhas de Água do Município de Oliveira de Azeméis - Guardiões do Rio (I/47905/2022) - Ratificação; =====

===== **Ponto onze:** - Minuta de Adenda ao Contrato Interadministrativo de Apoio financeiro a celebrar com a União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madaíl - Realização de Obras Edifício Sede da Junta (I/48370/2022) - Autorização; =====

===== **Ponto doze:** - Minuta de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar com a União Freguesias Pinheiro Bemposta, Palmaz e Travanca - Alargamento de Vias no Lugar dos Covais (I/56074/2022) - Autorização; =====

===== **Ponto treze:** - Minuta de Protocolo de Delegação de Competências nos Agrupamentos de Escolas - Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) (I/53969/2022) - Autorização; =====

===== **Ponto catorze:** - Minuta de Protocolo a celebrar com Rotary Club de Oliveira de Azeméis “Ciclo de Conferências À conversa com...” 2022/2023 (I/50054/2022) - Autorização; ==

===== **Ponto quinze:** - Minuta de Protocolo de cooperação a celebrar com a Academia de Música de Oliveira de Azeméis (I/56313/2022) - Autorização; =====

===== **Ponto dezasseis:** - Proposta de Classificação de Caminho Público nº 88 - Freguesia de Macieira de Sarnes (I/50190/2022) - Aprovação; =====

===== **Ponto dezassete:** - Proposta de Classificação de Caminho Público nº 357 - Freguesia de Cucujães (I/50218/2022) - Aprovação; =====

===== **Ponto dezoito:** - Proposta de Classificação de Caminho Público nº 139 - Travanca - União de Freguesias do Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz (I/50211/2022) - Aprovação;

===== **Ponto dezanove:** - Colocação de sinais de trânsito em diversas ruas: Freguesia de Loureiro e União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madail (I/43180/2022) - Aprovação; =====

===== **Ponto vinte:** - Aquisição de 12 viaturas de 9 lugares (proc. 98/22 - PI/5804/2022) - (I/56008/2022) - Assunção de compromissos plurianuais e repartição de encargos - Autorização;

===== **Ponto vinte e um:** - Moção de Recomendação Apresentada pelo Bloco de Esquerda - Contrato, “Operação, reabilitação e manutenção do sistema de tratamento de águas residuais da ASTSM”, celebrado em 14/06/2017 entre a AMTSM e a LUSÁGUA - (I/57126/2022). =====

===== ***Verificou-se a presença dos seguintes Membros da Assembleia Municipal:*** =====

===== **PARTIDO SOCIALISTA (PS):** Bruno Armando Aragão Henriques, Maria Odete Martins Tavares Gomes Roma de Resende, Luís Filipe Moreira da Silva de Bastos Oliveira, Susana Cristina Azevedo Campos, João Pedro Santos Costa, Rui Jorge Duarte Rios Santos Rocha, Marisa Lopes de Sousa, Bruno Miguel da Silva Costa, João Manuel Oliveira Castro, José Ramos da Silva, José António Domingues Marques Lourenço, José Manuel Marques Ribeiro, Constança Correia de Melo, Óscar José Santos Teixeira, Vítor Manuel Cardoso Andrade, António Manuel Leite Marques da Silva, Simão da Costa Godinho, Gaspar de Sá Almeida e Manuel Alberto Marques Dias Pereira. =====

===== **PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA (PSD):** Helga Alexandra Freire Correia, Francisco José Gomes da Silva, João Rebelo Martins, Fernando Manuel Gomes Pais Ferreira, Diana Janete da Cunha Semblano, Celestino Pereira Santos, António João Cabral Paiva Ferreira dos Santos, Carla Susana da Silva Reis, António Filipe Costa Valente de Almeida Ferreira, José da Silva Queirós, Nuno Miguel Amaral Rocha e José Rodrigues dos Santos. =====

===== **PARTIDO POPULAR (CDS-PP):** António Pinto Moreira. =====

===== **CHEGA (CH):** Rudolfo Lourenço Ventura Rodrigues. =====

===== **BLOCO DE ESQUERDA (B.E.):** Alcino da Silva Martins. =====

===== **INDEPENDENTE POR CESAR (IC):** Augusto Moreira da Silva. =====

===== **JUNTOS PELA NOSSA UNIÃO (JPNU):** Susana Clara Mortágua Gomes. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa verificou a identidade e legitimidade dos seguintes membros: José Ramos da Silva que marcou presença nesta Assembleia para substituir a sua colega de partido Maria João Xará Martins, Susana Cristina Azevedo Campos que marcou presença nesta Assembleia para substituir a sua colega de partido Márcia Oliveira Gomes, Celestino Pereira Santos que marcou presença nesta Assembleia para substituir a sua colega de partido Maria da Graça Marques Casimiro de Almeida, Carla Susana da Silva Reis que marcou presença nesta Assembleia para substituir a sua colega de partido Ana Rita Gomes Costa e Nuno Miguel Amaral Rocha que marcou presença nesta Assembleia para substituir a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes - Florbela Neves de Sousa, em virtude dos mesmos terem solicitado a sua substituição. =====

===== ***Estiveram presentes por parte do Executivo Municipal:*** =====

===== Presidente da Câmara: Joaquim Jorge Ferreira; Vereadores: Rui Jorge da Silva Luzes Cabral, Inês Dias Lamego, Rogério Miguel Marques Ribeiro, Ana Filipa Pinho de Oliveira, Carla Maria de Pinho Rodrigues, José Domingos Campos da Silva e Joana Sofia da Silva Ferreira. =====

===== O Senhor ***Presidente da Mesa da Assembleia Municipal*** deu início à Sessão declarando: =====

===== Boa tarde. Queria iniciar esta assembleia com uma saudação e um agradecimento muito especial à Junta de Freguesia de Cucujães, ao Senhor Presidente, ao seu executivo, aos seus funcionários que foram incansáveis para que este espaço resultasse digno para a nossa assembleia municipal. =====

===== O Senhor ***Presidente da Mesa da Assembleia Municipal*** concedeu o uso da palavra ao Senhor ***Simão da Costa Godinho***, Presidente da Junta de Freguesia da Vila de Cucujães. =====

===== Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal Amaro Simões, Senhor Secretário da Mesa, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal Eng.º Joaquim Jorge, senhoras e senhores vereadores, senhores deputados, senhores Presidentes de Junta aqui

presentes e restantes autarcas, colaboradores municipais, colaboradores da Junta de Freguesia, comunicação social aqui presente, cucujanenses e oliveirenses aqui presentes e os que estão a seguir-nos através da Azeméis TV e de uma forma especial aos nossos emigrantes espalhados por todos os continentes. É com muita satisfação que recebemos pela segunda vez, no Centro Cultural da Vila de Cucujães, a Assembleia Municipal, órgão deliberativo da autarquia e mais emblemático da democracia local. A Vila de Cucujães, em unísono, dá as boas vindas a todos vós. A Vila de Cucujães tem uma área de 10,42 km² e uma população, segundo os censos de 2021, de 9963 habitantes, menos 6,9% do que em 2011. Tem uma localização privilegiada, pois está mais próxima das vias de ligação estruturantes como o IC2 e a A29, bem como centros urbanos como Oliveira de Azeméis, S. João da Madeira, Santa Maria da Feira e Ovar. É também uma entrada e saída, como quisermos, para a sede do concelho de Oliveira de Azeméis e para outros municípios vizinhos. A Vila de Cucujães, neste momento, está dotada com cerca de 92,9% de cobertura de água e 84,7% de cobertura de rede de saneamento básico. Poderão perguntar-me se estou satisfeito: claro que não, quero 100%. Cucujães já foi Couto, tem uma rica história e também já foi concelho. Numa das freguesias mais ricas no movimento associativo, de entre as várias coletividades desportivas destaco o Atlético Clube de Cucujães, o Clube Desportivo de Cucujães e o Núcleo de Atletismo de Cucujães. A nível cultural, destaco a Sociedade Filarmónica Cucujanense, o Museu Regional de Cucujães, a biblioteca, assim como o atelier do famoso escultor Paulo Neves, natural desta freguesia, e também o Tepas. Outras associações, como os Leões do Monte e o Joker Clube Motard. Finalmente, Cucujães é sede do Seminário das Missões e o seu Mosteiro com muita importância para esta freguesia; Fundação Condessa de Penha Longa e Fundação Manuel Brandão. As principais atividades económicas da Vila de Cucujães são a indústria, o comércio e os serviços. Os homens como D. Afonso Henriques, D. Martinho e D. Egas Odoriz deram-nos o direito à identidade e por isso com ambição, determinação, espírito de sacrifício e sentido de responsabilidade a Vila de Cucujães irá fazer tudo para implementar o desenvolvimento harmonioso e sustentado no nosso concelho, nomeadamente em Cucujães. Estou certo que todos os presentes nesta sala partilham desta vontade de tornar esta vila num local cada vez melhor para se viver. Da minha parte, a minha determinação é total, a ambição inquebrável e a esperança inamovível. É certo que somos humildes e não esquecemos que vemos os nossos sonhos realizados e acreditamos também que a Câmara Municipal vai continuar a apoiar-nos e fazer de Cucujães uma das melhores portas de saída e entrada do concelho de Oliveira de Azeméis. O meu muito obrigado.

===== Pelo Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====

===== Peço a vossa compreensão para constituir a plenitude da Mesa tendo em conta que a Márcia Gomes, por razões de saúde, no âmbito da sua maternidade, não consegue ainda

hoje estar presente. Com o vosso consentimento, convido a Daniela Silva para completar a Mesa. -----

Aproveito para dar nota que temos dois votos de louvor a duas nobres instituições que se aproximam de celebrar os seus centenários, são elas: o Correio de Azeméis e a União Desportiva Oliveirense. =====

===== O Senhor Presidente leu o voto de reconhecimento, congratulação e louvor ao Jornal Correio de Azeméis: “100.º Aniversário do Jornal Correio de Azeméis. Fundado em 05 de outubro de 1922, por Bento Landureza, o Jornal Correio de Azeméis ao longo deste século de existência tem mantido e reforçado um permanente serviço público de informação. No longínquo ano de 1922, num pós-guerra difícil, cujo marco militar na Praça José da Costa eterniza, extinguiu-se o império romano, foi assinado o tratado da união das Repúblicas Socialistas Soviéticas, foi eleito o Papa Pio XI e decorreram, como correm cem anos depois, eleições no Brasil. É curiosamente também o ano da fundação da BBC. Por cá, na convulsão da Primeira República, nascia José Saramago, o Prémio Nobel da Literatura Português. Sabendo adaptar-se aos novos desafios e aos avanços tecnológicos impensáveis em 1922, constitui-se um parceiro atento, colaborante e dinamizador, contribuindo para o sucesso e desenvolvimento do tecido empresarial e do movimento associativo do Município de Oliveira de Azeméis. Atravessou todo o Estado Novo e a censura que o caracterizou, acompanhou as primeiras eleições autárquicas de 1976, num inegável contributo para a afirmação do poder local democraticamente eleito. O Jornal Correio de Azeméis, num contexto de grande desafio para a imprensa local, tem-se revelado perseverante e resiliente; uma escola de jornalistas e iminentes colaboradores, dotados de sabedoria, competência e paixão enriquecendo o conhecimento dos seus leais assinantes e assíduos leitores, perpetuando a memória e o património histórico e documental de Oliveira de Azeméis. É uma das marcas mais reconhecidas pelos Oliveirenses. Do seu estatuto editorial, releva-se o compromisso de colocar os verdadeiros interesses do concelho de Oliveira de Azeméis como sua prioridade inquestionável, renovando o compromisso de respeitar os princípios deontológicos da imprensa e ética profissional, de modo a não prosseguir apenas fins comerciais, nem abusar da boa-fé dos leitores. Deste modo, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, reunida no dia 26 de setembro de 2022, tendo em conta os relevantes e valiosos serviços prestados ao município, às suas instituições e população, concretamente aos seus emigrantes, deliberou atribuir um voto de reconhecimento, congratulação e louvor ao Jornal Correio de Azeméis pela comemoração do seu centenário no dia 05 de outubro de 2022.” =====

===== Colocado à votação o voto de reconhecimento, congratulação e louvor ao Jornal Correio de Azeméis, foi o mesmo aprovado por unanimidade. =====

=====
 O Senhor Presidente leu o voto de reconhecimento, congratulação e louvor à União Desportiva Oliveirense: “Quando em 1922, Quirino, jogador do Sport Clube Oliveirense, ajudado por José Mória e o cunhado Cândido, gritaram “A casa é vossa, mas a rua é nossa. Viva a União Desportiva Oliveirense”, fundando simbolicamente a União Desportiva Oliveirense, estariam longe de imaginar a dimensão desse grito no desporto concelhio e distrital. Desde esse grito de alma passaram cem anos e a paixão de atletas, diretores, dirigentes, sócios, adeptos e patrocinadores ecoa ainda com a mesma força. Em cem anos a UDO tornou-se referência no futebol, no hóquei em patins e no basquetebol. Foi escola de formação de milhares de jovens que mais do que a técnica do desporto aprenderam lições de camaradagem, de esforço de equipa, de superação e de conquistas, mostrando que a força do coletivo supera sempre a força dos indivíduos. Oliveira de Azeméis deve à União Desportiva Oliveirense uma das marcas do concelho mais reconhecida no país. Oliveirense é sempre alguém Azeméis. Deste modo, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, reunida no dia 26 de setembro de 2022, tendo em conta os relevantes e valiosos serviços prestados ao município, às suas instituições e população, deliberou atribuir um voto de reconhecimento, congratulação e louvor à União Desportiva Oliveirense pela comemoração do seu centenário no dia 25 de outubro de 2022.” =====

=====
 Colocado à votação o voto de reconhecimento, congratulação e louvor à União Desportiva Oliveirense, foi o mesmo aprovado por unanimidade. =====

=====
 O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor **Eduardo Costa**, Diretor do Jornal Correio de Azeméis. =====

=====
 Caro Presidente da Assembleia, agradeço o voto de louvor agora aprovado e proposto por si, em seu nome e todos os autarcas desta distinta assembleia, público também presente e comunicação social, a todos, muito obrigado. Umas ligeiras palavras para dizer que há cem anos que o Correio de Azeméis acompanha e contribui para o desenvolvimento harmonioso do nosso concelho, dos oliveirenses, instituições e organizações. Na sua longa existência, esteve sempre disponível para promover e apoiar as iniciativas da comunidade e defender o interesse público. Cem anos de um jornal é um marco inigualável, é o único arquivo histórico do concelho. Um século de extraordinário serviço público que tem prestado a todos os oliveirenses, incluindo os que estão espalhados por todo o mundo. Uma data histórica a que certamente todos os oliveirenses se associarão. Um jornal que foi sempre um parceiro do poder político na construção da democracia, chamando à participação dos cidadãos, promovendo a discussão de temas relevantes para a nossa comunidade. Sempre empenhados em fazer um jornalismo isento e na construção da democracia, chamando à participação dos cidadãos, promovendo a discussão de temas relevantes para a nossa comunidade, sempre empenhados

em fazer um jornalismo isento e responsável que não persegue a especulação, muito pelo contrário, procura sempre a verificação dos factos e só publica o que não dispensa da missão de ser a voz dos que não tem voz. Chegados aos cem anos, o peso dessa responsabilidade fica maior. A maior responsabilidade é para com os nossos muitos milhares de leitores e para com a diversidade da comunidade que honrosamente e humildemente servimos. Sabemos da responsabilidade de um jornal que é transversal a toda a sociedade, com assinantes e leitores de todos os quadrantes político-partidários e sociais. O Correio de Azeméis é de todos os oliveirenses e de todo o nosso conceituado concelho. Quando percorro as páginas do Correio de Azeméis, nos primeiros anos, perco-me na riqueza do jornalismo então praticado, muito interventivo e que procuramos honrar todos os dias. Acreditamos que se os fundadores do Correio de Azeméis hoje o vissem orgulhar-se-iam. É um jornal que respeita os seus princípios, independência e ética, moderno no seu tempo, com a maior audiência dos congéneres da região e uma das maiores e destacadas a nível nacional. Um jornal que soube e sabe agarrar com assinalável sucesso as novas tecnologias de informação, sendo líder também no digital. Chegamos aos cem anos com esta vivacidade que temos a certeza que orgulha os oliveirenses. Sentimo-nos respeitados e acarinhados pela comunidade oliveirense em geral. Chegados aos cem anos seria uma injustiça não lembrar todos os que trouxeram até aqui, diretores, chefes de redação, redatores, colaboradores e muitos outros dedicados profissionais, com o seu trabalho e dedicação se construiu o que somos hoje. O Correio de Azeméis sempre foi e continuará a ser uma escola de jornalistas. Muitos cá se fizeram e deram seguimento às suas carreiras interessantes, alguns no jornalismo nacional. Como jovens jornalistas que aqui iniciam carreira, o vosso exemplo fica-lhes para sempre. Por isso, também se torna mais importante atender e a entender estarem disponíveis para colaborar com a sua nobre missão, contribuindo assim para um jornalismo de factos, de contraditório, de verdade. Como disse Manuel Machado, enquanto Presidente da Associação Nacional de Municípios, num congresso recente da associação nacional, um bom autarca respeita a sua imprensa. Uma última palavra para a parceria com o município para a celebração dos 100 anos. É como assistir a uma participação dos municípios em ocasiões semelhantes na sua imprensa, contudo, achamos de justiça assinalar o empenho e entusiasmo do Presidente da Câmara para que esta celebração tivesse a dignidade que é exigida. Obrigado a todos pela vossa atenção e continuem a contar com o Correio de Azeméis como parceiro para a construção da democracia e desenvolvimento do nosso amado concelho. Contamos ver-vos no próximo dia 05 de outubro, pelas 19h30, na Quinta do Torreão, em Cucujães, para participarem na cerimónia oficial e jantar. Obrigado pela vossa atenção. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor **Horácio Bastos**, Presidente da União Desportiva Oliveirense. =====*

===== *Boa tarde a todos. Obrigado Senhor Presidente, em seu nome pessoal cumprimentar todos os presentes. É uma honra para mim, enquanto Presidente da União Desportiva Oliveirense estar cá a receber este voto de louvor. A Oliveirense tem sido ao longo destes anos um parceiro estratégico do município de Oliveira de Azeméis. Parceiro estratégico, na divulgação do nome de Oliveira de Azeméis por este país fora e pelo mundo fora também. E, um parceiro estratégico, naquilo que diz respeito ao desenvolvimento dos jovens, porque hoje em dia é extremamente importante nós darmos saída aquilo que é a vocação que os jovens terão não só para aquilo que deve ser, a faculdade e a escola, mas também para a ocupação de tempos livres que hoje se prende muito com as redes sociais e a com a informática em excesso. Portanto, nós somos um parceiro estratégico também para o município nesse aspeto, porque temos centenas de atletas diariamente a treinar no centro de formação, no pavilhão da União Desportiva Oliveirense, tirando esses atletas ou esses jovens de vícios que poderão eventualmente ter na sociedade. Portanto, parceiro estratégico no desenvolvimento do nome; parceiro estratégico naquilo que diz respeito à sociedade, nomeadamente aos jovens e, portanto, é com muito orgulho que a União Desportiva Oliveirense recebe este voto de louvor. Para mim também é uma honra, enquanto Presidente da União Desportiva Oliveirense, sê-lo no centenário, mas gostaria também de dar uma palavra a todos os Presidentes que estiveram na União Desportiva Oliveirense ao longo destes cem anos, porque tudo aquilo que a Oliveirense criou até hoje não é fruto de uma pessoa, mas é fruto de centenas de pessoas: de diretores, presidentes, atletas, toda a comunidade que fez com que a União Desportiva Oliveirense fosse aquilo que é hoje. Um muito obrigado a todos e no dia 28 de outubro faremos o nosso jantar de centenário no Pavilhão Dr. Salvador Machado e convidava todos aqueles que pretendem se inscrever nesse jantar que o façam na secretaria do clube. Muito obrigado a todos. =====*

=====**INFORMAÇÕES GERAIS**=====

===== *Pelo Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito:*=====

===== *Chegou à mesa um voto de pesar, o qual passo a ler: “Proposta de voto de pesar pelo falecimento de Manuel Melo, ex presidente da Junta de Freguesia de Carregosa. Faleceu no passado dia 28 de junho, com 89 anos de idade, Manuel Melo Caetano de Almeida, eleito Presidente da Junta de Freguesia de Carregosa em 16 de dezembro de 1979, cargo que exerceu com zelo, empenho e honra, durante três mandatos consecutivos, até 1989. Ao longo da sua vida, destacou-se pelo exemplo de generosidade, desprendimento e dedicação que devotou à freguesia. Foi o segundo presidente da Junta de Freguesia de Carregosa na era democrática, tendo os êxitos obtidos durante os seus mandatos sido os grandes impulsionadores da sua elevação a vila. A ele se devem obras estruturantes de referência da freguesia, particularmente a implantação de um modelar Centro Social, Cultural e Recreativo, a construção do edifício sede da Junta de*

Freguesia, um Posto de Correios, o alargamento do cemitério e construção da sua capela mortuária interior. Foram, ainda, durante os seus mandatos, criadas várias ruas, expandida a rede viária em diversos lugares da freguesia, bem como outras infraestruturas que permitiram o desenvolvimento da indústria e o crescimento da construção, atraindo um maior número de habitantes, acrescentando prosperidade e progresso à Vila de Carregosa. Deste modo, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, reunida em 26 de setembro de 2022, associa-se à Junta e Assembleia de Freguesia de Carregosa, manifestando aos carregosenses, em geral, e à sua família, em particular, profundo pesar e consternação pelo falecimento do exemplar autarca Manuel Melo Caetano de Almeida, que marcou para sempre a história da Vila de Carregosa, município de Oliveira de Azeméis.” =====

===== Colocado à votação o voto de pesar pelo falecimento do Senhor Manuel Melo Caetano de Almeida, foi o mesmo aprovado por unanimidade. =====

===== Fez-se um minuto de silêncio. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia disse: =====

===== Ainda, neste momento da correspondência que nos chegou, queria apresentar uma mensagem do Dr. Miguel Portela, neste teor: “Prezados parceiros, venho desta forma informar que deixo hoje de exercer as minhas funções enquanto Diretor Executivo do ACES Aveiro Norte. No fim desta etapa profissional, vou com a convicção que dei o meu melhor e que do trabalho da minha equipa resultaram inúmeros benefícios para a população que esteve ao nosso cuidado. Acredito que mais e melhor ainda pode ser feito, daí ter decidido que, após os dez anos que levava no meu mandato, seria altura de renovar a direção do ACES Aveiro Norte. Este tipo de funções não pode, nem deve eternizar-se, daí a minha firme decisão de pedir a minha substituição. Agradeço desta forma simples, mas reconhecida, tudo o que fizeram para apoiar este ACES e por terem feito parte desta minha caminhada que agora termina. Certo que o futuro nos reserva a possibilidade de nos vermos, despeço-me com amizade. Miguel Portela.” Esta mensagem chegou-nos no dia 11 de agosto. Aproveito para desejar ao novo Diretor do ACES, Dr. Paulo Filipe Diz, as maiores felicidades no desempenho das suas novas funções. =====

== **1º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 23º DO REGIMENTO)** ==

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição dos munícipes José Pereira, António Coelho, Ana Moreira, António Neta, Cláudio Andrade, Constantino Tavares e Vítor Januário. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **José Guimarães Pereira**, residente em Cucujães.* =====

===== *Muito boa tarde. Sou o José Guimarães e moro na Rua da Misericórdia, em Cucujães. Certamente o Senhor Presidente já ouviu aquilo que eu vou falar e certamente o Senhor Presidente irá responder-me. Senhor Presidente, em 2019, nesta mesma sala, eu fiz uma pergunta ao Senhor Presidente acerca da rede de água para Rio D'Ossos, mais concretamente para a Rua da Misericórdia. O Senhor Presidente disse-me que essas obras eram da autoria da Câmara, que não havia mais orçamento, mas que iria fazer um esforço nesse sentido. Prometeu-me que se eu arranjasse dezanove assinaturas ia fazer o possível para trazer a rede de água para Rio D'ossos. Senhor Presidente, já lá vão três anos, não há água, os depósitos estão secos, a água está toda inquinada, não vejo solução e o Senhor Presidente nunca mais disse nada. Há dias mandei um email para o Senhor Presidente, não sei se foi recebido ou não. Senhor Presidente, diga-me, por favor, quando é que está prevista a água para Rio D'Ossos? Muito obrigado.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **António Coelho**, residente em Oliveira de Azeméis.* =====

===== *Boa tarde. O meu nome é António Vitorino Coelho, sou oliveirense, membro concelhio do Partido Chega e venho aqui colocar algumas questões ao senhor presidente da autarquia. São questões simples e diretas e agradecia que me fossem dadas respostas assertivas. Senhor Presidente, na estrada que liga Oliveira de Azeméis a Loureiro, mais propriamente no lugar de Ouriçosa, em Ul, existe o abatimento de uma parte da estrada, já há mais de dois anos, que se encontra sinalizada com uma grade, por vezes mal colocada. A minha pergunta é a seguinte: Senhor Presidente, para quando a resolução deste grave problema? O que tem feito a Câmara para o resolver? Se a Câmara tem pressionado as Estradas de Portugal, quais as respostas desta entidade? Não podemos ser moles com o executivo central. Como estamos hoje na freguesia de Cucujães, também aproveito para perguntar ao Senhor Presidente se tem alguma ideia de quando será asfaltada o resto da Rua Professor Leão. Será asfaltada ainda no ano de 2022? Senhor Presidente, esta rua foi batizada pelos moradores como a rua da vergonha e por esta altura muitas mais ruas do nosso concelho podiam adotar este nome, tal é o estado vergonhoso em que se encontram, infelizmente. Muito obrigado.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Senhora **Ana Moreira**, residente em Cucujães.* =====

===== *Boa tarde. O meu nome é Ana Catarina Moreira, sou cucujanense e como tal conheço a lacuna que Cucujães tem na área da prestação de serviços de saúde de qualidade. Por*

esse motivo, decidi aplicar os meus conhecimentos e investir na minha Vila de forma a melhorar a qualidade de vida da população. Como jovem empreendedora, concorri aos apoios de empreendedorismo da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, sendo eles: o apoio ao empreendedorismo jovem e à criação do próprio emprego/ ideia de negócio do município de Oliveira de Azeméis, consta no Programa Azeméis Empreende+; e, o programa de incentivos ao investimento e empreendedorismo no concelho de Oliveira de Azeméis. No entanto, em vez de ser aconselhada e apoiada pela Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, aconteceu o seguinte: eu cumpri nas datas previstas na lei, até 31 de dezembro de 2021, para o Gabinete de Apoio ao Empreendedor e encaminhei também o mesmo email para a Dra. Margarida Velhas, conforme me foi aconselhado. No dia 03 de janeiro de 2022, a minha candidatura foi aceite com o número de candidatura associado E/141/2022 e E/144/2022, respetivamente. Como não obtive qualquer resposta, no dia 21/02/2022 e no dia 21/06/2022, questionei o mesmo gabinete sobre o estado da minha candidatura. No entanto, continuo sem resposta. Como tal, sem meios para conseguir resolver aqui esta questão, questionei diretamente o Senhor Presidente da Câmara no dia 25/07/2022, que não me deu qualquer resposta. No passado dia 16/09/2022, volto a referir ao Senhor Presidente, por email, que aguardo resposta, o qual me respondeu que “Informo que aguardo esclarecimentos”. Até hoje, sendo que me candidatei no dia 31/12/2021, continuo sem qualquer apoio e sem qualquer resposta. Venho cá perceber o motivo pelo qual não obtive qualquer resposta de uma entidade que deveria ser a primeira a apoiar os jovens a investir no concelho e perceber qual será o procedimento visto que já passou 1 ano, 9 meses e 26 dias desde a candidatura e até hoje não tenho qualquer resposta, muito menos recebi qualquer apoio. Muito obrigada. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **António Neta**, residente em Oliveira de Azeméis. =====*

===== Boa tarde. Na verdade, estou aqui com a difícil tarefa de representar a classe a que pertença há muitos anos, penso que os senhores já identificaram, e que me incumbiram de os representar nesta mensagem que venho dirigir à Assembleia Municipal. Eu gostaria até de estar enquadrado pelos meus colegas que estão lá em baixo, na segunda e terceira fila principalmente, para todos tentarmos ter mais força. Peço, portanto, não sendo isso possível que me vejam aqui com os meus colegas de fundo. O nosso apelo decorre de uma reunião que fizemos, uma assembleia que fizemos, na semana passada, 6.ª feira, para refletirmos em conjunto, enquanto classe profissional, sobre o problema que tem vindo a ser abordado publicamente da possível transferência do Tribunal do Trabalho e dos Juízos de Execução para concelhos limítrofes. Nós entendemos, como advogados, que temos uma palavra especial a emitir neste assunto, uma palavra em termos de dever e de direito, por razões que podem facilmente ser explicadas, mas que não virão aqui ao caso, penso que nenhum dos senhores presentes porá em causa. Relacionado

com esse assunto, uma palavra de preocupação a transmitir à Assembleia Municipal e um apelo a fazer. Gostaria, no entanto, de previamente deixar bem claro que sabemos e temos em consideração por isso, que o Senhor Presidente da Câmara está informado do assunto, tem vindo a fazer diligências sobre o assunto, se propõe e vai com certeza continuar a fazer diligências sobre o assunto. A nossa preocupação não é essa, porque sabemos que o assunto está bem confiado e bem entregue; a nossa preocupação é outra, é que receamos que por mais que o Senhor Presidente da Câmara faça possa não ir já a tempo. No entanto, gostaríamos que ficasse claramente ressalvado que com esta nossa abordagem do assunto não temos nenhum confronto a fazer com o Senhor Presidente da Câmara, pelo contrário estamos em solidariedade perfeita, sabemos aquilo que ele tem feito e que vai continuar a fazer. Nós, lamentavelmente, assistimos nos anos 2013 e 2014 a uma reforma da justiça que privou Oliveira de Azeméis, o concelho de Oliveira de Azeméis, dos serviços de justiça mais importantes que sempre teve. Oliveira de Azeméis é Comarca de 1ª, foi Sede de Círculo. Quando comecei a trabalhar, em 1976, Oliveira de Azeméis era uma comarca de prestígio, era a corregedoria, tínhamos aqui todos os serviços de justiça instalados e a funcionar em pleno e de nível e prestígio nacional. Com a reforma de 2013 e 2014, perdemos a Instância Central Cível, a Instância Central Criminal, perdemos os serviços mais importantes de ordem cível e de ordem criminal, perdemos o Tribunal de Família e dão-nos como consolação o Tribunal do Comércio, o Juízo do Comércio e o Juízo de Execução. E os juízos de execução no limite, por aquilo que sabemos, porque a Câmara se dispôs a pagar um local onde vem funcionando a secretaria, porque os juízes continuaram a ter os seus gabinetes no Palácio da Justiça e os julgamentos continuam a ocorrer no Palácio da Justiça, mas a secretaria, o local onde os funcionários trabalham, vem funcionando no rés-do-chão do edifício Dighton, mediante o compromisso da Câmara do pagamento da respetiva renda. Este foi um compromisso, tanto quanto sabemos, encontrado no limite para poder salvar os juízos de execução e é esses juízos que estão no centro desta polémica e que poderá levar à transferência para um concelho vizinho. Nós entendemos que as pessoas só se vão aperceber da falta do serviço se essa falta se consumir. E, portanto, devemos agir por prevenção e não esperar para reagir contra o consumado. Nós sabemos que estamos num concelho com uma população de 66.000 habitantes, estamos num concelho que é uma força social e económica de topo ao nível do melhor do distrito e do norte e centro de país e que necessitamos de ter junto de nós, na proximidade, os serviços básicos ao funcionamento da sociedade. E um dos serviços é a justiça e sempre tivemos até hoje, ou melhor, tivemo-la até 2013/2014, e o que o digam os colegas que correm diariamente para Santa Maria da Feira e os clientes que têm que ir atrás deles para Santa Maria da Feira e para S. João da Madeira porque as questões mais importantes já foram retiradas a Oliveira de Azeméis. E vão levar um novo golpe se não houver medidas extraordinárias e esse golpe vai ser a transferência, ou transitória ou definitiva, dos juízos de execução e do tribunal de trabalho. A questão, como todos sabem, tem a ver com o facto do tribunal de trabalho, que está instalado na Avenida António José de Almeida, não ter aparentemente condições condignas por deixar infiltrar águas,

humidade, por não satisfazer condignamente os serviços que aí estão instalados. Sabemos também que o problema do juízo de execução é aquele que eu referi há bocadinho, é ter o corpo de um lado, isto é, no rés-do-chão do Hotel Dighton e tem a cabeça, que são os juízes, no Palácio da Justiça. É evidente que isto não dignifica os serviços, não contribui para a produtividade dos serviços e surgiu, segundo se diz, a preocupação da Câmara Municipal de terminar com esta relação e daí nasce este problema: os juízes de execução irão sair de Oliveira de Azeméis. Pergunta-se: irão sair mesmo? A leitura que fazemos, nós advogados, depois de termos refletido sobre o assunto e alguns de nós depois de ter recolhido informações de fontes bem informadas, estamos convencidos que se não houver um envolvimento extraordinário da comunidade, isso vai acontecer. E foi por isso que nós escolhemos na sexta-feira, por coincidência havia Assembleia Municipal, nós entendemos que devíamos desta vez, ao contrário do que não foi feito em 2013/2014, vir alertar que este é o segundo golpe que vai ser dado na comarca de Oliveira de Azeméis, nos tribunais de Oliveira de Azeméis e devemos alertar já que na Assembleia Municipal estão as forças da maior responsabilidade do município, temos a Assembleia Municipal, a Câmara Municipal, os Presidentes das Juntas de Freguesia, nada melhor do que cumprirmos com o nosso dever de alertar e chamar a atenção para isso. É nesse sentido que aqui estamos. Deixem-me dizer-lhes mais uma coisa: desgraçadamente a reforma da justiça operada em 2013/2014 afastou-se da organização administrativa do país. Nós até aí tínhamos, de um modo geral, em cada concelho uma comarca; de um modo geral as comarcas correspondiam à área do concelho e a partir de 2014 as comarcas passaram a corresponder ao distrito. No distrito de Aveiro temos só uma comarca, organizada em dois polos, o polo sul e o polo norte, e nós ficamos no polo norte. O Ministério da Justiça, numa perspetiva de gestão, que tem que administrar o serviço da justiça aos cidadãos, é confrontado com um problema que decorre de ter um juízo de execução em Oliveira de Azeméis mal instalado, que não satisfaz os serviços, não satisfaz os funcionários, que não satisfaz os juízes e também não satisfará a população; temos um tribunal de trabalho nas mesmas condições, não temos solução alternativa mas temos nos concelhos vizinhos edifícios com condições capazes de albergar estes serviços. Então, o Ministério da Justiça pensa “eu tenho ao lado de Oliveira de Azeméis estruturas disponíveis e livres, se eu não consigo servir com estruturas que estão em Oliveira de Azeméis, vou servi-las com estruturas que estão ao lado. São oito ou nove kms de distância, eu cumpro o meu dever, eu Ministério da Justiça cumpro o meu dever, a justiça não é posta em causa, Oliveira de Azeméis só tem que se deslocar mais oito ou nove kms e vai ter o Tribunal de Trabalho ao lado e o Juízo de Execução ao lado”. E, daqui a uns tempos, não teremos mais tribunal e daqui a uns tempos todos choraremos. Eu não tenho dúvidas de que é esta a leitura que o ministério está a fazer. E se nós, em Oliveira de Azeméis, queremos continuar a ter tribunais: os tribunais de trabalho, os juízos de execução e evitar que os nossos cidadãos, nós todos e os cidadãos que nós servimos, passem a ter de correr cada vez mais para os concelhos vizinhos, nós vamos ter que fazer alguma coisa. As indicações que nós temos é que do ponto de vista da gestão da coisa pública ao nível do ministério da justiça, isto está a ser

pensado assim e é assim que vai ser decidido. Não podemos fazer as coisas condignamente em Oliveira de Azeméis, vamos fazer nos concelhos vizinhos e nós que temos vindo sucessivamente a perder serviços vamos continuar a perder estas valências que são importantes. Não obstante sabermos o esforço que o Senhor Presidente da Câmara tem feito, este era o apelo que queria deixar aqui, que é a segunda parte da minha intervenção, a primeira parte foi informar a nossa visão é esta, estamos convencidos que isto vai acontecer se não houver um esforço conjunto e o apelo que eu faço é que haja um envolvimento, uma consciencialização de toda a comunidade e da Assembleia Municipal para apoiar, servir de conforto, de estímulo à Câmara Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal para que ele nas diligências que vai fazer, que já tem programadas e noutras que possa vir a pensar, não poupe esforços para evitar que isto venha a acontecer. Ou nós, isto é o que nós pensamos como advogados, Oliveira de Azeméis apresentamos uma alternativa ao Ministério da Justiça que permita continuar a prestar os serviços que atualmente estão a ser prestados pelos juízos de execução ou perdemos os juízos de execução; ou nós encontramos alternativa que possa instalar o tribunal de trabalho enquanto o tribunal de trabalho possa entrar em obras ou perdemos o Tribunal de Trabalho; ou nós calçamos os sapatos e vamos pedir licença para entrar dentro do Tribunal de Trabalho e de resolver de imediato alguns dos problemas que é possível e resolver, com a autorização do Ministério da Justiça, para tentar acalmar esta onda e suster esta onda ou se não o fizermos o Tribunal de Trabalho vai embora. Eu gostava de lembrar, que em Anadia transitoriamente está um Tribunal de Comércio há oito anos e não se sabe quando vai mudar, era para estar em Aveiro e foi para Anadia. Em Oliveira do Bairro, está provisoriamente um Tribunal de Família desde 2014, não sabemos quando é que de lá vai sair. Se o Tribunal de Trabalho sair de Oliveira de Azeméis, ainda que com o ímpeto de saída provisória, não sabemos quanto tempo irá ficar fora e se esta transitoriedade não se transformará em definitivo. E o mesmo acontecerá aos Juízos de Execução. Nós tivemos sorte, temos aqui hoje reunidos os órgãos de administração do município e é o município que está em causa, é o concelho que está em causa, é a nossa população que está em causa e nós temos que em conjunto apoiar o nosso Presidente de Câmara a tomar medidas extraordinárias. Eu recorde que aqui ao lado, há uns anos, ardeu um tribunal, mas no dia seguinte o tribunal continuou a trabalhar noutro lado. Quem resolveu? Eu recorde que mais ao lado, há uns anos, houve um alerta que o palácio da justiça oferecia risco de queda, pois criou-se logo um tribunal ao lado. Quem é que o criou? Foi a Câmara, sendo a câmara é o município, somos todos nós, não é só a câmara, somos todos nós. Pois, façamos o mesmo aqui, em nome do concelho, em nome dos sessenta e seis mil habitantes, em nome dos cidadãos, em nome das empresas, em nome daqueles que diariamente vêm para Oliveira de Azeméis e trabalham em Oliveira de Azeméis, em nome de todas as empresas estrangeiras que acorrem ao nosso concelho em nome da força económica do nosso concelho, nós temos que encontrar uma solução para o Tribunal de Trabalho e para os Juízos de Execução e já não digo para trazer de volta o Tribunal de Família. Eu gostaria de ter sido capaz de sensibilizar os senhores para a importância que isto tem e que amanhã não

viéssemos a ter razão na mensagem que os advogados hoje vieram aqui trazer. Esta é uma mensagem que não é política, mas é política porque é o lugar certo onde os senhores tomam decisões importantes. Peço a vossa melhor atenção para este assunto. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====*

===== Boa tarde a todos e a todas. Eu começaria por cumprimentar o senhor presidente da assembleia municipal, os senhores secretários, os caros colegas de executivo, os senhores deputados municipais, um cumprimento especial aos senhores presidentes de junta de freguesia e um cumprimento particularmente carinhoso para o senhor presidente da junta de freguesia de Cucujães Simão Godinho, que nos acolhe no seu território, nesta terra de gente humilde, de gente trabalhadora, a terra de figuras ilustres e também terra de um movimento associativo riquíssimo. Já foram aqui evidenciadas várias coletividades: o ACC, o CDC, o NAC, os Leões do Monte, enfim não convém referenciá-las porque senão esquecemos e são todas igualmente muito importantes, mas são efetivamente coletividades que no domínio do desporto, no domínio da cultura, no domínio da ação social prestigiam muito esta freguesia e prestigiam particularmente o nosso concelho. Cumprimentar também o público aqui presente e o público que nos acompanha a partir de suas casas através dos órgãos de comunicação social. Dizer-vos que é com muita alegria que vejo esta assembleia repleta de gente, gostaria de ver isto acontecer mais vezes porque é assim que se honra e prestigia a democracia. Dar também um cumprimento aos colaboradores da autarquia que asseguram o funcionamento desta assembleia e, naturalmente, quando falo da autarquia falo da câmara municipal e dos colaboradores da junta de freguesia de Cucujães. Cumprimentar também os senhores representantes da União Desportiva Oliveirense e do Correio de Azeméis, instituições que assinalam este ano um século de existência. Dar-lhes os parabéns por este percurso, que é um percurso que sobretudo homenageia todos aqueles que trabalharam durante todos estes anos para que estas instituições fizessem um relevante serviço público, ajudassem a promover, conforme foi aqui dito, aquém e além-fronteiras o nome de Oliveira de Azeméis. Portanto, muito grato a ambas as instituições por este percurso absolutamente extraordinário que fizeram para promover o nosso território. Dando resposta às questões que foram colocadas, começaria pela intervenção do senhor José Guimarães Pereira, que se referiu à Rua da Misericórdia em Cucujães, mais concretamente a sua questão prende-se com a rede de água em Rio D'Ossos. Nós estamos a falar da necessidade de uma extensão, não queria resumir a necessidade apenas à rede de água, temos um problema de rede de água e de rede de saneamento, estamos a falar desde a zona da antiga empresa Beliape até Rio D'Ossos e, portanto, estamos a falar de cerca de 1,5 km, que tem uma parte do seu trajeto, cerca de 600 metros, meeiro com o município de Ovar. A solução técnica mais aconselhada é entregarmos o saneamento recolhido no município de Ovar, nós estamos a negociar com o município de Ovar a execução

conjunta da rede de água e saneamento e a intervenção também na rede viária. Julgo que esta semana vamos ter uma reunião por causa da Rua do Marco, que é também uma rua meeira, e vamos procurar através desse acordo intervir não só na água, mas também no saneamento. Deixe-me dizer-lhe senhor José Guimarães, nós estamos a fazer também os projetos necessários para estas coisas, não tínhamos projetos, estamos a fazê-lo para todo o concelho, sem exceção, e obviamente que o que acontece é que quando nós vamos recebendo avisos com determinadas condições aquilo que nós fazemos é, naturalmente, acolhermos essas prioridades, acolhermos esses investimentos e adaptamos os nossos recursos financeiros para lhes procurar dar resposta. É evidente que nós estamos totalmente sensíveis ao problema que referiu dos poços secos, da água inquinada e, portanto, da impossibilidade de vocês serem abastecidos pela rede pública de água e, portanto, aquilo que eu espero, sem me comprometer com prazos porque obviamente quando nós fazemos isso corremos o risco de falhar, é de procurarmos com este acordo com a Câmara Municipal de Ovar darmos uma resposta muito rapidamente para esse problema. Em relação à intervenção do senhor António Vitorino Coelho, dividida em duas partes, a primeira delas uma intervenção na Rua de Ouriçosa, Ul. Inteiramente de acordo, há muito tempo que aquilo está naquele estado, infelizmente. Faz parte de um pacote de muros de suportes de terras que são perigosos, estamos a procurar contratar esse pacote de muros de suportes de terras, não tem sido fácil, mas obviamente estamos atentos, já equacionamos várias soluções com pré-fabricados, com muros convencionais, com muros de betão, mas vamos procurar fazê-lo o mais rapidamente possível, embora o problema não se circunscreva à Rua de Ouriçosa, Ul, referiu essa porque conhece, mas temos vários casos nessas circunstâncias. Em relação à Rua Prof. Leão, esta rua está no estado lamentável em que está porque recebeu rede de saneamento. A rua recebeu esta infraestrutura básica e, portanto, os moradores desta rua têm acesso neste momento a essa infraestrutura básica. A morosidade na repavimentação da via tem a ver com uma solução que nós queremos para as águas pluviais. Ainda no mês passado estivemos lá com o empreiteiro a analisar as possibilidades de as entregar em alguns locais, em meios hídricos, porque a intervenção na Rua do Mosteiro eliminou algumas possibilidades que nós tínhamos de orientar para esses pontos as águas pluviais. Não temos condições para o fazer e, portanto, temos que fazer uma rede de águas pluviais, estamos a falar de uma pendente muito grande, desde a Rua do Mosteiro até à Rua Prof. Leão, portanto temos uma quantidade grande de águas que chegarão ali e que naturalmente não queremos que prejudiquem os moradores, nem as pessoas que utilizam diariamente a rua. Estamos a trabalhar no projeto das águas pluviais, julgo que teremos todas as condições para até ao final deste ano termos intervenção nas águas pluviais e termos também a repavimentação da via. Estamos precisamente a tratar de a lançar a concurso. Em relação à intervenção da senhora Ana Catarina Moreira, eu julgo que se está a referir à empresa Moreira & Catarina, Lda., eu conheço o email que enviou no dia 16 de setembro, às 10h04m ao qual eu respondi às 10h18m. Deixe-me dizer-lhe que eu vou procurar junto dos serviços perceber o que é que se passou. Eu dei resposta aos serviços para contactarem consigo, a informação que me

deram na altura foi que em relação aquilo que é exigido no regulamento não entregou a descrição do projeto, não entregou a análise do mercado, não entregou o plano de marketing e estratégia comercial, não entregou o estudo de investimento e viabilidade económico-financeira, não entregou o modelo de controlo e gestão do negócio, não entregou o comprovativo de licenciamento / autorização se for aplicável. Estas são as informações que eu tenho, aquilo que me foi fornecido na altura. E, portanto, como este não é o local para estarmos aqui a dirimir quem tem razão ou quem não tem razão, o meu compromisso é procurar perceber o que é que falhou e porque é que não lhe comunicaram a necessidade de cumprir com todos os documentos, aliás que constam do formulário de candidatura como sendo obrigatórios. Procurar perceber por que é que não houve aqui uma colaboração, um esclarecimento. Vai aguardar que os serviços, que eu vou contactar, lhe respondam para percebermos o que é que falhou aqui em termos de comunicação. É um formulário muito simples, tem havido associações a candidatar-se e têm sido apoiadas, têm que cumprir obrigatoriamente as exigências da candidatura, como é evidente. O que lhe posso dizer em relação a este processo, é que na altura os esclarecimentos que me prestaram foram estes, em relação a um conjunto de documentação que não foi entregue. O porquê de não lhe terem dito que tinha que entregar esta documentação, o porquê de não fazerem as comunicações ou a colaboração que é necessária para que a candidatura fosse corrigida e apresentada, é naturalmente as explicações que eu vou procurar obter junto do serviço competente e, portanto, é isto que eu tenho para lhe dizer. Em relação à intervenção do Dr. António Neta, naturalmente que eu sou sensível à preocupação e sou sensível ao apelo que nos faz. As vossas preocupações são legítimas, atendendo até ao historial que nós temos tido, efetivamente, de perda de um conjunto de serviços públicos relevantes no nosso concelho e também concretamente em matéria de justiça. É bom que estejamos todos alinhados no sentido de impedirmos que estes serviços sejam deslocados para outros concelhos, com prejuízos claros para este território e para as suas populações. Disse algumas coisas que eu tenho que naturalmente corrigir. A primeira delas, é quando manifesta preocupação e manifesta também o seu receio de que já não vamos a tempo. Até pode ter razão, não sei se terá razão, eu quero acreditar que não e por isso é que tenho amanhã uma reunião, às 15h, com a Tutela. Eu não quero crer que a Tutela tome uma decisão destas sem ter uma conversa prévia com o Presidente da Câmara, sem ouvir os advogados, sem ouvir a população sobre uma questão tão importante como esta. Dizer de forma muito clara que eu não tenho nenhuma comunicação oficial sobre esta decisão, nunca fui contactado sobre este processo, nunca me foi sequer intuído que isto poderia vir a acontecer. Manifestei na altura, porque é assim que eu sei fazer as coisas, exatamente o estado de alma em que estava porque foi uma repleta surpresa em relação a uma resposta titubeante que foi dada na sequência de uma interpelação onde se dizia que ora era importante fazer um conjunto de obras, ora essas obras podiam ser muito caras e a solução poderia não ser satisfatória e equacionava-se a possibilidade de deslocar os serviços para municípios vizinhos. Portanto, temos aqui uma incoerência total. Eu queria só dar-lhe um esclarecimento que me parece muito importante, que tem a ver com a afirmação que

fez, que no limite o pagamento de uma renda serviu para assumir o compromisso de manter o Juízo de Execução no nosso território. Eu quero crer, espero bem, Dr. Neta, que não seja essa a forma de atuar do Ministério da Justiça. Eu quero crer que o Ministério da Justiça toma as suas decisões com base nos interesses da população e não com base no pagamento de uma renda porque obviamente se fosse assim o município da Feira estaria em maus lençóis se tivesse que pagar os € 62.000,00 de renda do tribunal da Feira, os onze milhões de rendas que já foram pagas, e, portanto, quero crer que o Ministério da Justiça entendeu pagar estas rendas na Feira, porque entendeu que era importante prestar estes serviços à população. Deixe-me também esclarece-lo, em relação a uma questão que não corresponde minimamente à verdade: nunca estive em causa o pagamento do local, da loja, onde hoje está instalado o Juízo de Execução, nunca estive em causa. O processo que foi desenvolvido por mim há vários anos, e não estou a referir-me exclusivamente ao Tribunal de Trabalho, estou a referir-me aos equipamentos de justiça na nossa cidade e no nosso concelho, foi no sentido de procedermos a uma profunda requalificação dando-lhes dignidade, dando-lhes conforto, não só para quem trabalha nesses edifícios, mas também a quem a eles acorrem e se socorre para receber a administração da justiça. E foi por isso que no mandato anterior tivemos por parte da Secretária de Estado Helena Ribeiro um despacho no sentido de termos uma verba de € 500.000 para fazermos uma intervenção profunda no Palácio da Justiça, resolvendo um conjunto de patologias. Infelizmente, o Ministério das Finanças cativou essa verba e não permitiu que essas obras se executassem. Paralelamente, ou se quiserem em simultâneo com esse trabalho que foi feito, foi feito um trabalho também no sentido de se procederem a obras de requalificação do edifício do tribunal de trabalho. Todos nós sabemos que há muitos anos que aquele edifício tem um conjunto de problemas sérios, problemas estruturais, infiltrações de água, etc., ou seja, hoje já não tem condições para que os serviços que lá são prestados no Instituto de Registo de Notariado e também no Tribunal de Trabalho, sejam ministrados com todas as condições e com toda a dignidade. E, portanto, o trabalho que foi feito foi no sentido de sensibilizar a tutela para a necessidade, para a importância de requalificarmos aquele edifício e ao fazermos essa requalificação termos a preocupação de criar condições no piso vazio para aí alojarmos o Juízo de Execução e termos concentrados os serviços judiciais no nosso território. Foi sempre isso que foi dito, foi sempre esse o trabalho que foi feito e foi com base nesse trabalho que começou a ser feito um estudo de patologias que foi encomendado à Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, contou com a colaboração da Câmara Municipal. Deixem-me dizer-vos que é recorrente nos emails que vamos trocando, de síntese, de ponto de situação, temos por parte do Ministério da Justiça um agradecimento em relação à colaboração que a Câmara tem prestado em todo este processo. Seria uma tremenda forma, uma péssima forma, de agradecer todo esse trabalho mudando o Juízo de Execução para um concelho vizinho, até porque as razões que são evocadas são razões no mínimo estranhas, porque com ou sem Juízo de Execução o edifício precisa da mesma intervenção. E, portanto, vai precisar de uma intervenção profunda, que até já foi contabilizada, uma intervenção na ordem

dos € 850.000 + IVA e, portanto, essa intervenção tem necessariamente que ser feita. Ora, é absolutamente incoerente que tendo a intervenção que ser feita, nós digamos que temos que mudar o Juízo de Execução, cuja renda ainda por cima está a ser assegurada pelo Município de Oliveira de Azeméis, porque existem espaços disponíveis noutros concelho. Mas esses espaços estão disponíveis há muito tempo e já há muito tempo que o Juízo de Execução poderia ter sido mudado para lá se estrategicamente era isso que o Ministério da Justiça entendia. Eu quero crer que não. Amanhã, eu vou ter a oportunidade de pela primeira vez de explicar as razões pelas quais este juízo se deve manter no nosso território e não deve ser deslocado para outro. Eu não quero crer que isto tenha a ver com um problema de pagamento de renda, esse problema nunca se colocou, nunca esteve em causa, nunca foi parte da equação e também não quero crer que o problema tenha a ver com a necessidade de nós disponibilizarmos um espaço enquanto as obras no Tribunal de Trabalho estão a ser feitas. Nós não temos nenhuma informação sobre como as obras se vão processar, aliás o IGEF continua a dizer que vai adjudicar o projeto de execução, já aprovou o estudo preliminar, esse projeto de execução vai estar concluído com o prazo de 30 dias e espero que a partir daí se possa lançar a obra a concurso. Portanto, eu não quero crer que tenha a ver com essas questões, porque naturalmente essas questões só se colocarão se soubermos como é que se vai processar a informação. Eu lembro-me que a última intervenção que foi feita neste edifício foi feita com os serviços a funcionar, não sei se é essa intenção do Ministério da Justiça, não sei se isso é possível. O que eu posso dizer, o que eu posso assegurar e o que eu posso garantir é que se for contactado pela tutela no sentido de encontrar uma solução, não tem a ver com a justiça, tem a ver com todos os equipamentos, nós naturalmente procuraremos encontrar uma solução para alojar temporariamente os serviços enquanto as obras se processam. Portanto, essa questão nunca foi colocada, essa questão não me parece que seja o cerne da questão, o cerne da questão é uma grande confusão que se instalou em relação àquilo que importa fazer no sentido de nós termos a justiça bem administrada nos territórios e termos a justiça a servir a população. Aquilo que eu espero, é que tenhamos oportunidade de ir a tempo, o edifício reúne as condições, é o próprio ministério que o diz, reúne todas as condições para albergar o juízo de execução. E, portanto, termino dizendo que aquilo que faz sentido em todo este processo é efetivamente o apelo final que faz, no sentido que todos nos unamos para evitar a saída deste importante serviço público do nosso território para um território vizinho, ainda por cima por razões completamente erradas, completamente despropositadas e, na minha opinião, completamente incoerentes. E, portanto, será isso que eu terei oportunidade de dizer amanhã à tutela. Deixe-me também Dr. Neta dizer-lhe que isto não tem a ver com a resolução de alguns problemazinhos que estão neste momento pendentes no Tribunal de Trabalho. O Tribunal de Trabalho não tem problemazinhos, tem problemas sérios, muito complexos que obrigam ao tal investimento de € 850.000. Nós estamos constantemente a responder a pedidos e apelos que nos são feitos para pequenas intervenções, agora naturalmente que não são estas pequenas questões, estas pequenas intervenções que resolvem problemas estruturais, que resolvem os problemas com o estudo de patologias que a

FEUP determinou. Portanto, o edifício só vai resolver esses problemas se for feita uma intervenção profunda, uma intervenção acertada, acutilada, com os problemas que importa resolver. Portanto, aquilo que eu espero, muito sinceramente, é que pelo menos me seja dada a oportunidade amanhã de defender este território e de defender a nossa população e, naturalmente, também as populações que se deslocam ao nosso território para beneficiar dos serviços de administração da justiça. Eu espero que, com a minha capacidade e com a vossa ajuda, eu seja portador de uma mensagem clara dirigida à tutela de que lutaremos com todas as nossas forças para evitar que este erro se cometa e para evitar que a nossa população e o nosso território sejam prejudicados por uma decisão errada. Deixem-me também só dizer-vos que lamento profundamente, enfim eu gostaria também de deixar aqui estas coisas vincadas, terei oportunidade de o fazer muito rapidamente, que não tenha tido por parte da Comarca de Aveiro nenhuma informação sobre isto. Aliás eu tive a oportunidade, no dia 20 de julho, porque faço parte do Conselho Consultivo da Comarca de Aveiro, de falarmos sobre as questões pendentes em Oliveira de Azeméis e também, naturalmente, em todo o distrito, e não se falou, não se abordou sequer esta eventualidade do Juízo de Execução ser transferido. Portanto, deixar aqui esta nota que eu considero que é muito importante, porque obviamente temos que confiar nas instituições e sobretudo temos que honrar os cargos que ocupamos. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Cláudio Andrade**, residente em Cucujães. =====*

===== Boa noite a todos. Gostaria só de fazer umas perguntas ao Senhor Presidente da Câmara, a ver se desta vez vai ter as respostas certas para dar não só a mim, mas a todos os Cucujanenses. Já existe a previsão para um parque infantil, na freguesia de Cucujães? Visto que o PS se preocupa muito com as famílias cucujanenses, tem aí uma boa forma de o mostrar. Na Travessa Agostinho Lopes da Costa, já foram colocados postes para a luz pública, agora só falta saber quando é que irão colocar as lâmpadas. E falemos novamente de prazos: os prazos para a conclusão do anfiteatro ao ar livre, já terminaram os prazos. O que é que o senhor presidente tem neste momento a dizer aos cucujanenses? Na Avenida João Pinto Bessa, a falta de segurança rodoviária tem vindo a causar grandes e graves acidentes. Eu pergunto: Quando é que pensam requalificar esta avenida? Neste momento, temos assistido aos bancos a fecharem os seus balcões e Cucujães não tem um único balcão aberto neste momento. Tem duas caixas multibanco, existiam três, mas uma foi encerrada. O que é que o senhor presidente pensa fazer para reverter esta situação? A Rua Agostinho Lopes da Costa é constantemente remendada, remendo atrás de remendo, as pedras são deixadas nas portas dos proprietários, a estrada continua degradada, a limpeza das bermas é feita pelos moradores dessa rua. Eu pergunto ao senhor presidente: já sabe onde fica a Rua Agostinho Lopes da Costa ou se continua a fazer confusão com outra rua? Na Rua do Mosteiro, uma rua que foi requalificada há poucos meses existem neste momento fissuras

no piso, existem passeios que já apresentam falta de segurança. O que é que vão fazer a este respeito para dar resposta a este problema ou se deixam degradar para fazerem de novo uma requalificação? Por último, a Rua Professor Leão, continua por terminar as obras já começadas há mais de um ano. Eu gostaria de saber se já chegaram a alguma conclusão para terminar esta obra. Muito obrigado. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Constantino Tavares**, residente em Pinheiro da Bemposta. =====*

===== Boa tarde a todos. O assunto é relativamente simples, mas acho que interessa à população. É a requalificação da IC2, qual o ponto de situação. Em relação ao Pinheiro da Bemposta e à União de Freguesias, era a questão da ETAR. Possivelmente houve ali algum contratempo, houve uma alteração do local e gostávamos de saber qual o ponto de situação e para quando o início das obras, porque é uma questão pertinente para a nossa população. E já agora uma situação: não está em causa a mensagem nem o tipo de mensagem que aqui passou, ela foi pertinente e é pertinente, mas se todos nós utilizarmos o tempo que foi utilizado mais ninguém vai falar. Tem que haver algum equilíbrio, porque senão as pessoas que vêm a seguir ficam um bocadinho descontentes ou até sem vontade às vezes de fazerem a comunicação que têm a fazer. Era só. Muito obrigado. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Vítor Januário**, residente em Oliveira de Azeméis. =====*

===== Boa tarde a todos. Foi recentemente, há poucos meses, constituída uma parceria entre a autarquia, a Agência Portuguesa do Ambiente e a Indaqua para a criação de brigadas designadas por “Guardiões do Ambiente” que procuram fazer vigilância dos cursos de água. Proteger as linhas de água recorrendo a uma empresa privada que tem como função tratamento e como responsabilidade a rejeição também das águas residuais, parece que não cria propriamente um propósito de grande fiabilidade. Digamos que é uma autovigilância que uma empresa que não tem o mesmo papel que uma entidade pública, passe a ter a autovigilância sobre si mesma. Eu lembro que em 1995, o então último governo de Cavaco Silva acabou com os Guardas Rios, que mais tarde acabaram por ser integrados nos Vigilantes da Natureza, embora em número reduzido. Depois, mais tarde, houve resoluções na Assembleia da República de aconselhamento, de recomendação ao Governo, nomeadamente em 2018 e 2019, para que fossem criadas ou recuperadas as carreiras de Guardas Rios. Na altura, contou com a rejeição dos partidos à direita, nomeadamente o PSD e o CDS, é muito importante que mais tarde alguns autarcas PSD venham mostrar empenho para se criar os guardas rios em alguns concelhos do nosso país. De qualquer forma, há que lembrar que se nós já temos aqui um problema, um

problema que ainda é deficitário de abastecimento da água e de tratamento de águas residuais, importa que sejam resolvidos os problemas que se acrescentam a esse e sempre que ocorrem convém intervir. Eu lembro, nomeadamente, do caso de Carregosa, que foi aqui trazido à Assembleia por um habitante de Carregosa, o André Costa, o problema da ETAR e inclusivamente dando conta aqui da notícia de auto de contraordenação que foi elaborado pelo SEPNA. Essas descargas que parecem que não têm licenciamento para os recursos hídricos em que ponto em que estão, o que é que se fez e como é que se resolve esse problema. E lembro mais, nesta assembleia, também houve um grupo de moradores de Loureiro que trouxe um outro problema, que embora abranja um universo mais reduzido de municípios é naturalmente de preocupação. Águas residuais convivem com zonas de drenagem de drenagem de águas pluviais, chegando até a transbordar o muro que é contíguo à própria residência desses moradores, creio que são dozes famílias de um prédio de Loureiro. Vieram cá, recorreram a diferentes entidades autárquicas, juntas de freguesia e câmara municipal; recorreram inclusivamente aos guardiões dos rios; tiveram inclusivamente uma intervenção por parte da Indaqua, vá-se lá saber porquê, que a pedido dos moradores tapou e destapou o problema apenas do cheiro nauseabundo porque acabou por transbordar na mesma o esgoto. E é caso para dizer: eles vieram aqui, é muito importante que tenham confiança nos órgãos autárquicos. Este nível de fiabilidade tanto para a vigilância como para a resolução dos problemas é fundamental e, portanto, é nas entidades públicas que os municípios se devem rever e é nelas que devem sentir a confiança. Estamos em crer que naturalmente isso há-de acontecer, há-de haver respostas a estes, assim como há-de haver uma análise do protocolo de parceria que foi criada. Não é novidade, mas não é por não ser novidade que passa a ser boa, com a Indaqua, chamar o contrainteressado para sobre si se poder vigiar. É caso para dizer como fará sobre si mesma? É só. Obrigado. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra à Senhora **Ana Moreira**, residente em Cucujães. =====*

===== Antes de mais peço desculpa pela minha intervenção de há bocado. Eu venho só frisar que não só não entreguei os formulários devidamente preenchidas, como ainda entreguei um ficheiro compactado com os diversos documentos. No entanto, como referiu, o Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo serve para apoiar os empreendedores, penso eu. Se não foram entregues os documentos todos, cabe à camara municipal informar. Peço de forma clara que me esclareça sobre o tempo que terei que aguardar para obter uma resposta e qual o procedimento que tenho que tomar, uma vez que as candidaturas de 2021 já fecharam e as de 2022 também. Obrigada. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====*

=====
Dando resposta, em primeiro lugar, à intervenção do senhor Cláudio, a previsão do parque infantil em Cucujães, não temos previsão para a instalação de um parque infantil em Cucujães, estamos neste momento com cinco ou seis parques infantis para serem implementados. Vai muito brevemente um apoio para um parque infantil numa freguesia do sul do concelho, vai outro para o nordeste do concelho. As juntas de freguesia podem fazer-nos essas solicitações, porque nós estamos aqui para apoiar esses projetos de investimento e estaremos disponíveis para os equacionar dentro, naturalmente, do nosso quadro de possibilidades. Em relação à Travessa Agostinho Lopes da Costa, que tem postes e não tem lâmpadas, terá que aguardar que as lâmpadas sejam instaladas porque se seguramente se pediu os postes foi para se instalar as lâmpadas e eu espero que tenhamos a possibilidade de nesta rua termos iluminação pública. O anfiteatro ao ar livre, nós estamos num processo de grande atraso nesta obra, a responsabilidade do atraso é do empreiteiro. Nós temos uma coima que está a ser aplicada diariamente, julgo que é de € 390/dia, que é aplicada ao empreiteiro pelo atraso. Aquilo que nós pretendemos é que o empreiteiro faça o que lhe compete, que é apresentar um novo cronograma de obra, no sentido que a obra seja concluída. Portanto, é isso que nós estamos à espera e esperamos que o empreiteiro faça isso porque está a ser fortemente penalizado com a coima que lhe é aplicada e, naturalmente, também a freguesia de Cucujães e o município de Oliveira de Azeméis estão a ser prejudicados com este atraso. Em relação à Avenida João Pinto Bessa, julgo que se referiu a acidentes com os passeios, como sabe essa situação só se resolve se fizermos uma intervenção profunda de requalificação e façamos, ao fim ao cabo, aquilo que era um projeto que estava previsto há alguns anos. É evidente que a Avenida João Pinto Bessa tem os passeios intransitáveis como muitos passeios do nosso concelho: árvores erradas nos locais errados, espécies de árvores erradas. Eu e o senhor presidente da junta de freguesia temos falado muitas vezes sobre a Avenida João Pinto Bessa, era importante termos capacidade financeira para proceder a uma profunda requalificação desta avenida, mas não o fizemos ainda porque outras prioridades nesta freguesia mereceram a nossa atenção. Em relação aos bancos e às caixas multibanco, eu e o senhor presidente da junta de freguesia temos procurado articular a possibilidade de se instalar noutra local, os privados não querem nos seus estabelecimentos a instalação das caixas multibanco, por razões óbvias, a junta de freguesia também não tem espaços públicos que permitam proceder a essa instalação. É evidente que as câmaras municipais não são responsáveis pela tendência que tem existido no país no encerramento de alguns balcões. Esta é uma tendência que tem a ver com a digitalização dos processos, com as ferramentas digitais. Se alguém conhecer um proprietário de uma loja, supermercado, café, que esteja disponível para a instalação de uma caixa multibanco, pois nós falaremos com os bancos para que se criem as condições para a instalação da caixa multibanco. Duas caixas multibanco para uma freguesia como Cucujães é manifestamente pouco. Relativamente à Rua Agostinho Lopes da Costa, à semelhança de muitas ruas está a necessitar de uma intervenção. É uma rua que não tem a mesma densidade populacional que outras ruas, as prioridades são definidas, temos feito um plano de intervenção

na rede viária no sentido de a recuperar, de a requalificar. As fissuras que existem no piso naturalmente são reclamáveis junto do empreiteiro, a obra tem garantia. Eu peço desculpa, já me esquecia da D. Ana Catarina. Perguntou-me, quando? Bem, eu amanhã vou pôr alguém em contacto consigo, alguém responsável pelo tal gabinete no sentido de procurarmos perceber o que é que se passou. É esse o compromisso. =====

===== **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” (Art.º 21º DO REGIMENTO)** =====

===== O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** deu início ao período de “*Antes da Ordem do Dia*”. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Susana Mortágua, Luís Filipe Oliveira, João Rebelo, Daniela Silva, Rudolfo Rodrigues, Helga Correia, Alcino Martins, António João Santos, José Ribeiro, Francisco Silva, João Costa e Fernando Pais Ferreira. =====

===== O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu o uso da palavra à Senhora **Susana Mortágua**, Presidente de Junta da União de Freguesias do Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz. =====

===== Boa tarde a todos. Começo por cumprimentar o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal Amaro Simões**, Senhores Secretários, Senhor **Presidente da Câmara Municipal Eng.º Joaquim Jorge**, Senhores Vereadores, um cumprimento especial ao **Presidente da Junta Simão Godinho** e a todos os **Presidentes** também aqui presentes, **Membros desta Assembleia**, Público, Comunicação Social, Técnicos da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal que estão aqui a nos assessorar. Vilarinho de S. Luís, um vale encantador de Palmaz, povoado de espigueiros, terras lavradas para cultivo, linhas de água, atravessada pelo bonito Rio Fílveda, foi classificada como Aldeias de Portugal passando a integrar a Rede das Aldeias de Portugal. A ATA vem a reconhecer a ruralidade, as tradições e as especificidades do Núcleo Rural de Vilarinho de S. Luís no que se refere à sua história, à sua natureza, mas especialmente às suas gentes. Tive a oportunidade de acompanhar o processo desde a formação dada aos habitantes do lugar, o trabalho de levantamento das tradições com a população, com o apoio da ADRITEM, da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia, especialmente da Associação Tradições S. Luís. Tenho total convicção que esta classificação foi possível porque o lugar é povoado de gente boa, trabalhadora, dinâmica e hospitaleira. Quero por isso deixar o meu agradecimento e reconhecimento em primeiro em lugar à população que se envolveu neste projeto, à câmara municipal e à Adritem. Esta classificação deixa-nos um grande desafio pela frente, com os

investimentos que se estão a fazer, os que se podem ainda fazer e a manutenção que será necessária realizar para manter esta distinção. Muito obrigada. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Luís Filipe Oliveira**, do PS. =====*

===== Exmo. senhor presidente da assembleia municipal, exmo. senhor presidente da câmara municipal, caros colegas da assembleia municipal, caro presidente da junta de freguesia de Cucujães, nosso anfitrião, comunicação social, caros oliveirenses, as minhas cordiais saudações. Os cidadãos mais atentos à vida social do nosso concelho certamente que têm sentido que ultimamente o brio e a dignidade dos oliveirenses começam a ser beliscados. Por isso, venho pedir a atenção desta assembleia municipal para o problema que está a causar esse mal-estar geral e que preocupa a sociedade civil e os advogados. A possibilidade que está a equacionar a Ministra da Justiça de deslocar o Tribunal de Trabalho e o Juízo de Execução de Oliveira de Azeméis para outros concelhos, São João da Madeira e Vale de Cambra, segundo noticia a imprensa. Perante o risco do nosso concelho ser privado daqueles dois órgãos jurisdicionais, a Delegação da Ordem dos Advogados, interpretando os princípios, interesses e direitos dos colegas advogados, pediu audiências e dirigiu ofícios a diversas instituições competentes a defender a manutenção dos citados organismos jurisdicionais em Oliveira de Azeméis, não só em atenção aos direitos adquiridos pela antiga comarca, mas também e sobretudo por ser o concelho da região com maior área geográfica, mais populoso, com maior tecido empresarial da região e valioso contribuinte para a riqueza nacional. Neste desiderato foram feitas exposições ao senhor presidente da câmara municipal, deputados oliveirenses da Assembleia da República Helga Correia e Bruno Aragão, Juiz Presidente da Comarca de Aveiro, Administrador Judicial do Tribunal Judicial de Aveiro, Instituto de Gestão Financeira e de Equipamento da Justiça, Ministra da Justiça e Bastonário da Ordem dos Advogados. Para defesa dos legítimos direitos e expectativas dos oliveirenses e evitar o desprestígio que adviria de subtrair aqueles órgãos da justiça e os múltiplos inconvenientes, dificuldades e custos de deslocação a outros concelhos, proponho que esta assembleia municipal e os órgãos autárquicos, Câmara Municipal e Juntas de Freguesia, em nome do povo que representam, analisem esta questão e com a brevidade possível assumam as suas responsabilidades perante os cidadãos do concelho tomando a posição que o caso impõe. E como o caso em questão dos citados órgãos institucionais pode suscitar ambição aos concelhos vizinhos, tonando mais difícil a nossa posição, é importante que o valioso e importante tecido empresarial do nosso concelho e o nosso comércio e instituições de solidariedade, humanitárias, desportivos e culturais locais, também se manifestem através dos seus órgãos representativos numa luta ordeira mas determinada pela manutenção daquelas estruturas jurisdicionais da nossa terra: Tribunal de Trabalho e Juízo de Execução. A câmara municipal como órgão administrativo máximo do concelho, deve estar na primeira linha na defesa

do concelho e não precisa que lhe lembre quanto lhe compete fazer pelo prestígio, manutenção e preservação dos valores culturais, históricos, materiais e jurisdicionais do concelho de Oliveira de Azeméis. Há que lembrar que é a hora para agir com prontidão e eficiência para evitar possíveis perdas irreparáveis do nosso concelho e até para a dignidade dos oliveirenses. A nossa câmara municipal certamente que vai estar à altura dos seus pergaminhos, continuará empenhada nesta luta que nos une e vai demonstrar o peso político que tem dentro do Governo da sua cor. =

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **João Rebelo Martins**, do PSD. =====*

===== Exmo. senhor presidente da assembleia municipal, senhor presidente da câmara municipal, presidentes de junta de freguesia, senhores vereadores, senhores deputados e permitam-me um cumprimento muito especial ao senhor presidente da junta de freguesia de Cucujães Simão Godinho por nos acolher na sua freguesia. Na preparação desta assembleia municipal, vários deputados do PSD, membros da assembleia de freguesia, vereadores e comissão política, fizemos uma visita à freguesia para conhecermos a realidade de Cucujães. Cucujães não é uma freguesia qualquer, eu gosto de dizer o Couto ainda, porque das 19 que nós temos é a mais populosa, tem uma indústria pujante, serve de fronteira a três concelhos que conosco discutem habitantes, indústrias e serviços públicos e privados. Por isso, é com preocupação que vimos o estado de abandono das obras do anfiteatro ao ar livre, segundo noticiado pela imprensa local, em 21 de abril, o senhor presidente da junta de freguesia dizia que queria ter as obras prontas no verão. O senhor presidente da câmara já nos respondeu que há um problema com o empreiteiro, que acreditamos e que o empreiteiro está a ser devidamente autuado sobre isso, mas nós entramos na obra e o interior da obra apresenta grafitis, apresenta deterioração dos materiais, estão podres já, é usado para espaços menos lícitos. Poderá haver esse problema com o empreiteiro, que acreditamos, mas há aqui uma questão de segurança pública e aquilo que sugerimos é que fechem a obra ao exterior, porque qualquer pessoa pode entrar, qualquer pessoa pode circular ali e pode-se magoar e é um alerta que deixamos. Perguntava: quando é que os cucujanenses e as pessoas que nos visitam podem usufruir do espaço, sei que o senhor presidente nesta altura não tem resposta, por isso não lhe vou fazer essa pergunta. Outra questão que nos foi levantada na nossa visita, tem a ver com a estação do caminho-de-ferro, a requalificação da estação do caminhos-de-ferro. Damos os parabéns pela requalificação que está feita, ela está a ser feita ao abrigo de fundos comunitários, vai albergar peregrinos que vão para Santiago e para Fátima, os vereadores do PSD em reunião de Câmara votaram favoravelmente esta requalificação e esta candidatura. A questão que eu deixo: quando é que teremos peregrinos a usufruir daquele espaço? E já que estamos a falar da estação de caminhos-de-ferro, junto à linha do Vouga e estão a decorrer obras junto da linha, perguntar ao senhor presidente se tem conhecimento das passagens de nível que vão ser automatizadas no nosso concelho e alertar que as obras em diversas passagens ficaram,

por exemplo junto ao Apeadeiro, desniveladas e são intransponíveis e provocam alguns contratemplos às pessoas que por ali circulam. Outra questão que já foi aqui levantada pelos cucujanenses que intervieram antes de nós, tem a ver com a chamada rua da vergonha. O senhor presidente também já deu os esclarecimentos, coloque-se é na pele de quem mora naquela rua e que vê como é que a Rua do Mosteiro foi tratada e logo ali ao lado como é que está e como as pessoas se deverão sentir mais de um ano depois das obras se terem iniciado. Certamente que vai lutar para que isto seja rápido, mas se servir para sossegar os cucujanenses várias ruas em Macinhata, na zona industrial em Pindelo, em S. Roque e Bustelo e outras aqui em Cucujães, encontram-se igualmente neste estado e dificultam a vida a quem quer viver, investir e trabalhar em Azeméis. Por último, sobre Cucujães, foi aqui há pouco referida a questão do ATM, do multibanco, eu sugeria este espaço, é um espaço público e se não é possível na junta de freguesia, este espaço onde nós estamos poderia albergar uma caixa ATM. Deixo essa sugestão. Tem mais um ponto senhor presidente e vou ser o mais breve possível, vou ser claro e gostaria que a resposta do senhor presidente fosse clara. A Casa Sequeira Monterroso, não será novidade para o senhor presidente que eu ou António João venhamos aqui falar neste problema, porque as obras estão a decorrer e segundo se consta com alterações ao projeto inicial. Nada de novo, porque eu próprio na assembleia municipal de dezembro de 2021 disse que poderiam existir essas implicações ao estudo geológico exigido pelo Tribunal de Contas e aliás a justificação do Tribunal de Contas, essa exigência para evitar derrapagens que pudessem surgir. E nessa assembleia municipal, consultando a ata, perguntei ao senhor presidente quais são as consequências do estudo geológico do projeto, quais são as consequências na verba que estava pensada para as obras da Casa Sequeira Monterroso, quais são as consequências no financiamento porque as obras estão a ser feitas com financiamento público e qual é a consequência no prazo de execução dessas obras. O senhor presidente respondeu “terá consequências no valor como é evidente, porque os trabalhos nos muros de contenção andarão à volta dos € 100.000, € 120.000 ou € 130.000, crescem ao valor da obra porque só foi possível determinar a partir daí”. E ainda referiu que “os prazos e os financiamentos podem ser alterados. E os projetos podem ser alterados. E por isso é que são prorrogados. Existe na lei, inclusive a limitação dos 10% em relação ao valor global da obra. É perfeitamente possível. Mas, deixe-me dizer-lhe o seguinte: o financiamento da obra não está colocado em causa, nem de longe nem de perto, portanto, o financiamento da obra está assegurado. E o prazo de execução da obra, aquilo que se prevê é que se consiga cumprir o prazo. Se não conseguirmos cumprir o prazo, aquilo que vamos procurar fazer é prorrogar o prazo até que a obra seja concluída.” Contudo, na última assembleia municipal, em resposta ao meu colega António João Santos disse “em relação à intervenção do senhor deputado António João Santos, sobre a obra da Casa Sequeira Monterroso, sim vão haver alterações contratuais à empreitada, vão haver alterações de preço porque há alterações contratuais, quando estamos a falar de trabalhos contratuais de natureza diferente obrigam a alterações de preços. Para nós o que é importante é que a obra esteja em curso, porque é uma obra apoiada por fundos comunitários e

corremos o risco de os perder se não os cumprirmos”, coisa que o senhor anteriormente disse que não havia esse risco. E em reunião de câmara, disse que a obra ia custar mais € 320.000, ou seja, mais € 200.000 do que aquilo que tinha indicado, quase o triplo dos valores que tinha referido em dezembro. Senhor presidente, nós aqui já percebemos que há uma falta de rigor desde o início, desde o planeamento da obra e as respostas que o senhor presidente deu na altura. Contudo, senhor presidente, o que lhe tenho que recordar é que das quatro ou cinco assembleias municipais em que esteve reunido este executivo e esta assembleia a bancada do PSD pediu a V. Exa que facultasse a todas as bancadas a informação trocada entre a câmara municipal e o tribunal de contas e vice-versa, além de todas as alterações ao projeto inicial. E o senhor presidente respondeu sempre que nos iria fazer chegar essa informação. No PSD nós não recebemos essa informação, não sei se no PS receberam, no CDS, no CHEGA ou no BE. Senhor presidente, acabo a minha intervenção sem saber como adjetivar isto, quatro assembleias para nos fazer chegar a informação e ainda não a temos. Muito obrigado. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à deputada **Daniela Silva**, do PS. =====*

===== Sintam-se todos cumprimentados na pessoa do senhor presidente da assembleia municipal Amaro Simões. Nos últimos meses, tivemos oportunidade de participar em diversos eventos culturais que nos proporcionaram momentos extraordinários, desde a Noite Branca em que as ruas se encheram de música, de artistas e de convívio até às sessões de poesia na Biblioteca Municipal Ferreira de Castro. As ofertas culturais foram de várias índoles, muito participadas e dispersas pelo concelho. Na Capela Nossa Senhora das Flores, o público teve o privilégio de assistir a um espetáculo ao ar livre, promovido por uma companhia profissional de Oliveira de Azeméis, em colaboração com uma outra sediada em Coimbra. As sessões do espetáculo estiveram esgotadas para todas as sessões. Os concertos, espetáculos, festivais, as várias festas das coletividades animaram as noites e as tardes de muitos oliveirenses e de muitas outras pessoas que por lá passaram. Sem dúvida que a câmara, as freguesias e as coletividades tiveram um papel fundamental na realização e na dinamização destes eventos. A adesão por parte das pessoas mostra a necessidade e a importância que a cultura tem para estas comunidades. O orçamento municipal apresentado para 2022, com a previsão de 3,3 milhões de euros para a cultura foi um passo fundamental para o desenvolvimento cultural do município a longo prazo. Os investimentos realizados em prol da requalificação de parte do património e edificado cultural, como o Cineteatro Caracas, o que se espera que venha a ser a Garagem Justino e o Parque Urbano, são muito importantes para o futuro dos oliveirenses. A diversificação da programação e a sua periodicidade também é um fator fulcral para a recriação de hábitos culturais. É fundamental continuar a investir na programação cultural tendo especial atenção à criação de uma comunicação dos eventos mais efetiva, que chega a um maior número de pessoas e a um maior

número de oliveirenses. Não se trata de uma intervenção de lisonja, os exemplos que citei foram apenas alguns dos que preencheram os meses de calor, muitos com recordes de participação, muitos a decorrer em simultâneo e a permitir uma escolha efetiva e todos a mostrar que são o resultado de uma comunidade que trabalha para o mesmo fim, cada um com as suas responsabilidades, a câmara municipal, as freguesias, as coletividades e as associações. Estas últimas são no concelho uma forma imparável. O concelho está a mudar. Para muitos da minha geração, o tempo pede pressa, mas se calhar somos nós que sentimos mais mudança que se vai instalando. Como dia José Ortega “a cultura é uma necessidade imprescindível de toda uma vida, é uma dimensão constitutiva da existência humana como as mãos que são o atributo do homem.” Este é o caminho que temos que continuar a percorrer para que a nossa cidade seja uma cidade culturalmente atrativa e o concelho, com o seu tempo é claro, um exemplo, sem ilusões de que nesta área ainda só estamos a começar, mas que pensar, por exemplo, no Centro Cívico aqui ao lado, no Centro Interpretativo Ferreira de Castro ou até no Parque Carregosa Viva, só para enumerar alguns exemplos, só podemos continuar a ter esperança no futuro. Muito obrigada. ==

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Rudolfo Rodrigues**, do CH. =====*

===== Cumprimento todos os presentes na pessoa do senhor presidente Amaro Simões. Nesta entrada de um novo ano letivo o Partido Chega deseja a todos os alunos, encarregados de educação, professores e pessoal auxiliar e administrativo e a todos os que, de uma forma direta ou indireta, contribuem para uma formação competente dos nossos alunos, um bom ano empenhado e dedicado ao estudo. Neste ano letivo, já não se aplicam as medidas restritivas que foram impostas durante a epidemia que nos assolou, pelo que desta vez, já não há desculpas para não se atingirem os objetivos propostos. A escola está limitada a uma função que no século XX se poderia considerar suficiente, mas que, segundo os padrões de hoje, pouco excede o semianalfabetíssimo. É uma situação que pode condenar o homem português a uma posição de irremediável subalternidade num mundo em que a procura do trabalho deixou de respeitar fronteiras e numa época em que a dignidade conferida pela cultura internacional afasta cada vez mais os trabalhadores das tarefas que não exijam qualquer aplicação do espírito, mas simples energia física. Há uma baixa produtividade de trabalho nacional e com o insuficiente ritmo de crescimento do nosso desenvolvimento nacional, não se consegue acompanhar o das nações com as quais temos de competir para sobrevivermos. Estamos a assistir, impávidos e serenos, à desagregação da autoridade da família e a prova disso é que temos filhos-famílias estragados com mimos, pervertidos por má internet, por violentos videogames, mau cinema, por práticas que os desabitua ao acabamento de qualquer disciplina interior e exterior. Temos minorias parasitárias que têm tudo exceto problemas e precisam de inventar dificuldades imaginárias porque sem problemas, não se pode viver. Era de supor e de esperar sensatez por parte do

governo, para acabar com a obrigatoriedade das aulas de cidadania. E friso obrigatoriedade. Dar-se a opção de querer ou não querer como acontece com Religião e Moral. Já assistimos à desgraça da família de Famalicão (com quem aliás estamos solidários) que viram os seus filhos, bons alunos, chumbarem de ano por não assistirem às aulas de cidadania. Aulas onde só há doutrina, não há matéria. Algo está errado, quando se pensa a partir da estrutura para o elemento, quando a política educativa surge dominada por preconceitos doutrinários que só os governantes o interpretam e não como a maioria da população o entende. E não se pensa em melhorar o rendimento escolar, mas constituir e formatar robots. Está-se a afastar do essencial escolar. Educar é em casa, instruir é na escola. À escola não cabe doutrinar, porque os sentimentos não fazem parte da cidadania. As preferências religiosas, os sentimentos e a sexualidade é de cada um e não devem ser manipulados. Portanto: é dar às questões de educação a prioridade das prioridades. Proclamar o princípio da liberdade de aprender e de ensinar, assente no primado da família na escolha do processo educativo dos seus filhos. Não é a Europa que vai salvar Portugal. São os nossos filhos e netos. Para tanto temos é de controlar o rendimento escolar, de sermos exigentes. Não tenham dúvidas: para salvar Portugal a educação é o caminho. É a ligação entre a economia e o trabalho, passando pela educação, que é o único instrumento que temos para preparar a população futura para enfrentar a vida, para que possa subir no grau de qualificação necessário para viver com dignidade no mundo contemporâneo, que trará prosperidade a esta que já foi uma grande nação. Isto a nível nacional. A nível local cabe aqui referir o seguinte: A escola EBS Ferreira da Silva foi recentemente objeto de uma grande obra, como todos sabemos, uma obra de requalificação no valor de dois milhões de euros. Todavia essa foi uma primeira fase. A segunda fase, diz respeito ao pavilhão desportivo e ao campo de jogos. Esta segunda fase está por fazer, até porque não era possível fazer tudo junto, uma vez que os contentores onde os alunos tinham aulas, estavam colocados no campo de jogos. Neste momento o campo está livre. Pergunta-se ao executivo para quando tem planeada a execução dessa obra, sabendo de antemão que já existe projeto aprovado. Outro assunto: tendo em conta que tem havido atropelamentos junto à saída dessa escola, uma vez que os condutores não respeitam, nem os limites de velocidade, nem o facto de ser uma escola com saída de crianças, recomenda-se ao executivo a colocação de lombas redutoras de velocidade. Esta recomendação deve-se ao facto de haver vários pais preocupados com a segurança dos filhos uma vez que os automóveis naquela rua circulam sem o mínimo de cuidado, nem atenção. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à deputada **Helga Correia**, do PSD. =====*

===== Cumprimentar todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente Amaro Simões e aqueles que nos acompanham em casa através da comunicação social aqui presente. Um cumprimento especial ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Vila de Cucujães, que nos

recebe hoje aqui no Centro Cultural da Vila de Cucujães. E Senhor Presidente não poderia deixar de abordar a questão do Tribunal de Trabalho de Oliveira de Azeméis e o Juízo de Execução, já aqui abordado, uma vez que esta questão surgiu em resposta a uma pergunta que eu efetuei à Senhora Ministra da Justiça, em 04 de maio, no âmbito da discussão do Orçamento de Estado para 2022. Esta resposta da tutela levantou algumas dúvidas na manutenção da valência destes tribunais aqui no concelho. E se, por um lado, a tutela diz que a Faculdade de Engenharia do Porto elaborou e concluiu o estudo, que o senhor presidente aqui já referiu, acrescenta que está também em curso o projeto de reabilitação do edifício, por outro lado, acrescenta que o Juízo de Execução se encontra em instalações do município e que o município e passo a citar aquilo que está na correspondência “tem vindo a solicitar a cessação de cedência”. O senhor presidente já aqui disse que esta questão não entrou na equação de tudo aquilo que tem solicitado à tutela, nós acreditamos nisso, não está isso aqui em causa, o que eu acho é que estamos todos certamente unidos nesta assembleia na manutenção tanto do Tribunal de Trabalho como do Juízo de Execução no concelho de Oliveira de Azeméis. Para o grupo municipal do PSD está fora de questão a alteração do Tribunal de Trabalho como do Juízo de Execução, mesmo que temporário que seja, para os municípios aqui vizinhos, falamos de Vale de Cambra e S. João de Madeira. Não é por uma questão particular de qualquer um dos municípios, mas é pela questão que aqui já foi abordada até porque tudo aquilo que nós conhecemos dos exemplos à nossa volta que foram transferidos provisoriamente para outros municípios foram valências que ainda não regressaram aos municípios de origem. Nós, grupo municipal do PSD, estamos do lado do senhor presidente, naquilo que sejam as decisões que o senhor presidente tenha que tomar e esperamos que o senhor presidente amanhã na reunião que vai ter com a senhora ministra da justiça leve já uma solução. Acho que todos aqui nesta assembleia e os oliveirenses apoiarão o senhor presidente naquilo que seja uma decisão, nem que para tal tenha que se assumir eventualmente uma renda provisória para resolver esta questão. Eu sei que o senhor presidente quer e certamente que encetou isso junto da senhora ministra no sentido de não pagar uma renda, como bom gestor que o reconhecemos quer que a renda não seja um custo para a autarquia, mas eu acho que aqui está em questão os oliveirenses e o serviço que o tribunal presta aos oliveirenses. E digo-lhe senhor presidente, enquanto líder de bancada e enquanto deputada na Assembleia da República, tem a minha solidariedade e permite-me Bruno, enquanto deputado de Oliveira de Azeméis e enquanto líder da bancada do PS dizer e desafiar para além do senhor presidente reunir com a senhora ministra, nós deputados da Assembleia da República e líderes de bancada reunirmos também com a senhora ministra e levarmos o caderno de encargos que hoje está a ser aqui debatido e acrescentado no sentido de sermos mais uma força política, não individualmente na Assembleia da República mas como deputados do concelho de Oliveira de Azeméis levarmos essa matéria à senhora ministra e demonstramos a força de Oliveira de Azeméis para não perdermos valências no tribunal e no concelho. Muito obrigada. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para dar resposta às intervenções anteriores.* =====

===== *Procurar dar resposta às questões que foram colocadas. Em relação à intervenção da senhora presidente Susana Mortágua, apenas para lhe dar os parabéns pela classificação da aldeia de Vilarinho de S. Luís como Aldeia de Portugal e naturalmente dar os parabéns também ao povo de Vilarinho, ao povo deste bonito lugar que vê referenciada a sua aldeia como uma aldeia a preservar, como uma aldeia que tem características identitárias únicas que a transformam num local de visita e naturalmente num local turístico com elevado potencial. Por isso, dar os parabéns também ao seu executivo e a todos aqueles que na câmara municipal também trabalharam para tornar possível este processo. Em relação à intervenção do Dr. Luís Filipe Oliveira, Presidente da Delegação da Ordem dos Advogados de Oliveira de Azeméis, a delegação pediu em tempo oportuno a reunião, foram recebidos, ouvi com toda a atenção e com toda a consideração as vossas preocupações e naturalmente serei porta-voz dessas preocupações junto da tutela e naturalmente apenas para lhe agradecer a solidariedade e disponibilidade que sempre demonstraram para estarem do lado da solução e colaborarem no sentido de demovermos a tutela desta decisão se é que efetivamente esta intenção existe. Em relação à intervenção do senhor deputado João Rebelo Martins, esta freguesia não está abandonada, tem tido investimentos substanciais: a Ferreira da Silva, o Posto da GNR de Cucujães, a Rua do Mosteiro, a rede de água e saneamento tem tido um investimento muito substancial e também a estação do caminho-de-ferro que está a ser requalificada, não com fundos comunitários mas com orçamento municipal, deixe-me corrigi-lo que não estamos a falar de fundos comunitários para o albergue de peregrinos. Temos uma candidatura desenvolvida para isso, mas uma candidatura que surgiu muito depois da intenção de requalificação como temos para vários equipamentos. Portanto, dizer-lhe que a requalificação que está a ser feita está a ser feita porque decidimos fazê-la e negociamos a sua subconcessão com a CP e avançamos com a obra e, entretanto, surgindo oportunidades para requalificar com fundos comunitários é evidente que as agarramos, mas dar essa nota que não foi isso que aconteceu no início desta obra. Em relação ao anfiteatro ao ar livre, já demos as explicações que tínhamos para dar, lamentamos efetivamente o que está a acontecer. A obra está a decorrer a um ritmo muito lento, com responsabilidades do empreiteiro. A questão do fecho da obra por razões de segurança é uma obrigação do empreiteiro e nós vamos notificá-lo no sentido de que ele o faça e que assuma as responsabilidades por criar condições de segurança na obra porque é essa a sua obrigação. Em relação às obras que estão a ser promovidas na Linha do Vale do Vouga, elas estão previstas concluir em junho de 2023 e o que está previsto é a automatização das passagens e nível. As obras que estão a ser feitas já foram alvo de reclamação por parte da Câmara Municipal em relação às passagens de nível que referiu, não só a do Apeadeiro, em Faria, mas também a primeira passagem de nível onde as solipas de madeira que foram colocadas estão mal colocadas, estão mal fixadas e colocam inclusive em perigo automobilistas, motociclistas que ali passam. Portanto, dar nota de*

que está sinalizado o problema. Em relação à Rua Prof. Leão, eu consigo colocar-me na pele das pessoas e por me conseguir colocar na pele das pessoas é que nós dotamos aquela rua de infraestruturas básicas. É evidente que aquilo que se fazia habitualmente era meter asfalto por cima das coisas independentemente de ser uma boa ou má solução. Todos estaríamos satisfeitos se hoje lá estivesse o asfalto, nós ficaremos satisfeitos se fizermos o asfalto depois de criarmos todas as condições para que a rua nunca mais venha a ter problemas. Se nos limitássemos a tapar a rua aquilo que aconteceria era que teríamos muitos problemas com a condução das águas pluviais, é uma grande quantidade de água que vem por ali abaixo e, portanto, estamos a procurar, em primeiro lugar, criar uma solução para que nunca mais tenhamos problemas ou atenuar fortemente os problemas das águas pluviais nesse local da freguesia. Em relação à caixa ATM, pois se a junta de freguesia se disponibilizar para a instalar, quem sou eu para o impedir e estarei naturalmente disponível para colaborar numa solução para se instalar aqui uma caixa multibanco, não é nada que já não tenha sido abordado também, e, portanto, deixar aqui esse apelo ao senhor presidente da junta de freguesia. Em relação à Casa Sequeira Monterroso, deixe-me dizer-lhe que já foram dadas repetidas explicações sobre isto. A obra foi visada pelo Tribunal de Contas sem o estudo geotécnico, porque não havia condições de segurança para a sua realização. E, portanto, aquilo que aconteceu, foi depois no âmbito da empreitada, quando foi possível eliminar os resíduos que lá estavam e proceder às demolições do edificado que ameaçava ruir, elaborou-se o estudo geotécnico. Portanto, aquilo que foi feito em fase de projeto pelo projetista externo, portanto, foi um projeto que a câmara encomendou externamente, apontou para uma solução construtiva prevendo determinado tipo de solo. O estudo geotécnico veio a demonstrar que a solução construtiva que ele previu não era aplicável. E, portanto, houve necessidade de alterar o projeto, mas não é o projeto da obra, não é o projeto do Fórum Municipal é o projeto da solução construtiva, ou seja, em vez de ser muros de paredes moldadas, depois houve a possibilidade de ser muros de Berlim e acabou-se por optar por uma solução muros de betão convencional porque é na opinião do projetista a melhor solução. Foi apenas e só isso que aconteceu. É evidente que essas alterações, incluindo obras com produtos que fazem parte do caderno de encargos o preço está definido, é aquele. Se forem obras, se forem coisas que não estão previstas no caderno de encargos é preciso orçamentar e é preciso depois adjudicar. E foi isso que aconteceu e por isso é que apresentamos em reunião de câmara um valor para a realização dessas obras que tem esses trabalhos a mais e que tem também os trabalhos a menos que vão deixar de ser realizados para que a obra possa continuar. Eu gostaria só de deixar aqui uma nota que me parece particularmente importante que é aquilo que o senhor deputado esteve a falar, são problemas que temos para resolver. O anfiteatro ao ar livre esteve abandonado durante anos, com tanto dinheiro público investido, sem o esboço de uma solução. A Casa Sequeira Monterroso foi adquirida por cerca de meio milhão de euros e esteve abandonada desde 2001, sem nenhum tipo intervenção, sem sequer o esboço de um projeto para lhe dar um destino. A mesma coisa se passou com a Rua Prof. Leão, a mesma coisa se passa com um conjunto de asfaltamentos. Os senhores já nos acusaram de termos uma política de asfalto, disseram que a única coisa que nós fazíamos era

asfaltar ruas e, portanto, agora querem que nós asfaltamos mais ruas, mas já nos criticaram no passado de nós o fazermos e inclusive de sermos eleitoralistas com este tipo de premissa. Deixe-me dizer que a Casa Sequeira Monterroso não evidencia nenhuma falta de rigor, falta de rigor é quando nós utilizamos recursos públicos para adquirir coisas que depois não lhe damos durante décadas nenhum tipo de uso, nenhum tipo de destino. Recursos financeiros que eram muito importantes para resolver muitos problemas que o senhor traz aqui hoje, e bem, e felizmente estão a conhecer a luz ao fundo do túnel. Isso é que é absolutamente relevante. Todas as obras que referiu são obras que aguardam uma solução há décadas e, portanto, estamos finalmente a dar-lhes solução. Gostaríamos muito não ter nenhum problema com nenhum empreiteiro aqui ao lado, gostaríamos que a obra já estivesse concluída, inaugurada, disponibilizada à população e infelizmente não temos nenhum tipo de controlo sobre isso e infelizmente temos que encontrar soluções para esse tipo de problemas. Em relação à intervenção da senhora deputada Daniela Silva, julgo que se referiu genericamente a eventos no município, nós estamos efetivamente com uma grande dinâmica, com uma grande adesão por parte da população. As pessoas estavam ávidas por participar em eventos, ávidas por se divertir, por se socializar, mas sejamos corretos e coerentes, isso não se está a passar exclusivamente no município de Oliveira de Azeméis, todos os municípios aqui à volta, e julgo que um pouco por todo o país, estão a ter uma fortíssima adesão por parte das pessoas aos eventos e isso significa que as pessoas tiveram durante muito tempo de o fazer e agora querem recuperar esse tempo em que estiveram privadas de o fazer, participando ativamente nesses eventos. Mas nesses eventos, há aqui um denominador comum, que eu não me canso de sublinhar, é que efetivamente o sucesso desses eventos deve-se ao nosso movimento associativo, a quem eu agradeço a qualidade, a riqueza, o dinamismo que tem na sua atividade e são eles os grandes obreiros do sucesso destes eventos que naturalmente são acolhidos pelos oliveirenses e são bem avaliados pelos oliveirenses com a sua participação massiva nesses eventos. Em Oliveira de Azeméis nós tivemos efetivamente um desafio complexo que foi termos um mandato, metade de um mandato, assolado por uma pandemia que naturalmente concentrou a nossa atenção e a nossa ação em coisas bem mais importantes do que a realização de eventos. E dizer-lhes que neste momento estamos a procurar, de alguma forma, recuperar o tempo perdido, potenciando algo que já tínhamos a intenção de começar a fazer no domínio da cultura e no domínio do turismo no nosso concelho. E, portanto, isso faz-se, conforme a senhora deputada disse na sua intervenção, através de uma programação cultural mais ambiciosa, mais inovadora, faz-se através da democratização da cultura, levando a cultura não apenas à cidade, mas também às freguesias d'nosso concelho. A requalificação do Cineteatro Caracas teve também esse mérito, curiosamente descentralizamos alguns espetáculos que tenderiam a concentrar-se na casa mãe e foram acolhidos pela população com muito agrado e com muita participação. Os senhores vereadores da cultura estão também a trabalhar intensa e ativamente nisso com a colaboração do senhor presidente da junta de Ossela, no lançamento do programa estratégico de Ferreira de Castro, onde vamos procurar, eu atrevo-me a dizer, pela primeira vez de forma tão ambiciosa, a potenciar a marca Ferreira de Castro. Estamos a requalificar neste

momento a Biblioteca de Ossela, com uma intervenção profunda, dando-lhe grandes condições de visibilidade e dignidade. Segue-se e temos a ambição em avançar com o Centro Interpretativo Ferreira de Castro, temos ambição de requalificar a Escola de Santo António, recriando a sala de Ferreira de Castro, mas também transformar aquela escola num polo interjuncional para depois termos a possibilidade de requalificar a quinta. A quinta da casa onde nasceu Ferreira de Castro, local onde nós temos nesse programa estratégico um conjunto de atividades culturais, de recreio e lazer que nós consideramos que são muito interessantes, muito importantes e esperamos que venham a ter o acolhimento da população. Nesta estratégia já foram aqui referidos vários equipamentos que são absolutamente determinantes. O Cineteatro Caracas, o Centro Interpretativo do Vidro e a Garagem Justino são apostas absolutamente estratégicas para esse caminho que nós queremos fazer no domínio da cultura e não apenas no domínio da oferta cultural, mas também no domínio da formação artística e da formação nas artes plásticas no nosso concelho. Felizmente o cineteatro caracas está mesmo a ser ultimado, portanto, muito rapidamente estará, finalmente ao longo destes anos, disponível para servir a cultura oliveirense; o centro interpretativo do vidro foi finalmente lançado a concurso com uma proposta dentro do preço base e, portanto, teremos oportunidade, logo que venha o visto do tribunal de contas, avançar com esta obra. O que vai acontecer ainda este ano, estamos a falar de uma obra que esteve durante muitos anos a degradar-se e estamos neste momento a fazer uma revisão ao projeto da garagem do Justino porque queremos muito rapidamente, após essa revisão no sentido de adequar-nos o investimento que pretendemos fazer e esperamos que essa revisão nos permita lançar ainda este ano também a obra a concurso. Estamos também, o senhor vereador está a trabalhar nisso, a procurar oficializar o apoio ao ensino artístico articulado da dança no nosso concelho e estamos também a trabalhar nesse domínio, porque obviamente temos uma expressão muito relevante, muito significativa no domínio da formação musical, no domínio do ensino da música e queremos fazê-lo também no domínio do ensino da dança. Em relação à intervenção do senhor deputado Rudolfo Rodrigues, eu julgo que basicamente fez um diagnóstico de um conjunto de posições respeitáveis, como é evidente, e julgo que a sua mensagem, a mensagem que quis passar à assembleia, referia-se também à questão das aulas de cidadania, onde o senhor achava que elas deviam ser opcionais. Essa é uma responsabilidade do Ministério da Educação, não sei se a assembleia quer determinar alguma posição nesse sentido, mas obviamente aquilo que eu espero é que essas aulas sirvam para transmitir algum conhecimento e algum ensinamento nesse domínio e bem precisamos dele e bem precisamos de os transmitir às nossas crianças. Em relação ao pavilhão da Ferreira da Silva e ao campo de jogos, na semana passada tivemos a oportunidade de visitar a escola Ferreira da Silva e de nos inteirarmos, aliás o senhor diretor do agrupamento teve a oportunidade de nos mostrar o pavilhão e de nos sensibilizar para aquilo que nós já sabíamos que é a necessidade de procedermos a algumas obras de requalificação no sentido de que ele reúna todas as condições para a prática desportiva. O telhado, a cobertura, está em excelente estado, é nova, a iluminação foi substituída, temos iluminação led de grande qualidade. Onde é que aquilo está a falhar, onde é que temos problemas? São efetivamente

nos equipamentos de apoio, os balneários são um bocadinho ultrapassados, embora estejam dignos como é evidente, não fosse o professor um exímio cumpridor das condições de qualidade, alguém que assume a qualidade como elemento fundamental da sua gestão, mas há ali uma necessidade de se fazer uma requalificação daquele pavilhão. Nós gostaríamos, sinceramente, e é para isso que estamos a trabalhar, que a requalificação daquele pavilhão fosse inserida num pacote que estamos a apresentar à tutela, ao Ministério da Educação, para que aquele pavilhão fosse no âmbito da descentralização de competências também intervencionado assim como todo o espaço envolvente da escola, que nesta fase de intervenção, como o senhor disse, não ficou requalificado até porque também o campo de jogos estava ocupado com os pavilhões. No entanto, vamos tentar fazer esta intervenção. Desconheço, sinceramente, atropelamentos em frente à escola, mas tomei boa nota e acho que faz sentido estudarmos a possibilidade de criarmos condições não só para os utilizadores da escola, mas também para as pessoas que atravessam aquela via. Infelizmente, no dia em que visitamos a escola, houve lá um problema com um senhor, julgo que com um motociclista em que os miúdos a brincarem com a bola, não sei dizer exatamente o que é que aconteceu, vimos o senhor deitado, o INEM já tinha sido alertado, mas tinha havido ali uma situação qualquer que julgo que não teve a ver com atropelamento. Em relação à intervenção da senhora deputada Helga Correia, só deixar claro que não tem nada a ver com rendas, deixar claro também que se o Ministério da Justiça nos pedir uma solução para albergarmos temporariamente os serviços que estão instalados enquanto o edifício é beneficiado com obras, pois com certeza que estaremos disponíveis para encontrar essa solução. Agradeço a sua solidariedade, isso é que é importante nestes processos, é nós estarmos todos unidos, porque o que está em causa é o nosso interesse comum, mas é muito difícil, estou-lhe a dizer isto com toda a frontalidade e com toda a honestidade, levarmos já uma solução porque eu não sei o que o projeto de execução vai determinar. A solução que eu tenho desenhada é uma solução simples: é manifestar a total disponibilidade da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis para encontrar as soluções que o Ministério da Justiça precise. Mais claro eu não posso ser, e é esta a informação que eu vou transmitir. Se isso passa por arrendar um espaço, por arrendar dois espaços, se passa por se fazer obras no piso de baixo e depois fazer no piso de cima, isso têm que nos dizer o que é que pretendem, têm que nos apresentar as necessidades e nós cá estaremos para tentar ultrapassar e para tentar suprir. Eu queria deixar bem claro que nunca houve problemas com a renda, mal estaríamos se uma decisão destas tivesse a ver com o valor de uma renda. O que nós dissemos e utilizamos esse argumento como um argumento de segundo ou terceiro plano, foi que a necessidade das obras é uma realidade, é uma evidência, aliás o próprio ministério reconheceu e, portanto, o facto de nós estarmos em espaço arrendando, o facto de nós não termos os serviços concentrados ainda acrescentam mais às necessidades de se fazer as obras. Foi isso que eu disse. Se quiser eu leio-lhe o que disse o ministério em resposta, julho de 2021, começa o email de resposta à nossa interpelação sobre o ponto de situação “aproveitando a oportunidade de agradecer uma vez mais toda a colaboração recebida por parte desse município, venho por este meio informar que temos em curso a preparação do programa preliminar baseado

no estudo desenvolvido pela FEUP para lançarmos o concurso para a elaboração do projeto. Contamos que este possa estar concluído de modo a permitir que a respetiva empreitada possa ser iniciada ainda em 2022”. Isto é o que o Ministério da Justiça me respondeu em 2021 e eu tive a oportunidade de dar essa informação aos colegas de executivo. Todas as informações que nos têm sido prestadas em relação aos pontos de situação é “informo que se prevê a entrega do estudo prévio, arquitetura e especialidades nos próximos dias”, estou a falar do email de 30 de junho de 2022, “após análise e aprovação desse documento avançaremos para o projeto de execução, cujo prazo é de 90 dias, prevendo-se que o mesmo fique concluído até ao final deste ano. A estimativa de intervenção ronda os tais € 840.000 que já aqui foi referido e não se prevê que a obra se inicie ainda este ano”. Tem sido esta a informação que nos tem sido prestada, é esta que é a informação oficial que nós dispomos e que ao fim ao cabo acaba por não coincidir com o problema que estamos todos confrontados. Voltando atrás, esqueci-me aqui na intervenção do senhor deputado João Rebelo Martins referir que nós poderemos não ter enviado informação sobre o processo da Casa Sequeira Monterroso para os senhores deputados municipais, e peço desculpa por isso, mas entregamos aos senhores vereadores do PSD essa informação, já por mais de uma vez. Julgo que respondi à maioria das questões, se me esqueci de alguma coisa, peço desculpa, mas estou disponível para corrigir o lapso. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra à deputada **Helga Correia**, do PSD. =====

===== O senhor presidente faz, e bem, o relato do que tem até 30.06, só que aquilo que levanta as preocupações do Grupo Parlamentar do PSD e está a alertar um bocadinho a todas as entidades é que a resposta da senhora ministra é de 07/072022 e a senhora ministra diz e passo a citar “quanto ao juízo de execução, instalada em fração cedida pelo município, tem vindo a solicitar a cessação da cedência”. Eu acho que é importante que o senhor presidente esclareça amanhã com a senhora ministra da justiça, porque é ela que levanta aqui a suspeição relativamente à insistência da câmara quanto ao pagamento das rendas. Eu acho que, e bem, se o senhor presidente está a dizer que essa não é uma questão e se não é uma questão vamos manter os serviços do tribunal em Oliveira de Azeméis. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao deputado **João Rebelo Martins**, do PSD. =====

===== Uma questão muito rápida. Relativamente às obras da estação do caminho de ferro de Cucujães, e lendo as suas palavras na reunião de câmara de 29.04.2021, o senhor diz que “em relação ao albergue dos peregrinos como sabem há uma candidatura da ADRITEM, que está

neste momento em fase de ser lançada ao concurso”. Não é da Câmara, é uma candidatura da ADRITEM. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar mais esclarecimentos. =====

===== Eu começaria pela intervenção da Helga, a resposta que eu tive não é de 07/07, é de 30/06. Em 06/09, há dias atrás, é-nos respondido assim: “Vimos informar que o estudo prévio foi entregue e se encontra para aprovação, após o que será notificada a equipa projetista para iniciar a elaboração do projeto de execução, tem um prazo de 30 dias. Assim, prevê-se que a sua entrega ocorra até final deste ano.” Eu não quero crer que se está a gastar dinheiro em projetos de execução quando não se pretende fazer uma obra de requalificação do espaço. Não faz sentido nenhum, porque estas coisas são muito caras. O estudo de patologias da FEUP e os projetos de execução para uma intervenção são muito caras e, portanto, se não se prevê fazer não faz sentido rigorosamente nenhum. Aliás, na sequência da sua interpelação, não deixa de ser curiosa a resposta que é dada: Quando se fala sobre o juízo de trabalho, “é um edifício sobredimensionado” é este o termo que é utilizado, “para as necessidades do juízo do trabalho e do IRN. Tem patologias construtivas complexas”, não sou eu que estou a adjetivar, é exatamente isto, “pelo que foi contratada a FEUP para elaborar um estudo de diagnóstico e medidas a considerar no projeto de remodelação, estudo esse que está concluído. Está em curso o projeto de reabilitação do edifício e da adequação para a instalação do juízo de execução”. É isto que foi respondido. Depois, quanto ao juízo de execução, gera-se a confusão, que “é instalado em fração cedida pelo município que tem vindo a solicitar a cessação da cedência. Encontra-se prevista a mudança para o edifício do juízo do trabalho, mas esta será demorada e pode não ser satisfatória. Equaciona-se em alternativa a transferência para Vale de Cambra ou São João da Madeira onde existem espaços devolutos”. Eu não sei como é que hei de classificar esta informação que foi prestada, porque é de uma incoerência total, ninguém consegue perceber o que é que se passa com isto. Em relação à intervenção do senhor deputado João Rebelo Martins, a estação dos caminhos de ferro está a ser apoiada pela ADRITEM. Vou-lhe dar um exemplo: a requalificação da Escola de Santo António estava prevista ser requalificada com orçamento municipal e vai ser requalificada com o apoio de Fundos Comunitários, porque ao abrigo de um programa há a possibilidade de incluir essa escola no programa. Portanto, o que eu lhe quero dizer é que a estação de caminho de ferro de Oliveira de Azeméis está a ser há muito tempo, e apareceu aí uma situação que introduziu bastante ruído no processo, estamos a tratar da subconcessão da estação de Oliveira de Azeméis. Não temos nenhuma candidatura, não temos nenhuma verbas de fundos comunitários previstos para isso e vamos fazê-lo com orçamento municipal. Se, entretanto, aparecer a ADRITEM ou fundos comunitários, pois nós vamos agarrar. Isto só para lhe dizer que efetivamente a intenção de requalificar como a cantina de São Martinho da Gândara, é um processo que nós andamos,

juntamente com o senhor presidente da junta de freguesia de S. Martinho da Gândara, há muito tempo a agarrar, há muito tempo a abraçar, e aliás já adjudicamos o projeto de execução e agora temos possibilidade também de incluir numa candidatura criando uma resposta. E, portanto, o Polo de Inovação e Cultura, temos um projeto já há algum tempo e agora já temos a possibilidade de avançar com uma candidatura para contemplar as obras. Portanto, dizer que essas intenções acontecem. Há vontade de requalificar o edificado público degradado e foi isso que eu lhe quis dizer, apenas e só isso, se vier com fundos comunitários, ótimo, ficamos todos contentes, ficamos todos a ganhar, mas há a vontade e a determinação de requalificar esse edificado público que está abandonado mesmo sem fundos comunitários. Estamos a fazê-lo na Biblioteca de Ossela e vamos fazê-lo na Casa-Museu Ferreira de Castro e vamos fazê-lo na Quinta porque não temos fundos comunitários disponíveis para o fazer. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Alcino Martins**, do BE. =====*

===== Boa tarde, cumprimento todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Amaro Simões. O relatório de contas de 2020 da Indaqua (o de 2021 ainda não está disponível ao público) apresenta uma informação que nos deve preocupar. A informação é que em 2020, as perdas de água no nosso Concelho foram de 21,6% da água que entrou no sistema, ou seja, são mais 1300 m³ por dia, ou seja, são mais de um milhão e trezentos mil litros de água que se perde por dia. Quantos temos o conhecimento que está a aumentar a escassez da água e que em muitos países as pessoas têm que percorrer vários quilómetros para conseguir água potável, e que milhões não tem acesso á água potável, a quantidade da água que se perde por dia em Oliveira de Azeméis, é, na nossa opinião um crime. Consideramos que a Indaqua enquanto responsável pela manutenção das redes da água, tem sido incompetente para resolver essas perdas. Queremos que o Presidente da Câmara explique aos Oliveirenses o que tem estado a fazer para deixar chegar a este número que é uma autentica vergonha? De que vale campanhas para poupar água, se a Indaqua enquanto responsável, é quem mais desperdiça! Questionamos se o aumento de uma bolsa de estudo por parte da Câmara de 10 para 11, que vai aumentar a parte da despesa em mil e quinhentos não vai por em causa o orçamento municipal. Ao contrário de Ovar que em 2021 ofereceu mais de 70 bolsas de estudo e não deixou ninguém de fora. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **António João Santos**, do PSD. =====*

===== Sintam-se todos cumprimentados na pessoa do senhor presidente da Assembleia Amaro Simões. No passado dia 07 de agosto, as portas da Igreja Matriz de Oliveira de Azeméis reabriram depois de obras de requalificação profundas levadas a cabo pela Fábrica da Igreja,

devolvendo a todos os oliveirenses um espaço marcante para a nossa cidade, quer pelo seu valor histórico, pelo seu simbolismo religioso e de comunidade. O grupo municipal do PSD congratula e felicita todos os que contribuíram, contribuem e contribuirão para esta obra que enriquece a nossa cidade tenha alcançado o sucesso e continuar a ser um marco indelével na cidade e na região. Bem-haja! Senhor Presidente, quais os apoios financeiros que o município neste momento tem para apoiar à reabilitação urbana dos nossos edifícios? Se existem, qual o nível da sua adesão? =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **José Ribeiro**, do PS. =====*

===== Senhor presidente da assembleia municipal, senhores secretários, senhor presidente da câmara municipal, senhores vereadores, membros desta assembleia, senhores presidentes da junta, oliveirenses que nos seguem, um cumprimento muito especial ao senhor presidente da junta de Cucujães, a todos os Cucujanenses presentes, obrigado por nos receberem. O tema que trago hoje a esta assembleia é um dos temas em que estávamos mais atrasados, sem qualquer estruturação de uma resposta séria, organizada e robusta e sem um conhecimento efetivo por parte da população se funcionava ou sequer existia. Falo do Serviço Municipal da Proteção Civil. Uma resposta obrigatória em qualquer território e que por cá, durante muitos anos, se traduziu na figura do senhor presidente da câmara, por força da lei e não da resposta ou dos serviços que podia assegurar. Durante muitos anos, falar de proteção civil era falar na resposta assegurada pelas cinco entidades que nos servem e nos socorrem no concelho. Foi mais um processo que herdamos, ou melhor um projeto que como tantos outros que temos falado nestas assembleias e cujo desfecho conhecemos. Iniciado este trabalho, mais importante do que a nomeação do coordenador municipal, a única coisa que parece ter preocupado a oposição, importa agora perceber qual é a resposta que um serviço destes pode dar ao concelho e à sua população, de que forma se vai operacionalizar, de que meios dispõe e como depois se articula com as restantes respostas existentes. Senhor Presidente, pedia-lhe que nos falasse do pouco do que já temos e do seu funcionamento. Sabemos que esta resposta já funciona há vários meses, basta ver por exemplo os vários planos de segurança das Festas de La Salette ou do Mercado à Moda Antiga, coisa que nunca tínhamos ouvido falar e até mesmo pela visibilidade dos meios como foi o caso da Noite Branca ou em que estado se encontra o centro operacional. Além disso, penso que já o poderemos fazer, é sempre relevante, um balanço. Agora que a época de incêndios está a chegar ao fim, perceber o que é que correu bem ou menos bem, tivemos, por exemplo, um grande incêndio no Pinheiro da Bemposta, mas também as Festas de La Salette e a Noite Branca, com uma grande afluência de pessoas e todos os riscos daí inerentes. Ainda que tenha visibilidade na época dos incêndios, a proteção civil é muito mais do que isso. É importante perceber também como é que está a operacionalização do novo centro operacional e o tipo de resposta que hoje já temos

capacidade de dar. Ainda não estará tudo pronto, este é um caminho que se faz todos os dias, mas partindo de onde partimos onde é que nos encontramos agora? =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Francisco Silva**, do PSD. =====*

===== Muito boa tarde a todos, sintam-se cumprimentados nas pessoas do senhor presidente da assembleia municipal e do presidente da junta de freguesia de Cucujães que hoje nos acolhe. A presente intervenção tem por objetivo obter algumas informações e esclarecimentos relacionados com o projeto a implementar nas antigas instalações da Garagem Justino, a denominada futura Casa das Artes e Ofícios. Como é do conhecimento público, após a aquisição do edifício mencionado, o município encomendou um projeto de arquitetura para desenhar e definir as instalações com o fim de uma utilização cultural ambivalente, criando assim uma resposta complementar aos equipamentos culturais existentes. Tendo presente que após a consulta ao mercado com base no projeto elaborado, os valores obtidos extrapolaram de forma significativa a estimativa inicial, gostaríamos de questionar o seguinte: verificando o município a necessidade de revisão do projeto elaborado com a intenção de aproximar o valor de execução de obra ao previsto no projeto original, gostaríamos de saber se se mantém assegurado o princípio estabelecido para a reconversão das antigas instalações da Garagem Justino na Casa das Artes e Ofícios, naturalmente sem comprometer com a revisão as condições de base material e técnica que permitam assegurar a qualidade do projeto cultural, que estou certo que todos desejamos para a cidade e para o concelho. Finalizo, naturalmente, com o pedido de informação sobre o cronograma previsto pelo município perante as diligências necessárias para a melhor prossecução do procedimento. Muito obrigado a todos. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **João Costa**, do PS. =====*

===== Boa noite a todos. Sentiam-se todos cumprimentados na pessoa do senhor presidente da assembleia municipal Amaro Simões. O edificado público representa um dos maiores ativos de cada um dos municípios portugueses. No passado, em Oliveira de Azeméis, a prática corrente era o abandono e a conseqüente degradação do património de todos nós. Por um lado, não dávamos uso aos edifícios camarários, constituindo por si só uma má prática dos recursos disponíveis, como para além disse alugávamos vários edifícios no centro da cidade que custavam, alguns ainda custam, centenas de milhares de euros anualmente. Passados quase cinco anos da gestão do PS em Oliveira de Azeméis, esta é inevitavelmente uma das áreas onde fizemos progressos mais significativos. Sem dúvida, os exemplos que vou enumerar, não deixam os oliveirenses indiferentes. Em primeiro lugar, o edifício do antigo centro de saúde, que apesar do

ruído e da desconfiança pela opção tomada pelo atual executivo, conseguimos resolver o litígio com a ARS Norte, investindo, relembro nos nossos centros de saúde. Tomamos posse do edifício e reabilitamos o edifício num curto espaço de tempo. Este edifício, hoje, é utilizado intensivamente, por centenas de jovens oliveirenses que todos os dias utilizam o Centro de Línguas de Oliveira de Azeméis e a Loja Ponto Já. Em segundo lugar, o edifício das antigas finanças, que apesar da sua localização estratégica junto à Igreja Matriz, estava ao abandono, sem qualquer tipo de utilidade. Após a reabilitação do edifício, é hoje a sede de uma importante resposta municipal, a Ação Social. Em fase de conclusão, ainda temos também a antiga Escola Superior de Enfermagem onde funcionava em condições precárias a nossa Universidade Sénior e que com a requalificação ficará com a dignidade que merece. Há também o edifício da Casa das Heras, no Parque de La Salette, que se encontra também em final de obras e onde albergará uma nova resposta no município, o Centro Municipal de Proteção Civil com o respetivo coordenador. A seguir, o edifício Caracas, que após tantos anos a funcionar em condições que não dignificavam a cultura em Oliveira de Azeméis, estará finalmente concluído, esperamos nós, com as devidas condições de conforto e acessibilidade. Para além disso, mais edifícios reabilitamos ou que estão em fase de obra ou com obra adjudicada. O edifício da antiga Mercantil, a Casa Sequeira Monterroso, que está em fase de obra e que permitirá ao município ter um Fórum Municipal, com a maioria das respostas municipais num único espaço, trazendo ganhos de eficiência significativos àquilo que é os serviços providenciados pelo município. Importa referir também o Mercado Municipal, um dos maiores espaços do centro da cidade, que se encontrava em condições indignas e na minha opinião com uma utilização muito reduzida. Hoje, será um espaço, um ponto de ligação e terá as condições e a dinâmica que os nossos comerciantes precisam e merecem. Por último, o Centro Interpretativo do Vidro, que se encontra em fase de aprovação pelo Tribunal de Contas e que será adjudicado depois por 2,1 milhões de euros, uma intervenção apenas com fundos municipais. Este é, sem dúvida, um processo que resume bem estes cinco anos de mandato e a gestão rigorosa que sempre fizemos das contas públicas, pois poucos meses após a tomada de posse deste executivo, já estávamos a devolver cerca de meio milhão de euros de fundos comunitários a esta obras e sobre a qual perdemos a possibilidade de financiamento no futuro. No entanto, desistir deste edifício seria a solução mais fácil, um edifício com estas características em pleno Parque de La Salette, não era essa a nossa opção. Após a sua conclusão, será um edifício de referência para a exposição do espólio vidreiro e valorização da arte de trabalhar o vidro, tornando-se um elemento muito importante na candidatura a Património Mundial da Unesco que o município está a promover. Em suma, todos os edifícios municipais que herdamos fica apenas a faltar a reabilitação da Estalagem S. Miguel, que teve inevitavelmente um esforço deste executivo com a decisão para que esse edifício possa finalmente representar algo para muitos oliveirenses que, como eu, nunca tiveram oportunidade de o frequentar, visitar ou utilizar devidamente. Com duas hastas públicas pretendemos que este edifício possa representar uma oferta hoteleira, uma oferta privilegiada no concelho. Ao todo, estamos a falar de oito edifícios que todos conhecemos e é inegável no passado

o seu abandono e na grande maioria dos casos com grande passividade e silêncio. Este trabalho nos últimos cinco anos do PS, torna-se mais evidente para quem como eu e muitos outros da minha geração só conheceu a grande maioria destes edifícios sem utilização, ao abandono e agora finalmente podemos usufruir deles porque estão ao serviço de todos nós, oliveirenses, num ato de boa gestão pública, pois estas reabilitações permitem também ao município uma poupança significativa em rendas municipais. Sabemos que estes foram anos intensos de trabalho, pois é necessário fazer projetos, planear os investimentos, procurar financiamento, robustecer as contas do município independentemente das condenações judiciais que tivemos que pagar no passado ou do pesado plano de saneamento financeiro que tivemos que pagar sem queixa e mesmo assim o único caminho possível para ter tantos projetos em andamento com o esforço municipal muito representativo. Sempre dissemos que seria preciso tempo para inverter este rumo e agora, hoje, é o tempo que temos mais esperança e confiança no caminho que todos nós, oliveirenses, executivo e população, estamos a trilhar. Muito obrigado. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Fernando Pais**, do PSD. =====*

===== Sintam-se todos cumprimentados na pessoa do senhor presidente da assembleia municipal Amaro Simões e do senhor presidente da junta de freguesia de Cucujães Simão Godinho. É evidente que estas infraestruturas, tudo o que está feito, apesar de nós manifestarmos alguma discordância relativamente às opções, não podemos deixar de nos congratular pelo alto financiamento que é feito no investimento das infraestruturas. Agora, fazer uma reflexão destas, sem analisar devidamente o grau de participação que a câmara municipal tem na vida das pessoas, eu acho que seria importante. É esse o desafio que eu lhe lanço para o senhor deputado na próxima assembleia, porque eu não vinha preparado para isto, como é evidente, eu ouvi um discurso que é um lançar de elogios ao presidente da câmara, que nem tudo está bem. Senhor deputado, nem tudo está bem. Se me permite, eu lanço-lhe o desafio de com toda a humildade fazer uma reflexão se os oliveirenses vivem melhor do que há cinco anos atrás. Se as condições de saúde, de educação, de ensino, cultura são as mesmas. Faça-me, por favor, este exercício de reflexão e diga-me exatamente em que é que a câmara municipal colabora desde há cinco anos atrás. Eu vou-lhe pegar exatamente, aí estou preparado, no último investimento que o senhor deputado referiu, a Estalagem de S. Miguel. Alguns deputados transitaram do passado, outros são novos e a Estalagem de S. Miguel já teve várias abordagens. Como já veio cá diversas vezes este tema fui às atas das reuniões de câmara ver exatamente qual era a posição do executivo relativamente a esta questão. E na intervenção da senhora vereadora Joana Ferreira, na ata da reunião de câmara de 10 de março de 2022 referiu “Relativamente à Estalagem S. Miguel, questionou: Qual o ponto de situação? Se se mantém o propósito da venda? Se há ou não interessados? Se se mantém o objeto da própria Estalagem na área da hotelaria? E se, sendo

nosso património, vamos fazer alguma coisa com a Estalagem para o bem da comunidade ou se não?”. O senhor presidente respondeu laconicamente o seguinte “mantem-se a vontade de alinear aquele património, no sentido de ser transformado numa resposta de natureza turística.” Mais tarde e bem mais espartano o senhor vereador José Campos fez uma intervenção limitando-se a dizer “que desenvolvimentos temos?”. Aí, o senhor presidente da câmara foi mais profícuo na sua intervenção e disse assim “Ficamos com problemas da estalagem por resolver e o problema da estalagem é algo que nós vamos ter de em sede de executivo discutir muito brevemente. Aquilo que nós estamos a procurar fazer e eu nunca pensei sinceramente, reconheço, que fosse tão complexo colocarmos um imóvel à venda numa imobiliária e que não gerasse interesses com propósitos de compra de investimento, nunca pensei que fosse tão difícil contratualizar isso. Está a ser complicado, andamos nisto há mais de um ano. Aquilo que eu espero é que consigamos aqui ter um período onde damos visibilidade internacional / nacional a este imóvel no sentido de percebermos se efetivamente há necessidades entre o adquirir e o requalificar para os tais fins turísticos que todos desejamos”. Obviamente que tenho a minha opinião pessoal, senhor presidente, mas, naturalmente essa é uma opinião pessoal que eu tenho e que pode evoluir. Nós estamos aqui num impasse, ou seja, nós tivemos duas hastas públicas deliberadas em assembleia de 29/06 e 22/11/2019 onde foi entendido que a alinação da Estalagem de S. Miguel proporcionará não só a recuperação do edifício como também uma locação privilegiada, mas também uma maior dinamização do Parque de La Salette. Na altura, o espetro partidário que pairava sobre esta assembleia, e eu notei isso por voz do CDS e o CDS era absolutamente contra esta iniciativa, recorrendo a questões históricas, a questões ligadas à história, afirmando, lembro o então deputado Jorge, que na altura achava que aquele era um património quase inalienável e, portanto, a câmara municipal devia fazer um esforço no sentido de aquilo ficar como património municipal. A questão de afetação ao turismo, é uma opinião pessoal e eu transmito-a, acho que nós não temos uma atividade turística tão acelerada que permite que o investidor pague €1.650.000 e se obrigue a fazer um investimento de quase quatro ou cinco milhões de euros. Nós temos algumas épocas do ano em que de facto a estalagem pode ter uma outra atividade, nas festividades e fim de ano, etc., mas não me parece que seja suficientemente atrativa para um investidor fazer um investimento destes, mas é a minha opinião. E neste aspeto, senhor presidente, depois das dúvidas que o senhor deixou na reunião de câmara eu desafio-o a fazer um estudo, até uma auscultação da sociedade civil, como se fez há uns anos atrás. Eu lembro-me de ter assistido a uma dissertação do saudoso Arq. Gaspar em que ele falava das várias hipóteses que a Estalagem de S. Miguel tem. Eu falo isto, porque a câmara municipal neste momento está suficientemente capitalizada, no meu entendimento, para arrancar com um processo que seja próprio. Eu não quero levantar aqui nenhuma questão, não há nenhuma solução milagrosa neste aspeto, mas há de facto que lançar os dados e de nós refletirmos sobre um bem que nós temos, que pertence a todos nós e que faz parte da nossa história. Outra questão que queria levantar, eu fui surpreendido, o senhor presidente disse que estava a tentar arranjar outras soluções relativamente à venda,

operação, constituição de direito, tudo o que nós quisermos chamar a esta situação e eu fui há duas semanas surpreendido com o anúncio de uma imobiliária oferecendo a Estalagem S. Miguel. Senhor presidente, eu não lhe quero dar lições nenhuma, até porque não tenho sequer essa capacidade, mas penso que antes do senhor presidente ou o executivo camarário, uma vez que não há nenhuma deliberação nesse sentido, deverá fazer uma proposta concreta à câmara municipal no sentido de qual é a solução que tem, porque eu não sei, nós aqui votamos uma hasta pública, hasta pública que ficou deserta e a partir deste momento não sabemos rigorosamente mais nada. Ou seja, se o senhor presidente propõe vender, numa negociação particular, com as condições da hasta pública tem que trazer à assembleia municipal, obrigatoriamente. É o que diz a lei das autarquias locais no artigo 25, alínea i), que toda a gente conhece, estamos fartos de votar situações destas. É um repto que eu lhe lanço, não é uma solução fácil, não há soluções milagrosas, nós temos consciência que não é fácil, os tempos são compostos por mudanças. V. Exa., deve ter uma ideia clara sobre a Estalagem S. Miguel, dizer exatamente o que pretende, levar a reunião de câmara e trazer à assembleia municipal esse projeto. Na altura votamos contra, porque o projeto era ambicioso. Eu não posso deixar aqui uma outra questão, que é a descentralização. Eu acho, sinceramente, nós não tratamos dignamente o processo da descentralização. Eu não sei o que é que pensa o município de Oliveira de Azeméis sobre a descentralização. E temos áreas tão importantes que já temos competências. É evidente que politicamente nós sabemos que em 2018 o PSD aprovou o projeto de descentralização, agora conforme ele decorreu foi tudo menos imperioso, taxativo e incoerente. Isso é uma questão para os senhores membros da Assembleia da República. Senhor presidente da assembleia, o senhor também devia ter uma intervenção neste sentido, devia consultar a lei e ver que a lei permite formar grupos municipais. Podia ter essa intervenção, não é da sua responsabilidade. Eu estranhei, e peço desculpa se na última assembleia municipal o senhor presidente abordou este assunto, nós temos muito pouca informação sobre o que vai acontecer em Oliveira de Azeméis, qual é o impacto que vai ter em Oliveira de Azeméis esta assunção de tarefas que eu quase considero que foi o governo central a dizer “tomem lá, desenrasquem-se. O dinheiro depois aparece.” =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao deputado **João Costa**, do PS.* =====

===== *Senhor presidente, agradeço o repto do senhor deputado, pois saliento, permite-me ainda reforçar mais que nada daquilo que eu disse aqui fosse uma inverdade, uma mentira. Portanto, salientar ainda mais a minha intervenção e permitir desde logo comentar que utilizou o único edifício que referi na minha intervenção, apesar de não estar em obras, está a ser dado o devido seguimento para fundamentar a sua intervenção no PAOD de hoje e isso por si só é um grande sinal da evolução que temos tido. Depois, de facto, hoje para mim é uma grande*

assembleia, apesar do senhor apoiar uma lista candidata em 2017 que dizia que estava tudo bem, que vivíamos uma grande qualidade de vida, na assembleia de hoje falamos de obras, portanto, faltava muita coisa por fazer e da falta de ainda mais obras e da execução das mesmas e, portanto, a urgência consistia em evoluir o concelho de Oliveira de Azeméis. De facto, hoje existem obras e coisas a acontecer no município e não preciso de ser eu a dizer que estamos melhor, nem os rankings, que também o dizem, é mesmo a realidade. Muito obrigado. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====*

===== Dando resposta às intervenções que foram feitas, começaria pelo senhor deputado Alcino Martins. Senhor deputado, nós não somos defensores da Indaqua mas somos defensores da verdade. E quando nós saímos daí e vamos para ali, nós fazemos um caminho de responsabilidade e aquilo que estamos ali a dizer deve ser rigoroso, deve ser sério, deve ser correto. Quando a Indaqua chegou ao concelho de Oliveira de Azeméis, em 2014, as perdas no nosso município eram de 50%, hoje são 19,7%, a média nacional é 30%. Temos municípios no país com perdas nos sistemas de água de 75%. Deixe-me só dizer-lhe isto, para que perceba que a sua intervenção neste domínio foi completamente despropositada. Nós temos um dos sistemas mais eficientes do país em termos de perdas de água. No município de Oliveira de Azeméis temos dos sistemas mais eficientes do país em termos de perdas de água, fique com essa nota, porque é muito importante. Em relação às bolsas de estudo nós aqui efetivamente durante muitos anos nunca tivemos nenhum instrumento de apoio aos estudantes carenciados para que pudessem ingressar no ensino superior. Temos finalmente um instrumento e agora o que fala é da quantidade dos apoios. Aliás, o senhor deputado chega mesmo a dizer que há um conjunto de alunos que foram injustamente, injustamente é o termo que utiliza, excluídos. Os alunos quando se candidataram, candidataram-se segundo regras. Já sabiam o número de bolsas que eram atribuídas anualmente e as condições de elegibilidade para essas bolsas. Aquilo que nós fazemos, é com uma grande responsabilidade social, o senhor acusa-nos de insensibilidade social e não deixa de ser curioso que sejamos nós os protagonistas da medida que nunca tinha sido tomada e que nunca tinha sido sugerida por nenhum partido, a sermos acusados de insensibilidade social. Deixe-me dizer-lhe uma outra coisa muito importante: não tem a ver com a quantidade, tem a ver com a qualidade da bolsa que é atribuída. Nós temos muitos municípios que dão mais bolsas que o município de Oliveira de Azeméis, aqui ao lado, não os vos vou citar por uma questão de cortesia como é evidente, mas atribuem metade do valor, portanto, se nós atribuirmos € 750/ bolsa, nós passamos automaticamente para 40 bolsas e se atribuirmos € 300/ bolsa como alguns municípios fazem, nós passamos para 60 ou 70 bolsas. Não é isso que se pretende, nós queremos que a bolsa seja uma ajuda efetiva às famílias, uma ajuda com impacto que permita que os seus filhos possam alimentar a esperança de poderem continuar com o seu ensino superior. Em relação à intervenção

do senhor deputado João Santos, eu peço desculpa, sinceramente não percebi muito bem a questão. Em relação à intervenção na Igreja Matriz, é um edifício absolutamente extraordinário, um edifício que tem para nós, Oliveirenses, um valor identitário inquestionável e, portanto, a câmara municipal esteve presente de forma expressiva no apoio financeiro destas obras, que são obras da máxima relevância porque estavam em causa, inclusive, a preservação deste importante património. Existe um programa de melhorias habitacionais em edifícios degradados para famílias carenciadas. Em termos de incentivos à reabilitação urbana, os incentivos que existem são os incentivos que decorrem da definição da ARU – Áreas de Reabilitação Urbana, no domínio fiscal, sobretudo ao nível, e esse é o mais importante e o mais relevante para os investidores, da redução da taxa de IVA que passa de 23% para 6%. Um pacote financeiro que permita que as pessoas se candidatem a obras de reabilitação no seu edificado não existe, a resposta é não. Em relação à intervenção do senhor deputado José Ribeiro, que basicamente se referiu à proteção civil no nosso concelho. Eu começaria por fazer uma correção, não é verdade que nós não tenhamos planos de segurança para eventos, o Francisco Silva que aqui está e que desempenhou funções na câmara municipal de Oliveira de Azeméis nesse domínio, apresentou planos de segurança que naturalmente foram evoluindo em função da capacidade que fomos adquirindo e até das próprias exigências legais. Os planos de segurança existiram num passado recente, não era uma coisa muito antiga, mas efetivamente temos hoje os planos de segurança como instrumento fundamental para a prossecução do evento como uma característica absolutamente determinante para que evento decorra com a normalidade. Nós tivemos agora na Noite Branca, só para que percebam, eu não queria estar a dizer nenhuma imprecisão, mas umas oito ocorrências no domínio do Safe e seis ou sete no domínio do Security, portanto no domínio do socorro e no domínio da segurança. Claro que as coisas no domínio do socorro tiveram a ver com hematomas, tiveram a ver com algum excesso de álcool e algumas quedas; no domínio da segurança algumas tentativas de passagem de notas falsas, que é uma coisa que não deixa de ser uma novidade para nós, perdas de cartões de cidadão, um miúdo ou outro que se perdeu dos pais e, portanto, o plano de segurança, acautelando estas situações, permitiu a sua rápida resolução. No domínio da proteção civil o caminho que se tem feito é o caminho de criar condições conforme eu sempre disse e não me canso de dizer, suportados no ativo importante que nós temos que é a nossa Comissão Municipal de Proteção Civil, que tem na sua génese, na sua essência as nossas duas Corporações de Bombeiros. O trabalho que nós fazemos, é o trabalho que temos obrigação de fazer. No domínio das faixas de gestão do combustível temos até à data 63 hectares limpos, com mais 24 hectares que foram promovidos por entidades externas, nomeadamente EDP e outros. Temos neste momento um plano para intervenção nos pontos de água de forma a mantê-los operacionais. Fizemos uma intervenção muito recentemente na Minhoteira para proporcionar a esse ponto de água maior capacidade de armazenagem. Estamos a intervir no domínio dos caminhos florestais, fazemos intervenção programada, fizemos muito recentemente uma intervenção em Pinhão/ Pindelo e também em Carregosa. Estamos a fazer também um trabalho

importante, no domínio do apetrechamento do nosso Centro Municipal de Proteção Civil, que tem todo o equipamento instalado, todo o equipamento que necessita para prestar esse serviço, estamos numa fase de formação nas aplicações, as pessoas já estão no local, não estão todas, mas estão algumas pessoas no local e, portanto, teremos condições para muito brevemente arrancar com esse evento. Também no domínio da segurança, nós naturalmente estamos a equacionar a possibilidade de avançarmos para a polícia municipal, mas essa é uma decisão que é realmente ambiciosa, porque os custos de uma polícia municipal são custos substanciais, estamos a falar de muitas centenas de milhares de euros por ano e, portanto, essa é uma decisão que se poderá tomar quando tivermos consolidadas um conjunto de questões no domínio da proteção civil. Em relação aos incêndios do Pinheiro da Bemposta, tivemos um grande incêndio em julho no Pinheiro da Bemposta, arderam mais de 2850 hectares, em Oliveira de Azeméis tivemos cerca de 12% dessa área, cerca de 350 hectares, portanto, foi um grande incêndio, agora temos uma operação de recuperação de emergência desse espaço, mas essa atendendo à área ardida é da responsabilidade da ICNF e está a ser levada a cabo neste momento. Em relação à intervenção do Francisco Silva, sobre as antigas instalações da Garagem Justino, nós estamos a fazer uma revisão do projeto porque obviamente não ficamos nada satisfeitos com o valor que o mercado nos pede para fazer aquela requalificação. Aquilo que estamos a fazer é mantendo o programa funcional que pretendemos para o edifício procurar manter ao máximo a identidade e o aspeto atual, ou seja, se prevíamos revestimentos nos pisos vamos manter os revestimentos existentes, se prevíamos intervenções de revestimento nas paredes, vamos procurar com que elas fiquem com o aspeto tosco semelhante ao que lá está. Havia um conjunto de coisas que iam ser removidas, que nós vamos mantê-las, uma série de portões que dividem os pisos. Vamos procurar reduzir o investimento que tínhamos previsto em iluminação. Aquilo que é essencial é que o programa que se pretende para o equipamento se mantenha e, portanto, não há nenhuma alteração. O projetista já foi encomendado à revisão de projetos, estão a trabalhar na revisão do projeto e, portanto, a orientação em termos de revisão funcional é exatamente o mesmo e aquilo que nós nos propúnhamos fazer no edifício é para se manter, agora vamos tentar fazê-lo, como fazemos em nossas casas, com o menor custo e que seja verdadeiramente comportável. Em relação à intervenção do senhor deputado João Costa, que referiu aqui um conjunto intervenções que foram feitas, é evidente que essas intervenções são muito importantes, fizemo-las num contexto muito complexo, se queríamos um contexto que acrescentasse exigência ao contexto já difícil de arrancar este concelho de alguma letargia, bem a pandemia durante dois anos e uma guerra que inflacionou drasticamente os preços, condicionou a disponibilidade de materiais, não poderíamos ter contexto mais difícil para modernizar e desenvolver este território. Nós quando chegamos ao executivo camarário, colocamos sempre uma tónica muito importantes nas questões económicas, não estou a dizer que não sejam importantes, são muito importantes, mas para nós o que era importante era requalificar o edificado público para simbolicamente transmitirmos às pessoas, em primeiro lugar aos oliveirenses e depois aos investidores, que sabemos cuidar do que é nosso

e que temos uma preocupação com aquilo que é nosso. Portanto, este sinal é muito importante para que outros passem também a cuidar do que é seu. Tivemos essa preocupação desde a primeira hora e com isso pretendíamos dizer que investir em Oliveira de Azeméis é um bom investimento porque a autarquia local preocupa-se com seu edificado, preocupa-se em criar condições de atratividade nos eu território. Estamos a requalificar esse edificado público que referiu, mas também estamos a fazer muito mais do que isso, estamos a fazer um plano de intervenção nas escolas que vai recuperar a degradação em que estava o nosso parque escolar, a degradação em que o encontramos por uma questão basilar, porque a criação de condições de aprendizagem impacta e de que maneira no futuro que todos nós queremos para este concelho. Dizer-lhe também uma preocupação, porque estamos em Cucujães, foi também criar respostas ao nível dos nossos Postos da GNR. O de Cucujães felizmente está requalificado, esperemos que chegue a bom porto o Posto de GNR de Cesar para que tenhamos também a esse nível uma boa resposta. Mas também estamos preocupados com os polidesportivos que estão abandonados e que vamos requalificar, já tive oportunidade de dizer aos colegas de executivo, cinco polidesportivos, escola e cantina de S. Martinho da Gândara, Escola de Santo António, Escola de Teamonde, o Sindicato de Vidreiros do Norte, o Pólo de Inovação e Cultura em Macinhata da Seixa. Mas, também estamos a falhar e temos de ter aqui a humildade de reconhecer e de assumir perante vós que estamos a falhar, por exemplo, nas requalificações das zonas industriais. Aquilo que nós gostaríamos que já tivesse acontecido na zona industrial de Nogueira do Cravo/ Pindelo e na zona industrial do Nordeste ainda não tivemos capacidade para fazer acontecer, mas estamos a trabalhar para requalificar as nossas zonas industriais e esse é o caminho. Primeiro, requalificar as nossas zonas industriais, criar as condições de dignidade e só depois disso é que nós pensamos em novas zonas industriais ou até em ampliar as existentes. Reconhecemos aqui, perante vós, sem qualquer problema, que falhamos nisso. Depois, outra coisa que é muito importante: é preciso continuar a investir nas redes de água e saneamento. Nós estamos sempre a dar “porrada” no nosso ambiente, estamos sempre a maltratá-lo e chega, há que inverter esse processo. Nós podemos fazer muitas coisas, podemos requalificar as nossas etar’s, podemos fazer a fiscalização às descargas indevidas, mas nós somos os responsáveis por todos os dias produzirmos uma quantidade apreciável de águas residuais que não temos capacidade para tratar, nem sequer para recolher. Portanto, temos de criar rede e depois temos de criar soluções, etar’s, fábricas de água que é hoje esse o conceito moderno. Porquê? Porque as fábricas de água permitem o aproveitamento das águas residuais para regas, lavagens, etc.. É esse caminho que nós temos que fazer e, portanto, estrategicamente também é muito importante para nós fazermos uma aposta determinada como julgo aceitarão, anuirão, que estamos a fazer. Mas deixe-me também só dizer-lhe que já falamos no Albergue de Peregrinos, mas também era importante só dar aqui uma nota em relação àquilo que está a ser feito com as nossas freguesias, porque o parque verde em Carregosa está a acontecer, como está a acontecer a requalificação do Núcleo do Parque Temático Molinológico de Travanca, como esperamos que aqui nesta freguesia venha a

requalificação da sede da NAC, uma ambição desta importante coletividade desportiva do nosso concelho, alimentada há tantos anos e que finalmente está adjudicada e estamos à espera que o empreiteiro, que se está a arrastar no início das obras, também venha a acontecer. A casa da gastronomia, o núcleo da ruralidade em Cesar, o que está a acontecer em Vilarinho de S. Luís; Monte de S. Marcos em Fajões. São uma quantidade de obras que estão a acontecer nas freguesias que ajudam a recuperar muito edificado público que estava degradado e que não estava a servir a nossa população. Esperamos também que o Centro Interpretativo Ferreira de Castro, em Ossela, também conheça destino nas próximas semanas ou nos próximos meses. Em relação à intervenção do senhor deputado Fernando Pais Ferreira, senhor deputado colocou uma questão e eu naturalmente não posso ficar indiferente à questão que colocou sobre se os oliveirenses têm melhor qualidade de vida do que tinham há cinco anos. Eu quero acreditar que sim, se nós não acreditarmos nisto estamos a passar um atestado de completa ignorância aos Oliveirenses em relação aquilo que são as suas decisões. Eu acredito na capacidade dos oliveirenses para tomarem decisões. Os oliveirenses foram absolutamente claros na decisão que tomaram e essa decisão valida o trabalho que foi feito e eu espero que essa decisão traduza um trabalho que melhorou a sua qualidade de vida, que melhorou a competitividade do território, porque senão não faz sentido rigorosamente nenhum os oliveirenses de forma tão expressiva e tão clara terem dado essa nota de apreciação em relação ao trabalho que foi desenvolvido. Isto não são elogios ao senhor presidente de câmara, porque o mérito não é do senhor presidente de câmara, o mérito é de todo o executivo camarário e o mérito é repartido. É evidente que o presidente de câmara tem sempre mais protagonismo nesta câmara como em todas as outras, mas nada disto acontecia se não tivesse uma equipa que trabalhe todos os dias para que isto aconteça. Eu trago para esta equipa também os nossos presidentes de junta de freguesia e os nossos executivos de junta de freguesia e trago para esta equação também todos os contributos que nós recebemos mesmo da oposição. E, portanto, este trabalho não é um trabalho que seja um trabalho que possa ser reclamado por A e por B, é um trabalho de uma equipa, é um trabalho que resulta da aposta que os oliveirenses fizeram e que eu espero que seja uma resposta que traga o desenvolvimento e a melhoria das condições de vida que nós todos desejamos para este território. Em relação à Estalagem de S. Miguel, senhor deputado, eu acredito que o senhor quer tanto como eu resolver o problema, eu não tenho dúvidas nenhuma sobre isso. Muito sinceramente, o que eu quero é resolver o problema. É um facto que lançamos duas hastas públicas que ficaram desertas, o senhor sabe que foram lançadas num contexto particularmente difícil, em plena pandemia, admito que até possa não ter havido a divulgação que seria desejável, foi feita a divulgação possível, agora o que importa é resolver o problema, porque é um equipamento demasiado importante estrategicamente para o concelho para estar abandonado há tantos anos sem qualquer tipo de função, seja ela qual for. Quando eu disse que andamos há um ano a tratar, é a tratar da questão com as imobiliárias, é a questão de colocar à venda nas imobiliárias e é há um ano que andamos a tratar disso. O que eu disse na sequência da interpelação da senhora vereadora Joana Ferreira

foi que íamos dar um período para que as imobiliárias fizessem esse trabalho. Se não houver uma solução, pois nós teremos de encontrar uma solução e aí fará sentido, como disse, fazer uma reflexão sobre o futuro do equipamento. Eu continuo a acreditar que aquele equipamento neste momento é mais útil para o nosso concelho, para aquilo que nós temos de fazer no domínio da cultura e do turismo como uma resposta hoteleira. Eu acredito nisto, posso estar profundamente errado, mas é o que eu realmente acredito. É para isso que estamos a trabalhar. Em relação à observação que fez, que isto não é suficientemente atrativo para um investidor, sinceramente não quero crer nisso, está a falar num milhão e seiscentos mil euros, mas está a falar de uma zona absolutamente privilegiada na nossa cidade, no nosso concelho e eu atrevo-me mesmo a dizer no nosso distrito. Portanto, pagar um milhão e seiscentos mil euros por um edifício que lá está, julgo eu, em números redondos, 5000m² de terreno numa área prime como aquela, no verdadeiro pulmão verde da cidade não me parece que seja um valor exorbitante. É evidente que num contexto recessivo, num contexto de grande dificuldade, os investidores também são prudentes, alguns acobardam-se e outros adiam as decisões. Mas o que é um facto que eu acho que aquele equipamento tem condições para ser um equipamento altamente rentável nesta fileira da hotelaria, caso o entendimento do mercado não seja esse, nós avançaremos. Diz que a câmara está capitalizada para fazer um processo próprio, eu não sei muito bem o que quer dizer com isso, não sei se está a sugerir que se gaste uns milhões de euros a requalificar o edifício para o adaptar para um fim, espero bem que não seja para fazer uma unidade hoteleira com esse dinheiro, porque a câmara não só não tem vocação para dinamizar unidades hoteleiras como obviamente não se faz uma requalificação que não agrade a quem a quer explorar. Como sabe os hotéis fazem decorações, fazem investimentos nas respostas adequadas ao segmento de público que querem atingir e, portanto, não me parece que faça sentido nós estarmos a fazê-lo. Além disso, deixe-me que lhe diga, que já foram elencadas aqui um conjunto de prioridades: rede de água e saneamento, escolas, zonas industriais degradadas, rede viária degradada, que legitimamente os senhores deputados falaram e alertaram com toda a razão, naturalmente que são mais prioritárias para nós do que gastar dois, três ou quatro milhões de euros num equipamento a requalifica-lo que não sabemos muito bem para quem e não sabemos também se a requalificação agradaria ao destinatário. O senhor diz que não é uma solução fácil, é verdade, nós estamos habitados a grandes desafios e a coisas complexas, eu não sei se se lembram de uma palavra que se chama Arcádia, hoje já ninguém sabe o que é o Arcádia, já ninguém se lembra, felizmente. Esteve décadas para se resolver, não sei quanto anos foram, mas muitos anos para resolver, atravessou a nossa mente durante muito tempo, hoje já ninguém se lembra que o Arcádia é um problema ultrapassado, está resolvido e que já não se encontra ali naquelas condições. Descentralização, quer saber o que é que o município de Oliveira de Azeméis pensa sobre a descentralização? Que se cumpra a vontade do povo. É só isso. Descentralização de competências do estado central para as autarquias, o senhor sabe o que é que nós pensamos? Para já temos de assumir essas competências, pensamos assumi-las, mas pensamos assumi-las na posse de toda a informação e

sobretudo com a garantia de que temos condições para as continuar a assegurar pelo menos com o mesmo nível de qualidade e de eficácia com que eram asseguradas. E como sabe os processos têm sido tumultuosos, as realidades dos municípios são diferentes, há municípios que estão mais avançados nesse processo, numa ou noutra área, mas uma boa parte dos municípios, aliás ainda hoje dois presidentes de câmara, de grandes câmaras do país, sugeriram que o processo de descentralização de competências fosse suspenso. Quer isto dizer que ainda há um conjunto vastíssimo de pontos de interrogação, é mais um problema que se acrescenta aos problemas que as autarquias têm em resultado da pandemia, em resultado da guerra, etc. Repare, tem vindo na comunicação social que há municípios, e o de Oliveira de Azeméis também se inclui nos municípios que viu a sua fatura de energia agravada, com aumentos de 500% e 1000% nos custos de energia. Portanto, há que ter prudência nestas coisas, há que abraçar um processo destes, tendo a certeza absoluta que o pacote financeiro que acompanha o processo de descentralização de competências não prejudica a qualidade do serviço público que queremos prestar e que naturalmente não vai criar depois dificuldades futuras às câmaras no sentido de as impedir de assegurar este serviço de qualidade que todos desejamos. A nossa posição é clara, vamos assumir as competências todas que tivermos que assumir. Já temos reunido sobre este processo, mas não ficamos nada satisfeitos com a questão da Escola de Carregosa, por exemplo. Portanto, nós não vamos assumir a Escola de Carregosa sem que ela faça parte da lista do mapeamento que foi feito para as escolas a requalificar. Nesta matéria da descentralização das competências, o que quero dizer é que estamos disponíveis para assumir, mas queremos fazê-lo com a certeza absoluta que não vamos colocar em causa o serviço à população. É apenas e só essa a preocupação e, portanto, contamos também com o contributo de todos para que a nossa posição seja uma posição suportada naquilo que é a vossa opinião também. =====

*===== O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** anunciou o tempo utilizado pelos Grupos Municipais: o PS utilizou 21 minutos e 34 segundos; o PSD utilizou 29 minutos. Destes 29 minutos, o deputado Fernando Pais Ferreira gastou 14 minutos. Apelou para que os tempos fossem cumpridos. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao deputado **Alcino Martins**, do BE. =====*

===== Senhor Presidente, é defesa da honra. O senhor presidente da câmara chamou-me mentiroso e eu vou repetir o que eu disse aqui há bocado “O relatório de contas de 2020 da Indaqua (o de 2021 ainda não está disponível ao público) apresenta uma informação que nos deve preocupar. A informação é que em 2020, as perdas de água no nosso Concelho foram de 21,6% da água que entrou no sistema”. Eu gostaria que o senhor presidente desmentisse isso agora e gostaria que a seguir fizesse um pedido de desculpas. Em relação a Ovar, ainda bem que fiz uma

pesquisa na internet, as bolsas de estudo têm um valor de € 1000, repartidos por dez meses, não são € 750, nem € 300, nem essas contas que o senhor costuma a fazer. Sabe, senhor presidente, existem três coisas que só ficam encobertas por pouco tempo: o sol, a lua e a mentira e eu abomino mentirosos. Muito obrigado. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao deputado **Fernando Pais**, do PSD. =====*

===== Senhor presidente, só lhe queria perguntar uma coisa, uma questão muito simples. Nessas imobiliárias ou nessa imobiliária que o senhor presidente colocou, eu se chegar lá com um milhão seiscentos e cinquenta mil euros compro a Estalagem S. Miguel? Isso não foi o que nós deliberamos aqui, senhor presidente. Isso viola claramente, ou então revoga-se a deliberação da hasta pública e todos nós mandatamos o senhor presidente e a câmara municipal no sentido de vender a Estalagem S. Miguel por um milhão seiscentos e cinquenta mil euros, que não é nada disso que consta. Em segundo lugar, eu verifiquei que foram detetados no processo de descentralização para a área da educação erros nas listagens apresentadas de edifícios a intervencionar, escolas. Além de que subsistem interrogações relativamente às prioridades de intervenção, as quais devem ser analisadas com objetividade e equidade, considerando as especificidades de cada território. Aquilo que eu pergunto, se calhar ao senhor vereador, é se de facto as prioridades das escolas a intervencionar no âmbito deste diploma são as que correspondem aos interesses do município. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar mais esclarecimentos. =====*

===== Senhor deputado Alcino Martins, eu não lhe chamei mentiroso, eu disse que os dados que apresentou não eram rigorosos. O senhor traçou um cenário trágico para o concelho Oliveira de Azeméis, alertando para as perdas de água que eram uma verdadeira vergonha no nosso concelho. Eu não lhe disse que as perdas de água em 2020 não foram 21,6%, foram, está no relatório e em 2021 vão ser 19,6%. O que eu lhe disse foi que este sistema é dos mais eficazes do país e, portanto, o senhor vem aqui dizer que é uma vergonha que se percam 40% de água, ou se perca não sei quantos, o que eu lhe estou a dizer é que não se perdem, é dos mais eficientes do país, é dos sistemas mais eficientes do país, é isso que eu lhe estou a dizer. Eu comecei por dizer que não sou um defensor da Indaqua, não estou aqui para fazer esse papel, mas sou um defensor da verdade e não é verdade o que o senhor disse. Em 2020, houve perdas de 21,6% e será 19,7% em 2021. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao deputado **Alcino Martins**, do BE.* =====

===== *O relatório de contas de 2020 da Indaqua apresenta uma informação que nos deve preocupar. A informação é que em 2020 as perdas de água no nosso concelho foram de 21,6%. Foi isso que eu disse.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar mais esclarecimentos.* =====

===== *A intervenção foi para dar esses dados? Muito bem. Não adjetivou, não disse mais nada? Diga o que quis dizer com a mensagem que eu não percebi.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao deputado **Alcino Martins**, do BE.* =====

===== *O que eu quis dizer com a mensagem é que tem que haver mecanismos para reduzir este desperdício. Eu acho que para bom entendedor meia palavra basta, ou não?* =====

===== *O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** disse:* =====

===== *Eu penso que ninguém chamou mentiroso a ninguém, ninguém deve ser chamado de mentiroso, porque isto é uma assembleia que quer e vai manter a dignidade dos seus membros.* ==

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar mais esclarecimentos.* =====

===== *Eu não respondi a todas as questões. Peço desculpa, gostaria só de terminar e vou ser mesmo cirúrgico. Reforçar mais uma vez que não chamei mentiroso a ninguém, uma coisa é dados pouco rigorosos que aqui são apresentados e que não são verdadeiros e outra coisa é chamar mentiroso às pessoas. Não citei exemplos de bolsas de estudo, foi buscar a bolsa de estudo de Ovar, que tem € 1000, a nossa é € 1500, mas se quiser ir buscar de outros municípios perceberá que em Vale de Cambra, por exemplo, são € 750. Escolheu um exemplo e eu posso-lhe citar este que é metade da nossa. O que relevante é o caminho que se vai fazendo no sentido de se criar condições, criar respostas sociais que permitam que as nossas crianças e jovens possam prosseguir o seu percurso educativo e formativo. Em relação à intervenção do senhor deputado Pais Ferreira, nós obviamente que quando fizemos as hastas, depois tínhamos o parecer jurídico que nos dizia o que é que nós podíamos fazer a seguir e nós podíamos fazer negociação particular,*

podíamos fazê-lo contratando intermediação junto das imobiliárias. Foi isso que nós fizemos e levamos à reunião de câmara de junho esta proposta que foi aprovada para se fazer a intermediação imobiliária. A decisão da assembleia foi alienar o património. Senhor deputado, há uma coisa que eu nunca vou fazer consigo, já lhe disse isto n vezes e vou repetir mais um: Não vou discutir consigo questões jurídicas, quando muito dou-lhe os pareceres do nosso departamento jurídico para que o senhor contradite, agora não vou discutir consigo, muito menos neste fórum e no adiantar da hora, essa questão como é evidente. Em relação às prioridades das escolas, não são as nossas prioridades, ou seja, são as nossas prioridades, mas não completamente. Está a Escola de Loureiro, a Escola do Pinheiro e devia estar a Escola de Carregosa e deviam estar também todos os pavilhões dessas escolas; devia estar também a requalificação da envolvente dos espaços exteriores que são também muito importantes, não é só requalificar o edifício, mas também requalificarmos tudo aquilo que o espaço da escola representa para os nossos alunos. =

===== PERÍODO DA ORDEM DO DIA (ART.º 22º DO REGIMENTO) =====

===== Seguindo os trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu início ao Período da Ordem do Dia. =====

===== Ponto um: Aprovação da Ata nº 05 - Sessão da Assembleia Municipal de 27-06-2022 - Aprovação. =====

===== Presente para aprovação a ata n.º 05 - Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 27 de junho de 2022. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Colocada à votação a ata n.º 05 - Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 27 de junho de 2022, foi aprovada, por unanimidade, não tendo participado na análise e votação deste ponto os Membros da Assembleia que não estiveram presentes na Sessão a que ela respeita, por força do nº 3, art.º 34º do Código do Procedimento Administrativo. =====

===== Ponto dois: Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município – Apreciação. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentado um “dossier” exaustivo dando a conhecer todas as atividades realizadas pela Câmara Municipal, assim como a situação financeira do Município. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Estamos a cumprir um formalismo legal, o que está disposto na alínea c) do n.º 2 do art.º 25 do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. Estamos a disponibilizar a informação sobre a atividade e a situação financeira do Município de Oliveira de Azeméis, uma informação intercalar reportada a 16 de setembro.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *A Assembleia Municipal apreciou e tomou conhecimento.* =====

===== **Ponto três: Revisão do Código de Boa Conduta, Ética e Cidadania do Município de Oliveira de Azeméis (I/55958/2022) – Aprovação.** =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando - A última aprovação, em 20/02/2020, pela Câmara Municipal e em 29/02/2020, pela Assembleia Municipal do Código de Boa Conduta, Ética e Cidadania do Município de Oliveira de Azeméis; - Que entretanto ocorreram alterações legislativas, designadamente a publicação do DL N.º 109-E/2021 de 9.12, que cria o Regime Geral da Prevenção da Corrupção (RGPC), o qual é aplicável à Administração Local (n.º 2 do art.º 2.º); Propõe-se: Aprovação da revisão do Código de Boa Conduta, Ética e Cidadania (documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas); Que se submeta à Assembleia Municipal para os devidos efeitos. Que posteriormente se proceda à sua divulgação a todos os/as trabalhadores/as, bem como à publicitação na intranet e na página oficial deste município, na internet, bem como remetido para conhecimento da tutela, serviços de inspeção e MENAC-Mecanismo Nacional Anticorrupção.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Nós aprovamos o nosso Código de Boa Conduta, Ética e Cidadania em fevereiro de 2020, mas, entretanto, ocorreram alterações legislativas que temos que acomodar nesse documento. Portanto, o Decreto-lei n.º 109-E/2021 cria um regime geral de prevenção da corrupção e é necessário atualizar o nosso código com a legislação que foi produzida e que é aplicável à administração local.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de Carla Reis.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à deputada **Carla Reis**, do PSD.* =====

===== *Boa noite a todos. Considerem-se todos cumprimentados na pessoa do senhor presidente da assembleia municipal Amaro Simões, o executivo municipal na pessoa do senhor presidente da câmara e todos aqueles que assistem à distância através da comunicação social aqui presente. Relativamente a este ponto e à revisão do Código de Boa Conduta, Ética e Cidadania do Município de Oliveira de Azeméis, é preocupação da nossa bancada perceber o que é que tem sido feito pelo município no âmbito da prevenção, preocupação já manifestada pelos vereadores do PSD na última reunião de câmara. Aliás, na altura, a senhora vereadora Inês Lamego ficou de fazer chegar aos vereadores do PSD o relatório, e os mesmos ainda se encontram a aguardar. Mas, o que aqui importa perceber e conforme dispõe o art.º 48.º, medidas preventivas do citado Código de Boa Conduta, Ética e Cidadania, que elenca um conjunto de medidas preventivas sob a competência do senhor presidente da câmara municipal ou do vereador a quem este delegue a implementação de ações concretas de prevenção do assédio no trabalho. Assim, gostaríamos de saber o que é que tem sido feito neste âmbito e para tal coloco algumas questões: Estão a ser cumpridas as obrigações dispostas no referido art.º 48.º? Que diligências têm sido tomadas pelo município no âmbito da prevenção e implementação de ações concretas de prevenção no assédio no trabalho? Foram promovidas algumas ações e informação em matéria de assédio e de gestão de conflitos no trabalho? Já foi constituída a comissão com poderes de autonomia e independência?* Obrigada. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta à intervenção anterior.* =====

===== *Senhora deputada Carla Reis, eu julgo que está a ser cumprido aquilo que está disposto no art.º 48.º. Nos relatórios anuais de gestão é fornecida toda a informação sobre o nosso Código de Boa Conduta, Ética e Cidadania. Aquilo que está incluído no nosso Plano Global de Gestão de Riscos Organizacionais do Município, são programas de formação interna. Temos um canal de denúncias instituído, temos um sistema de controle interno e depois temos o controle e a revisão que é feito periodicamente ao nosso sistema de controle interno e que nos permite avaliar a eficácia do nosso plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas. Portanto, aquilo que eu lhe posso fazer chegar é o programa de formação interna que nós temos, o canal de denúncias como está instituído, como funciona, para que perceba de que forma é que nós estamos a olhar para essas questões do assédio no trabalho, que são efetivamente um problema que nos preocupa e de que forma estamos sobretudo a prevenir essas situações de assédio no trabalho.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número três à votação, tendo sido aprovado, por unanimidade, a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto quatro: Alteração aos Estatutos da ENERGAIA - Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto (I/55783/2022) – Aprovação.** =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A adesão do Município à Energia, em 2011, deliberada no seguimento da aprovação em Reunião de Câmara de 07/12/2010 e em Assembleia Municipal de 28/12/2010, pressupôs um conjunto de direitos e deveres relativamente à Energaia, nomeadamente o cumprimento dos seus Estatutos; - Que foi remetido, pela Energaia - Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto, ofício com a indicação de intenção de alteração estatutária, tendo como ponto único a alteração ao ponto 1 do artigo 26.º a esses estatutos, tal artigo refere-se ao valor da quota total anual, passa de 50.000€ para 200.000€, com efeitos já para o presente ano de 2022; - Que esta alteração, na prática, não tem efeitos no valor pago anualmente pelo Município de Oliveira de Azeméis, dado que, já vem sendo pago anualmente o valor de 20.806,28€, por este município, ainda que ao abrigo de aumentos extraordinários, previsto também no número 2. do referido artigo 26.º. Assim, e também como é referido no Ofício CE2022/57 da Energia, pretender-se-á mera simplificação do processo. - Que na Assembleia Geral da Energaia, realizada a 25 de maio de 2022, deliberou, aprovar a proposta de alteração dos Estatutos, conforme apresentado no anexo I; -Que a Energaia não poderá, de forma unilateral, proceder a uma alteração estatutária sem que as Assembleias Municipais dos municípios associados, sob proposta das Câmaras Municipais autorizem essa alteração; Nestes termos, propõe-se: Que, ao abrigo do disposto do n.º 1, alínea u), do artigo 25.º, conjugado com a linha s) do n.º 1 do artigo 33.º, todos do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere propor à Assembleia Municipal a aprovação das alterações aos Estatutos da Energaia - Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto, constantes do Anexo I à presente proposta. Os encargos resultantes da presente proposta serão satisfeitos pelo orçamento nas correspondentes classificações orgânica e económica, correspondendo ao número de compromisso de fundo disponível n.º 387/2022, em cumprimento do disposto na Lei n.º 8/2012, de 21.02 e decreto-lei n.º 127/2012, de 21.06, com as respetivas atualizações.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *É muito simples, não tem nada de especial, nós temos duas agências de energia no Porto, a ENERGAIA é a agência da qual nós fazemos parte, temos uma quotização anual de €20.806,28. Esta quotização anual tinha uma componente de quotização ordinária e uma*

componente de quotização extraordinária. Como não faz sentido manter essa componente de quotização extraordinária, houve uma alteração estatutária na ENERGAIA que transforma a quotização que é paga anualmente pelos municípios numa quotização única e ordinária. Isto não altera o valor que pagávamos, tínhamos era a quotização dividida em duas componentes que passa a estar concentrada numa quotização ordinária. É isso que faz sentido, porque a quotização extraordinária visava determinado princípio que se eterniza no tempo e, portanto, passa de extraordinária a ordinária. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número quatro à votação, tendo sido aprovado, por unanimidade, a proposta apresentada. =====

*===== **Ponto cinco: Normas de funcionamento - Oficinas Temáticas “Natal a Brincar 2022” (I/51419/2022) - Aprovação.** =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As atribuições dos municípios na promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente no domínio do património, cultura e promoção do desenvolvimento (art.º 2.º e alínea e) e m) do n.º 2 do art.º 23.º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12.09, na redação atual); - Que, compete à Câmara Municipal: a) “deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existente, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos”; b) “ ... apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município,...”; c) Assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal; d) ”Promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal “- conforme as alíneas o), u), t) e ff) do número 1, do artigo 33, do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12.09; - Os princípios subjacentes à lei de bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, constituindo dever das Autarquias Locais: ” ...O conhecimento, estudo, proteção, valorização e divulgação do património cultural ...”; (n.º 3 do art.º 3 da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro); - Que se trata de contratação excluída, ao abrigo do art.º 5.º números 1 e 4 (alínea c) e do n.º 1 do art.º 5.º B do Código da Contratação Pública, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na redação atual; - A designação do/a trabalhador/a Catarina Reis como Gestor/a do presente Contrato; Submete-se a Reunião de Câmara Municipal a aprovação das normas para o funcionamento das oficinas temáticas “Natal a Brincar 2022” (documento esse

que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), evento que irá decorrer no Parque de La Salette nos fins-de-semana e feriados que antecedem e precedem o Natal, entre 26 de novembro e 1 de janeiro de 2022.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito rapidamente, nós estamos a planear o Natal de 2022 e temos uma iniciativa “Natal a Brincar”, onde procuramos sensibilizar as nossas crianças para um conjunto de temáticas que têm a ver com a cidadania, com a saúde, com as profissões, com jogos tradicionais, música, reciclagem, etc. Habitualmente contratávamos este serviço a uma empresa, mas nós entendemos mudar o formato. Aquilo que nós fizemos foi desafiar o nosso movimento associativo, as nossas associações para assegurarem, durante cerca de um mês, estas atividades, que podem ter a ver com um conjunto de profissões, de jardinagem, pastelaria, estética, enfim, o tema que entenderem escolher e atribuímos um apoio no valor de € 5000 a cada uma das associações que asseguram estas atividades de 26 de novembro até ao final do ano, até 31 de dezembro. Estamos aqui a aprovar as normas que permitem assegurarmos este serviço através do nosso movimento associativo. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de Fernando Pais. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Fernando Pais**, do PSD. =====

===== Não nos move nada contra a proposta, vamo-nos abster porque achamos que a aprovação destas normas não é da competência da assembleia municipal. Eu estive a ver as competências da assembleia municipal e não encontro este tipo de competência. Essa é a única razão por que é que nós nos vamos abster, no sentido de termos algumas dúvidas destas normas terem de ser aprovadas em assembleia municipal. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== Senhor presidente, o que os serviços nos dizem é que todas as normas que têm eficácia externa e que envolvem pagamentos têm que ser aprovadas na assembleia municipal e temo-lo feito recorrentemente. Portanto, estas não escapam a esse princípio, que tem sido o princípio orientador que temos seguido. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número cinco à votação tendo sido deliberado, por maioria, aprovar a proposta apresentada, com a seguinte votação: A favor, 26 votos: vinte e um (21) votos do PS, um (1) voto do CDS-PP, um (1) voto do CH, um (1) voto do B.E., um (1) voto do Presidente de Junta da Freguesia de Cesar, um (1) voto da Presidente de Junta de Freguesia da União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca; Abstenções: doze (12) votos do PSD.* =====

===== **Ponto seis: Regulamento de controlo de acesso a Zonas Pedonais da cidade de Oliveira de Azeméis (I/41175/2022) - Aprovação.** =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - que a Câmara Municipal na reunião de 02 de dezembro de 2021 deliberou aprovar o início do procedimento para a criação do Regulamento de Controlo de Acesso a Zonas Pedonais da Cidade de Oliveira de Azeméis (I/6581/2021); - que na sua reunião de 24 de fevereiro de 2022 deliberou aprovar o Projeto de Regulamento de Controlo de Acesso a Zonas Pedonais da Cidade de Oliveira de Azeméis para audiência pública (I/11412/2022); - que foram rececionadas três sugestões de melhoria ao projeto de regulamento; - que, tendo em conta a semelhança do seu conteúdo, foram prestados esclarecimentos à ACCOAVC - Associação de Comerciantes dos Concelhos de Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra, enquanto representante dos comerciantes e enviada cópia da resposta aos responsáveis pelas outras duas sugestões de melhoria; - que existe a necessidade urgente de regulamentar o acesso de veículos às zonas pedonais de Oliveira de Azeméis de forma a assegurar a segurança de pessoas e bens: - que compete à Câmara Municipal elaborar e submeter à Assembleia Municipal os projetos de Regulamento externos do município (art.33º nº1 alínea k) do anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e posteriores alterações); - que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar as posturas e os regulamentos com eficácia externa do Município (art.25º nº 1 alínea g) do anexo I da lei nº 75/2013 de 12 de setembro e posteriores alterações); Propõe-se: 1. a aprovação pela Câmara Municipal do Regulamento de Controlo de Acesso a Zonas Pedonais da Cidade de Oliveira de Azeméis (documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), nos termos e para os efeitos do art.33º nº 1 alínea K) do anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e posteriores alterações; 2. A remessa do mesmo para aprovação pela Assembleia Municipal nos termos e para os efeitos do art.25º nº 1 alínea g) do anexo I da lei nº 75/2013 de 12 de setembro e posteriores alterações; 3. Após aprovação da Assembleia Municipal, a remessa do Regulamento de Controlo de Acesso a Zonas Pedonais da Cidade de Oliveira de Azeméis para publicação em Diário de República, nos termos e para os efeitos do art.139º do CPA, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Basicamente o que se pretende é regular o acesso, muitas vezes indisciplinado e incontrolado, de viaturas à nossa zona pedonal. Preocupa-nos particularmente as viaturas pesadas que muitas vezes fazem manobras muito perigosas, manobras de recuarem várias dezenas de metros com todo o perigo que uma situação dessas envolve. Há uma utilização abusiva das nossas zonas pedonais, há comerciantes que as utilizam como zonas de estacionamento; e, também, aquilo que são as dinâmicas que nós sentimos que são necessárias para estas zonas pedonais só são passíveis de serem executadas se não tivermos trânsito intenso e trânsito pesado a circular nas nossas ruas pedonais o dia todo. Portanto, se queremos ter esplanadas, se queremos ter mobiliário urbano, se queremos ter as nossas crianças a circularem com segurança na rua pedonal, se queremos poder estar a lanchar ou a almoçar ou a jantar e não termos poluição, não termos veículos a produzir ruído, etc., temos que criar regras muito claras e muito vigorosas que ao fim e ao cabo cumpram aquilo que é a função de uma rua pedonal, que é servir os peões e não servir as viaturas. É basicamente isso que se trata, é um conjunto de normas que cria regras para a utilização e para o acesso de viaturas à nossa zona pedonal.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de António João Santos.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado António João, do PSD.* =====

===== *Senhor Presidente, nós da leitura que fazemos do regulamento, ele efetivamente pode ter essa função, mas acaba por introduzir muito mais entropias ao funcionamento de algum comércio, nomeadamente entregas, cargas e descargas, maiores do que essas que descreveu. Constatamos que as zonas pedonais de Oliveira de Azeméis, infelizmente, não estão com grande pujança, nem vivacidade, todos desejaríamos isso, mas não está a acontecer. São zonas que infelizmente são pouco solicitadas e frequentadas, parece que por falta de transeuntes e conseqüentemente com o comércio com sérias dificuldades. Acresce também que estão a decorrer várias obras nestas zonas e zonas limítrofes, que causam sempre muitos constrangimentos de acesso e estacionamento. Consideramos que este regulamento não contribuirá para a redução de nenhum problema que não encontre resposta no atual código da estrada e por essa razão vamos abster.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para dar resposta à intervenção anterior.* =====

===== *Não se vê bem, mas isto é o quotidiano na nossa zona pedonal. É isto que nós temos nas nossas zonas pedonais todos os dias e é isto que se procura evitar, ruas cheias de carros. Hoje, todos nós percebemos que as cidades modernas, as cidades que estão a ter muito sucesso no seu comércio, que estão a tornar-se atrativas e competitivas, são cidades que estão a devolver o espaço público ao peão. São cidades que estão a privilegiar o modo de mobilidade mais lento, que é o peão e não a viatura. E, portanto, nós temos uma ideia errada de que fazer passar as viaturas nas ruas pedonais induz dinâmicas no comércio. Não induz dinâmicas rigorosamente nenhuma, porque quem induz dinâmicas no comércio não são pessoas a passear de carro a ver a moda ou a ver as montras, são na rua a pé, em condições de segurança e conforto, a consumir nesses estabelecimentos. Nós não estamos a criar entropias rigorosamente nenhuma, é perfeitamente possível fazer operações de cargas e descargas durante todo o dia, mas nas zonas reservadas para o efeito. Os estabelecimentos comerciais podem continuar a serem alimentados, a verem as suas encomendas satisfeitas através dos seus fornecedores exatamente da mesma maneira como acontece hoje, não queremos é camiões pesados a circular nessa rua, alguns deles a recuar como acontece todos os dias pela rua fora. É evidente que nós estamos a limitar também o acesso aos próprios comerciantes quando temporizamos o tempo que lhes é para fazerem eles próprios as suas operações de cargas e descargas. Portanto, aquilo que nós sabemos e aquilo que nós vemos muitas vezes, quem passa nessas ruas todos os dias e vocês conhecem bem essas ruas, sabem que há carros que estão lá o dia todo e não podem estar. Não é isso que se pretende para essas ruas, o que se pretende é que elas tenham um ambiente moderno, um ambiente acolhedor, que tenham mobiliário urbano atrativo e que tenham também os tais estabelecimentos comerciais que criem as dinâmicas que nós precisamos. A falta de pessoas nessas ruas resolve-se com este tipo de ambição. É cada vez mais permitir que as atividades que as pessoas apreciam se possam desenvolver sem termos os carros, as viaturas a incomodar-nos. Portanto, este é o grande desafio que vos é aqui lançado.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número seis à votação tendo sido, aprovado, por maioria, com a seguinte votação: A favor, 25 votos: vinte e um (21) votos do PS, um (1) voto do CDS-PP, um (1) voto do CH., um (1) voto do Presidente de Junta da Freguesia de Cesar, um (1) voto da Presidente de Junta de Freguesia da União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca; Abstencões, 12: onze (11) votos do PSD, um (1) voto do B.E.* =====

===== **Ponto sete: Regulamento Municipal de Apoio ao Movimento Associativo (I/48000/2022) – Aprovação.** =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que a Câmara Municipal na reunião de 19 de novembro de 2020, deliberou aprovar o início do*

procedimento para a criação do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo, tendo sido designado o Dr. Paulo Henrique Videira Miranda Moreira, como responsável pela direção do procedimento regulamentar (I/118535/2020); - Que a Câmara Municipal na reunião de 21 de abril de 2022, aprovou por unanimidade o Projeto de Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo, tendo sido publicado o início da consulta pública, pelo prazo de trinta dias, no boletim municipal n.º 1849 e publicação no DR Aviso n.º 9450/2022 de 10/05/2022; -Que no prazo estabelecido, não foram apresentadas sugestões pelos interessados; - Que de acordo com o disposto nos artigos 73.º e 79.º da Constituição da República Portuguesa, compete ao Estado promover a democratização da cultura e do desporto, em colaboração com o movimento associativo. -Que de acordo com a alíneas d), e), f), g), h), l) e m) do n.º 2 do artigo 23.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro e posteriores alterações, os Municípios detêm atribuições e competências, entre outras, no âmbito da educação, do património, cultura e ciência, ação social, tempos livres e desporto, saúde, habitação, promoção e desenvolvimento; Assim, propõe-se: 1. A aprovação do projeto de “Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo”, nos termos e para os efeitos da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro e posteriores alterações. 2. A remessa do mesmo para aprovação pela Assembleia Municipal nos termos e para os efeitos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro e posteriores alterações. 3. Uma vez aprovado, a remessa do regulamento para publicação no Diário da Republica, nos termos e para efeitos do artigo 139.º do CPA, assim como no sítio de internet institucional do Município de Oliveira de Azeméis.” =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====*

===== Em abril de 2022, a câmara municipal aprovou por unanimidade o projeto de regulamento, que foi publicado no Boletim Municipal, não foram constituídos interessados no prazo estipulado para o efeito. Estamos em condições de aprovar o regulamento para ser publicado em Diário da República e conforme o título diz, é absolutamente elucidativo, é um regulamento municipal de apoio ao movimento associativo. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número sete à votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada. =====

*===== **Ponto oito: Regulamento Municipal para Atribuição de Benefícios Fiscais no âmbito da Derrama Municipal (I/53810/2022) - Aprovação.** =====*

=====*Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que a Câmara Municipal na reunião de 24 de março de 2022, deliberou aprovar o início do procedimento para a criação do Regulamento para Atribuição de Benefícios Fiscais no âmbito de Impostos Municipais, tendo sido designado o Dr. Luis Miguel da Silva Cabral, como responsável pela direção do procedimento regulamentar (I/17863/2022); - Que a Câmara Municipal na reunião de 30 de junho de 2022, aprovou por unanimidade o Projeto de Regulamento Municipal para Atribuição de Benefícios Fiscais no âmbito da Derrama Municipal, tendo sido publicado o início da consulta pública, pelo prazo de trinta dias, no boletim municipal n.º 1880 e publicação no DR Aviso n.º 13780/2022 de 11/07/2022; - Que no prazo estabelecido, não foram apresentadas sugestões pelos interessados; - Os fundamentos, objetivos e fins previstos no preâmbulo do Regulamento em apreço; - Que ao abrigo do disposto no artigo 15.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na redação atual, que aprova o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (RFALEI), os Municípios dispõem de poderes tributários relativamente a impostos e outros tributos a cuja receita tenha direito, nos quais se incluem a concessão de isenções e benefícios fiscais, conforme alínea d) do referido artigo; - Que nos termos do n.º 2 do artigo 16.º do mesmo regime legal compete à assembleia municipal, mediante proposta da câmara municipal e, no âmbito dos poderes tributários conferidos aos Municípios, aprovar regulamento contendo os critérios e condições para o reconhecimento de isenções totais ou parciais, objetivas ou subjetivas, relativamente a impostos e outros tributos próprios; - Que nos termos do n.º 22, do artigo 18º do mesmo regime legal, a assembleia municipal pode, sob proposta da câmara municipal, nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 16.º, deliberar a criação de isenções ou de taxas reduzidas de derrama. Assim propõe-se, nos termos dos fundamentos e normas retrocitadas: 1. A aprovação do Regulamento Municipal para Atribuição de Benefícios Fiscais no âmbito da Derrama Municipal, (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), nos termos das normas invocadas no mesmo e para efeitos da alínea k), do n.º 1, do artigo 33º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro e posteriores alterações; 2. A remessa do mesmo para aprovação pela Assembleia Municipal nos termos e para os efeitos das alíneas c) e g) do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro e posteriores alterações. 3. Uma vez aprovado, a remessa do regulamento para publicação no Diário da República, nos termos e para efeitos do artigo 139.º, do CPA, assim como no sítio internet institucional do Município de Oliveira de Azeméis.”*=====

=====*O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.*=====

=====*Em 30 de junho de 2022, a câmara aprovou o projeto de regulamento que foi publicado no boletim municipal, foi também concedido um período para conferência de interessados, não houve alterações, estamos em condições de aprovar o regulamento para ser*

publicado em Diário da República. Este regulamento permite a atribuição de benefícios fiscais no âmbito da derrama municipal, evitando aquilo que aconteceu nos últimos dois anos de pandemia, onde os sujeitos passivos com volumes de negócio inferior a € 150.000, por uma questão de uma impossibilidade técnica da informática da AT não podiam ter isenção total e tinham um pagamento residual. Portanto, é para evitar esse tipo de questões. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número oito à votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto nove: Isenção do pagamento das mensalidades aos utentes da Academia Aquática Desportiva - (I/53050/2022) - Aprovação-** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - A Piscina Municipal de Oliveira de Azeméis encerrou a sua atividade no dia 23 de novembro de 2021 fruto do colapso de uma estrutura no teto da Piscina; - Todos os utentes inscritos e a frequentar as aulas se viram privados da prática da atividade por um longo período; - Prevendo-se a sua reabertura para o ano letivo 2022/2023; - Importa criar mecanismo de compensação dos utentes que se viram privados da prestação do serviço que funcione de igual forma como forma de captação de utentes; - A informação interna I/48483/2022; - Que o artº 22º nº 1, do Regulamento sobre o funcionamento e utilização dos equipamentos desportivos municipais, de recreio e ocupação de tempos livres, estabelece que: “Salvo disposição em contrário as mensalidades da piscina municipal deverão ser pagas até ao dia 8 de cada mês na receção das piscinas municipais.” Propõe-se, pelos fundamentos atrás mencionados e nos termos da alínea d), do art.º 15 e nºs 2 e 9, do art.º 16º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, conjugado com o nº 1, do art. 22º, do Regulamento sobre o funcionamento e utilização dos equipamentos desportivos municipais, de recreio e ocupação de tempos livres, que a Câmara Municipal submeta para aprovação da Assembleia Municipal, o seguinte: - A isenção do pagamento das mensalidades de Outubro, Novembro e Dezembro de 2022 a todos os utentes que se encontravam a frequentar a Piscina Municipal, com a mensalidade regularizada no dia 23 de novembro de 2021 e que se venham a inscrever durante este período; - A estimativa do valor da isenção para o período em apreço caso venham inscrever-se todos os utentes cifra-se em 27.280,50€.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== *Senhores deputados, como sabem uma parte da estrutura da piscina municipal colapsou em novembro e por uma questão de segurança, depois de feita uma avaliação técnica, decidimos encerrá-la. Verificamos a necessidade da substituição integral da cobertura, como sabem o processo demorou todo este tempo, diz-me o senhor vereador que acabou de abrir hoje, portanto hoje é um dia feliz para as piscinas municipais e para todos nós. A câmara entendeu isentar os utentes da piscina que ficaram privados da sua utilização desde que tivessem à data regularizada a sua inscrição, a sua mensalidade. Portanto, aquilo que nós estamos a fazer é isentar os utentes nos meses de outubro, novembro e dezembro, estamos a falar de um valor global, e que estamos a pedir para isentar, de € 27.280,50, portanto, é o valor máximo que nós isentaremos caso se verifique que todas as pessoas tinham as inscrições pagas.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de Antonio João Santos.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Antonio João, do PSD.* =====

===== *De uma forma muito rápida, congratular-nos com a reabertura das piscinas municipais. Vamos votar favoravelmente, porque consideramos realmente que é uma compensação por um atraso que foi demasiado. Esperamos que agora as piscinas continuem a servir a comunidade, foram para isso que elas foram feitas.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número nove à votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto dez: Protocolo de Colaboração Técnica no âmbito da Despoluição e Reabilitação das Linhas de Água do Município de Oliveira de Azeméis - Guardiões do Rio (I/47905/2022) - Ratificação.** =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) tem como missão propor, desenvolver e acompanhar a gestão integrada e participada de políticas de ambiente e desenvolvimento sustentável, nomeadamente, e entre outras, desenvolvendo políticas de proteção e valorização dos recursos hídricos; - a Indaqua Oliveira de Azeméis, é a entidade concessionária, gestora dos serviços de abastecimento água e redes de saneamento do concelho de Oliveira de Azeméis; - o Município estabeleceu como prioridade políticas ambientais, não só quanto ao aumento de rede de água e saneamento, mas também quanto à melhoria da qualidade dos recursos hídricos que atravessam o concelho; - por estas três entidades, foi celebrado um Protocolo para a Colaboração Técnica no âmbito da Despoluição e Reabilitação das Linhas de Água co Município de Oliveira de*

Azeméis, com vista à elaboração e execução de uma estratégia conjunta de fiscalização e de inspeção de fenómenos de poluição nos recursos hídricos; - este projeto foi apelidado de “Guardiões do Rio”; - o Município detém competências no domínio do ambiente e saneamento básico, nos termos do artigo 23º, nº 2, alínea k) do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro; - o presente protocolo foi assinado a 15 de julho, não tendo sido possível reunir extraordinariamente a Câmara Municipal, sendo necessária a sua ratificação, nos termos do artigo 35º, nº 3 do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro. Propõe-se: a ratificação do Protocolo de Colaboração Técnica no âmbito da Despoluição e Reabilitação das Linhas de Água do Município de Oliveira de Azeméis, (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas) bem como a convalidação de todos os atos, entretanto, praticados, com efeitos à data em que os mesmos respeitam ou foram praticados, de acordo com o artigo 35º, nº 3 do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, e demais legislação conexas.” =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====*

===== De forma muito sintética, já foi aqui abordada esta questão hoje. Este protocolo entre a câmara municipal, a APA e a Indaqua, permite afinar a monitorização e a fiscalização dos nossos cursos de água e, naturalmente, a ambição chega também à promoção da sensibilização ambiental. Conforme tive oportunidade de o dizer, isto não é uma solução para o problema, isto é uma componente que nos ajuda a prestar um melhor serviço. E, portanto, olhamos com agrado para este protocolo que foi afirmado entre as partes e que nos permite ter uma equipa de fiscalização disponível para o mais rápido que lhe for possível fazer um trabalho preventivo, mas também o mais rápido que lhe for possível depois de detetarmos um evento, um incidente, um dano ambiental, podermos tentar identifica-lo o mais rápido que for possível e depois participarmos às entidades competentes para que elas façam o seu papel. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de Helga Correia e Bruno Costa. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à deputada **Helga Correia**, do PSD. =====*

===== Relativamente ao ponto 10, o grupo municipal do PSD entende que deve ser um desígnio municipal a proteção ambiental e das linhas de água, de forma a torná-las mais aprazíveis para os munícipes e para a população que visita o concelho de Oliveira de Azeméis. Deste modo, saudamos a medida e o protocolo de colaboração técnica, um protocolo tripartido como já aqui foi referido hoje, assumido pelo Município de Oliveira de Azeméis, pela Agência

Portuguesa do Ambiente e a Indaqua. Uma medida existente e em funcionamento já em alguns concelhos vizinhos, como Santa Maria da Feira. Contudo, não posso deixar de dizer em nome da bancada que os verdadeiros guardiões do rio são as pessoas, as populações que fazem uma verdadeira vigilância, fiscalização e controle dos leitos dos rios. Senão vejamos aquilo que se passou no passado mês de agosto, os guardiões e bem atuaram, mas apenas após denúncia da população, do morador que alertou para o sucedido. Todos nós sabemos e temos consciência que a problemática não é nova, exige da parte de todos nós uma pro-atividade que vai muito para além desta medida que saudei já no início da minha intervenção. Mas não posso deixar de manifestar a minha preocupação e do grupo municipal do PSD com o que se passou no mês de agosto, mês em que estava em funcionamento já este protocolo dos guardiões e que hoje vem a esta assembleia. Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, alguns destes focos de poluição são certamente são da responsabilidade da indústria presente no nosso concelho, muitas delas com sistemas próprios de tratamento de água que por avaria fazem muitas vezes descargas inadvertidas, mas também devido a algumas descargas efetuadas pelas nossas estações de tratamento de águas residuais por ineficiência dos equipamentos obsoletos que estão em funcionamento nas ETAR's de Ossela e do Salgueiro no tratamento dos seus efluentes. Tendo em conta o protocolo de colaboração no âmbito da despoluição e reabilitação das linhas de água do município, assinado em 15 de julho e que vem hoje a esta assembleia, praticamente um mês depois das descargas ocorridas no mês de agosto e que se estenderam por vários kms no nosso município, as perguntas que se impõem são: De que forma está a ser divulgado junto dos oliveirenses a existência da linha de denúncias, isto porque fiz algumas pesquisas, falei com alguns habitantes de Oliveira de Azeméis e muitos deles desconhecem que existe um número para onde se possa ligar e se possa fazer as denúncias. Penso que haverá aqui necessidade de haver uma maior divulgação para além daquela que está a ser feita na comunicação social, mas uma divulgação junto dos munícipes. Existe algum programa educacional e ambiental pensado e em discussão junto das comunidades educativas do concelho? Quantas denúncias foram formalizadas para a linha neste período e no decorrer do mês de agosto, que foi para já o período crítico? E, senhor presidente, na reunião de câmara de 01 de setembro, quando foi abordada esta matéria, o senhor presidente informou que no decorrer do mês de setembro, falando também do problema das ETAR's, daquilo que estava a acontecer, iria ter uma reunião com a Ministra do Desenvolvimento e da Coesão, penso que se referia à Ministra Ana Abrunhosa, para e passo a citar "mostrar a gravidade da situação", referia-se ao investimento necessário para estas ETAR's do município, penso eu. Daí pergunto: A reunião já decorreu? estamos quase no final do mês de setembro. Que soluções foram apresentadas pela tutela? Vai a tutela apoiar a Associação de Terras de Santa Maria, no sentido de resolver o problema das ETAR's que se encontram no município de Oliveira de Azeméis? Está prevista a abertura de alguma candidatura, se já tem conhecimento para poder fazer essa requalificação? Muito obrigada. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Bruno Costa**, do PS.=====

===== Muito obrigado, senhor presidente. Na sua pessoa cumprimentar todos os presentes e quem nos acompanha em casa. Não quero também deixar de perder esta oportunidade de cumprimentar em especial o senhor presidente da junta de freguesia da Vila de Cucujães Sr. Simão Godinho. Nesta vila que muito me diz e traz gratas recordações e é a terra dos meus avós e dos meus pais, partilho com todos os cucujanenses este sentir, esta emoção de ter sido um dia cucujanense e de transportar dentro de mim este sentimento. Saudamos a celebração deste protocolo Guardiões do Rio, tal não surge isolado, mas integrado num conjunto de medidas importantes numa área mais completa, na área da prevenção e intervenção que prevê, a título de exemplo, identificar entidades responsáveis por descargas ilegais ou ações de sensibilização junto da população. Medidas como estas evidenciam a preocupação na valorização ambiental do nosso território. Ainda na última assembleia municipal, tivemos oportunidade de assistir ao impacto negativo que as condições ambientais têm nos negócios locais através da queixa de um munícipe, sendo perfeitamente ajustado o investimento na área do ambiente e neste setor em particular. A informação sistematizada e partilhada pelas entidades que assinam este protocolo, a Associação Portuguesa do Ambiente, o Município de Oliveira de Azeméis e a Indaqua, permitirá, acreditamos que sim, chegar mais longe na proteção e potenciação dos recursos hídricos do nosso concelho. O ambiente tem sido uma das principais preocupações da autarquia nos últimos anos veja-se, por exemplo, a organização e o investimento que têm vindo a ser realizados a nível da proteção civil. Falta ainda muito por fazer, mas não podemos deixar de evidenciar que esta medida se segue a outras de grande relevância como o aumento em significativa percentagem da rede de água e saneamento e o investimento na capacitação das diferentes ETAR's, de forma a dar melhor resposta a importantes caudais de água. Como costumamos por diversas vezes afirmar, mantemos o rumo para colmatar rapidamente as necessidades 1.0 do nosso município sem perder de vista o futuro. Continuamos zelosos e vigilantes dessas necessidades e, por isso, naturalmente, votaremos a favor deste ponto. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====

===== De forma muito rápida, em relação à intervenção da senhora deputada Helga Correia, eu vou-lhe fazer chegar os dados, vou pedir esses dados, não sei quanto denúncias foram formalizadas. O protocolo tem muito pouco tempo, há um trabalho que é preciso fazer de publicitação, as ações de sensibilização que vão ser implementadas vão ajudar a divulgá-lo, os nossos presidentes de junta também têm aqui um papel importantíssimo na divulgação desta resposta. Tem sido produzida alguma informação e importa que esse caminho se aprofunde de

forma a que as pessoas saibam por onde podem denunciar os eventos que detetem, porque senão, obviamente, o trabalho dos guardiões do rio fica prejudicado. Em relação à reunião com a Ministra de Desenvolvimento e Coesão, são dois momentos diferentes: a senhora Ministra estará cá no nosso concelho dia 30 e depois haverá uma outra reunião, eu estava aqui a ver quando é que ela se vai realizar, está agenda uma outra reunião, mas com um conjunto de municípios que têm em comum este problema também do saneamento. Portanto, dois momentos distintos, uma visita exclusivamente ao Município Oliveira de Azeméis no próximo dia 30 e depois posso-lhe dizer qual é a data que está prevista também para que um conjunto de municípios (Oliveira de Azeméis, Vale de Cambra, Paredes, Santo Tirso, Arouca) se reúnam também com a Ministra da Coesão exclusivamente para falar do assunto redes de água e saneamento. Portanto, a senhora ministra não vem cá exclusivamente por causa desse assunto a Oliveira de Azeméis, mas a outra reunião que está agendada é para tratar exclusivamente deste assunto de rede de água e saneamento. Temos uma candidatura para a requalificação das ETAR's, mas que não tem nada a ver com a candidatura que nós temos que fazer para o investimento substancial que é necessário para atualizar tecnologicamente as nossas ETAR's. A Associação de Municípios de Terras de Santa Maria concorreu a um aviso que foi lançado para investimentos mais pequenos, semelhantes àqueles que estavam previstos no contrato que foi lançado a concurso e que agora foi revogado e, portanto, esse aviso foi precisamente para esse tipo de investimentos nas ETAR's no sentido de fazermos algumas operações de manutenção e de atualização aos equipamentos existentes, mas nada que tenha a ver com esta reconversão tecnológica profunda que temos que implementar. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número dez à votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada. =====

*===== **Ponto onze:** Minuta de Adenda ao Contrato Interadministrativo de Apoio financeiro a celebrar com a União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-UL, UL, Macinhata da Seixa e Madaíl - Realização de Obras Edifício Sede da Junta (I/48370/2022) - Autorização. =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que em 13/09/2021, foi celebrado contrato interadministrativo de apoio financeiro entre o Município de Oliveira de Azeméis e a União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba UL, UL, Macinhata da Seixa e Madaíl, registado com o n.º 94/2021, com o objetivo de realização de obras de requalificação no edifício sede da Junta de Freguesia; - O teor do pedido efetuado por e-mail em 17/07/2022 (E/21803/2022), pelo qual a União de Freguesias solicita a alteração do valor do apoio, nos termos e fundamentos nele constantes; - Que na sequência do mesmo e em função dos documentos apresentados, há intenção de alteração da redação da alínea a) do N.º 1 da cláusula

*segunda e cláusula Terceira do referido Contrato Interadministrativo; **Propõe-se:** - A aprovação da minuta da Adenda ao Contrato Interadministrativo de apoio financeiro a celebrar com a União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba - Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madaíl - Realização de Obras Edifício Sede da Junta (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), com o compromisso de fundo disponível nº 1176 de 2021, conforme estabelece a Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e respetivas alterações; - Que se remeta à Assembleia Municipal.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *De forma muito breve, nós tínhamos aprovado um apoio em setembro de 2021, portanto há um ano atrás, à União de Freguesias. A União de Freguesias tinha uma perspetiva para o valor da obra, lançou a concurso, o concurso ficou deserto, houve necessidade de atualizar o valor base. O valor base foi atualizado e, portanto, a percentagem do apoio da Câmara Municipal para a requalificação da sede da União de Freguesias teve que ser atualizado. Estamos a falar de um apoio global de € 174.635,00 que teve uma atualização, um incremento em relação ao apoio anterior já concedido de € 20.335,00. Este é um apoio que se dá para a requalificação profunda da sede da União de Freguesias e depois segue-se também uma requalificação que a câmara fará de toda a envolvente criando condições para todo aquele espaço. Como sabem é um espaço único, temos muito poucos espaços verdes no coração da cidade, aquele não é particularmente grande, mas mesmo não sendo grande eles escasseiam. E, portanto, queremos criar condições para que eles sejam locais que as pessoas possam utilizar e para onde as pessoas se possam deslocar para terem asseguradas um conjunto de respostas.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número onze à votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto doze: Minuta de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar com a União Freguesias Pinheiro Bemposta, Palmaz e Travanca - Alargamento de Vias no Lugar dos Covais (I/56074/2022) – Autorização.** =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - O regime jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, 12 de setembro, com as subseqüentes alterações, prevê a concretização da delegação de competência dos órgãos do Município nos órgãos das Freguesias, através da celebração de contratos interadministrativos, nos termos do*

disposto no artigo 120.º do Anexo I do referido diploma legal, sob pena de nulidade, podendo efetuar-se em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais; - Os contratos interadministrativos visam regular relações jurídicas de coordenação e colaboração entre pessoas coletivas públicas, que permitam conferir à Administração Pública uma maior flexibilidade e capacidade de adaptação face aos novos desafios e exigência com que são confrontadas, promovendo desta forma, a desconcentração administrativa consagrada no n.º 2 do artigo 267º da Constituição da República Portuguesa; - Tais contratos devem definir os termos que, em concreto, permitem o efetivo exercício das competências delegadas pelo município nas freguesias e constitui dever do Município, assegurar o controlo, acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, avaliando, de forma continuada, o modo como as competências delegadas são exercidas pelas Juntas de Freguesia, fiscalizando, emitindo diretivas e orientações ou, ainda, através do envio, por parte desta, de informação escrita descritiva e quantitativa, em tempo útil ao município; - As atribuições dos municípios podem ser prosseguidas pelas freguesias desde que os órgãos municipais deleguem competências nos seus órgãos, nos termos do número 2 do artigo 117.º e do artigo 131.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013; - A concretização da delegação de competências deve ser acompanhada dos meios necessários ao seu adequado exercício, de modo a promover a coesão territorial, o reforço da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis; - A negociação, celebração, execução e cessação destes contratos obedece aos princípios da igualdade; da não discriminação; da estabilidade; da prossecução do interesse público; da continuidade da prestação do serviço público; e da necessidade e suficiência dos recursos; - Para uma atuação autárquica conjunta, em que estejam presentes o respeito pela autonomia, a cooperação, a solidariedade e a corresponsabilidade, é fundamental que os diferentes órgãos autárquicos se esforcem por rentabilizar os meios disponíveis no sentido de melhor responderem aos problemas existentes, tendo os eleitos das freguesias, dada a sua proximidade às populações e a sua ligação às comunidades, uma capacidade acrescida para a resolução de alguns problemas e necessidades locais; - A União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca enquanto entidade autárquica mais próxima das populações, manifestou junto do Município a necessidade de se proceder, com carácter prioritário e “urgente, à intervenção em 3 vias do Lugar dos Covais, nomeadamente Rua Paulo Ferreira, Rua Nossa Senhora da Ribeira e Rua Nossa Senhora da Piedade, mais concretamente o seu alargamento, conforme ofício E/26000/2022; - Que a União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca, dada a sua proximidade aos problemas locais, sendo agente com capacidade acrescida para identificar as necessidades da população, resultando daí ganhos de eficiência, pelo que após contacto com alguns dos proprietários dos terrenos conseguiu a anuência e vontade dos mesmos em ceder os terrenos para execução de alargamentos nos locais a intervir; - O estudo de demonstração (documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), dos requisitos previstos no artº 115º, nº 3, por

remissão do artº 122º, nº 1, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, considera que: - A citada intervenção visa conferir condições circulação e de segurança num lugar da freguesia do Pinheiro da Bemposta bastante afastado e com elevado nível de perigosidade de incêndios cujas eventuais consequências importa minorar - Face ao volume de empreitadas em curso no Município, não existe capacidade instalada e de resposta dos serviços técnicos do Município em concretizar tais empreitadas, fruto do elevado volume de obras em curso e de um anormal volume de baixas médicas e ausências prolongadas; - Que a União de Freguesias está disponível e reúne as condições para executar tais intervenções em conjugação de esforços e de cooperação com a Câmara Municipal; - Está previsto no PPI/GOP número 68/2018, na classificação económica 07030301; - Trata-se de contratação excluída, ao abrigo dos artigos 5º, nº 1 e 2, e 5.º-B, do Código da Contratação Pública, aprovado pelo DL n.º 18/2008 de 29 de janeiro e sucessivas alterações; - A designação da Eng.ª Vasconcelos de Almeida, como Gestora do presente do Contrato, para efeitos do artigo 290.º A, do CCP; Assim, Ao abrigo dos fundamentos e normas retrocitadas, e nos termos dos artº 2º, 4º, 9º, nº 1, alínea g), 16º, nº 1, alínea i), 25º, nº 1, alíneas k) e l), 33º, nº 1, alínea m), artºs 115º a 123º, e 131º do anexo I, da Lei nº 75/2013 e sucessivas alterações, conjugado com os artºs 5º, 200º, 201º do CPA, e ainda os artºs, 1º-A, 278º, 280º, nºs 1, 2, e 4, e 338º, do Código Contratos Públicos. Propõe-se: - A aprovação da minuta do Contrato Interadministrativo de delegação de competências a celebrar com a com a União Freguesias Pinheiro Bemposta, Palmaz e Travanca - Alargamento de Vias no Lugar dos Covais (documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), com o compromisso de fundo disponível nº 1501 de 2022, conforme estabelece a Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e respetivas alterações; e que se remeta à Assembleia Municipal nos termos e fins atrás citadas.”

=====
 ===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

=====
 ===== Estamos a pedir a vossa aprovação para esta minuta de contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar com a União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca. Nós temos no nosso concelho, é importante esta mensagem, vários lugares que não têm tido investimento público que as pessoas precisam e as pessoas sentem-se legitimamente abandonadas e esquecidas pelo poder político e pelos autarcas e têm, sinceramente, razões quanto a isso. Nós fizemos muito recentemente um investimento neste lugar dos Covais, onde dotamos este lugar onde não vive nenhuma multidão, mas vivem cidadãos de pleno direito como todos os outros e, portanto, nós dotamos esse lugar de uma infraestrutura básica que foi a água. Há agora a necessidade de proceder a um conjunto de alargamentos e à requalificação de um conjunto de vias e estamos em parceria com a junta de freguesia a proceder a essa intervenção. Estamos a falar de um investimento de cerca de € 100.000,00 que será

suportado 70%, em números redondos, € 70.000,00 pela câmara municipal e 30% pela junta de freguesia. Eu queria aqui deixar uma nota de agradecimento à senhora presidente da junta de freguesia, sobretudo pela enorme disponibilidade que tem sempre para procurarmos encontrar soluções em conjunto, articuladas, para os problemas da sua união mesmo quando isso representa para a união de freguesias um esforço sério, um esforço substancial. Portanto, queria deixar aqui essa nota de agradecimento, porque efetivamente isto que está a acontecer resulta do trabalho que fez com os proprietários que disponibilizaram gratuitamente os terrenos e depois temos algumas contrapartidas que naturalmente temos que fazer quando destruímos muros e temos que repor esses muros. O que é importante é que nós estamos a fazer um trabalho para uma população que efetivamente está num lugar remoto, largos anos sem que qualquer investimento público relevante e substancial se faça e, portanto, ao fim ao cabo esses investimentos fazem justiça e fazem justiça a pessoas que merecem essa justiça. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de Susana Mortágua. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Presidente de Junta de Freguesia da União de Freguesias do Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca - **Susana Mortágua**. =====

===== Eu só queria acrescentar àquilo que o senhor presidente já disse e referiu algumas coisas que eu também vinha aqui referir, nomeadamente o facto de a população sentir que houve um desinvestimento ao longo destes anos. Reforçar que esse investimento já foi feito ao nível da rede de abastecimento de água no lugar e ainda frisar a importância destes alargamentos. É um lugar que fica a sudoeste do concelho, mais distante dos meios de socorro existentes no concelho e as vias estreitas dificultam a passagem destes veículos de socorro, sobretudo na Rua Nossa Senhora da Piedade que não tem saída e fica mesmo ao fundo do lugar. Desta forma, estas obras vêm minorar estas dificuldades de acesso assim como também valorizar o lugar, esperando nós que possa ser um atrativo para fixar novas pessoas. Quero agradecer ao António Rocha, porque neste processo de identificação dos terrenos e de contactos com os proprietários foi fundamental, é um habitante que, melhor do que eu, conhece as pessoas do lugar. Também agradecer à câmara municipal por se ter aliado a este projeto e dar este apoio, porque se não houvesse este apoio certamente que nós não conseguíamos concretizar este projeto. Muito obrigada. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número doze à votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto treze: Minuta de Protocolo de Delegação de Competências nos Agrupamentos de Escolas - Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) (I/53969/2022) - Autorização.** ==

=====*Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O novo quadro de transferências de competências para os municípios, na área da educação, estabelecido no artigo 11º da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, e respetiva concretização operada pelo Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro, procedendo, este último, ao reforço das áreas que anteriormente foram descentralizadas para os municípios, conferindo-lhes, também, novas competências; - Que a delegação de competências prevista no I/48058/2022 não se aplica para o ano letivo 2022/2023; - Que nos termos do Decreto-Lei nº 139/2012, de 5 de julho, na sua redação atual, as AEC’s são atividades de frequência facultativa e de oferta obrigatória pelas escolas, com cariz formativo, cultural e lúdico que complementam as atividades da componente curricular desenvolvidas em sala de aula; - Que os Diretores, ao abrigo da delegação podem celebrar parcerias e protocolos com outras entidades para a prossecução das competências delegadas; Propõe-se: - Nos termos e fundamentos referidos, revogar o I/48058/2022 e aprovar a minuta de delegação de competências nos Agrupamentos de Escolas - Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) (documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas); - Que se submeta à Assembleia Municipal para os devidos efeitos.”*=====

=====*O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.*=====

=====*O título diz tudo, estamos a falar de atividades que têm frequência facultativa, mas que são de caráter obrigatório. São atividades desportivas, lúdicas e recreativas que temos disponibilizado aos nossos estudantes, são atividades que complementam o plano curricular dos nossos estudantes. Como sabem temos vindo a delegar as competências nas direções dos agrupamentos de escolas para contratação destas atividades junto do corpo docente. Foi essa a informação que nós obtivemos para o ano letivo 2022/2023, na reunião que nós tivemos com a DGESTE. Fomos muito recentemente surpreendidos com a impossibilidade dessa contratação ser feita na mesma plataforma, a plataforma SIGE, que é a plataforma que é utilizada para a contratação e colocação de professores. No dia 08 de agosto recebemos essa informação e tivemos que encontrar uma solução muito rápida, o senhor vereador em articulação com os diretores dos agrupamentos encontraram uma solução que permitiu que todas as AEC’s estejam a funcionar em todas as escolas, com exceção de Fajões que começaria hoje ou amanhã. Digamos que aquilo que realmente importa é que as atividades do ensino curricular sejam disponibilizadas às nossas crianças e que estejam efetivamente ao seu dispor.*=====

=====*Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de Fernando Pais.*=====

=====*O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Fernando Pais**, do PSD.*=====

===== *O senhor presidente da câmara já esclareceu, nós queremos apenas deixar aqui um alerta neste sentido. É evidente que a legislação a partir de abril mudou e pelo menos duas áreas, entre as quais a educação e a saúde, a ação social só a partir de 2023, passou uma série de competências para a câmara municipal. Portanto, o município desde abril sabia as regras e as competências que tinha neste âmbito. E tinha no nosso modesto entendimento o tempo suficiente, tal como fizeram outros municípios, para contratualizar ele próprio esta situação das AEC's. Há muitos municípios que assumem essa contratação diretamente, embora a lei permita esta delegação de competências. Não está em causa isso, o que está em causa, no nosso ponto de vista, é o timing, ou seja, a câmara municipal andou muito tardiamente a desenrascar e a forma de desenrascar foi passar isto para os diretores de agrupamento e os diretores de agrupamento contrataram uma terceira entidade, alegadamente com experiência neste domínio da contratação. Não é a nossa visão da descentralização. A nossa visão da descentralização, pelo menos neste domínio, será a câmara municipal dotar-se de um conjunto de autonomias, de mecanismos, de equipamentos, no sentido de ser ela própria a comandar o regime da contratação nestas atividades de enriquecimento curricular. Há um alerta que eu faço também na área social, é preciso atempadamente criar condições, pressionar a tutela, no sentido de que nós, município, nos dotemos dos meios necessários para efetivar esse exercício de descentralização. Muito obrigado.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta à intervenção anterior.* =====

===== *Sinceramente, a sua intervenção induz as pessoas em erro, dá a entender que nós começamos tardiamente o processo, que nós não fizemos as coisas como devia ser, etc.. Nós em julho levamos à reunião de câmara a delegação das AEC's nas direções dos agrupamentos conforme vínhamos fazendo e foi isso que nos foi dito na reunião da DGESTE. Nós não temos este problema só agora, já o temos desde 2015/2016. O que nos foi dito foi que a Lei n.º 21/2019 não alterava aquilo que vínhamos a fazer, que a plataforma estava disponível, soubemos da impossibilidade da plataforma em 08 de agosto. Só em 08 de agosto é que fomos confrontados com isto, ou seja, que a plataforma não podia ser utilizada como vinha a ser. A câmara nunca recebeu dinheiro nenhum disto, o dinheiro ia diretamente para as direções dos agrupamentos, porque eram elas que tratavam da contratualização e do pagamento. Fomos informados no dia 08 de agosto, depois de termos levado à reunião de câmara em julho a delegação de competências para tudo se processar da forma normal como vinha acontecendo nos últimos anos, que não era possível utilizar a plataforma SIGE para fazer essa contratação. Desde segunda-feira passada que as AEC'S estão a ser asseguradas nas escolas com exceção de Fajões, e foi-nos explicada pela diretora do agrupamento o porquê da exceção, e foi-nos dito que em princípio segunda-feira, hoje, começariam as AEC's no agrupamento de Fajões. Se não foi possível, amanhã começam as*

AEC's e a situação fica regularizada. Não houve qui nenhum atraso, não houve aqui nenhum desleixo, não houve aqui nenhuma imprudência. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número treze à votação tendo sido, aprovado, por maioria, com a seguinte votação: A favor, 23 votos: dezanove (19) votos do PS, um (1) voto do CDS-PP, um (1) voto do CH, um (1) voto do Presidente de Junta da Freguesia de Cesar, um (1) voto da Presidente de Junta de Freguesia da União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca; Contra: oito (8) votos do PSD; Abstenções, 6 votos: um (1) voto do PS, quatro (4) votos do PSD, um (1) voto do BE. =====

*===== **Ponto catorze: Minuta de Protocolo a celebrar com Rotary Club de Oliveira de Azeméis “Ciclo de Conferências À conversa com...” 2022/2023 (I/50054/2022) - Autorização.** =*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - o Rotary Club de Oliveira de Azeméis tem promovido, juntamente com a Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, a iniciativa “Ciclo de Conferências Às Quartas com...”; - o ciclo de conferências tem tido a capacidade de captar oradores de excelência nas mais diversas áreas, mobilizando a presença e a participação da sociedade oliveirense; - esta iniciativa foi iniciada no ano rotário 2014/2015 e tem-se mantido regular nos anos consecutivos; - o Rotary Club gostaria de dar seguimento ao ciclo de conferências no ano rotário de 2022/2023; - as atribuições dos Municípios em matéria de Cultura, Tempos Livres e Promoção do Desenvolvimento (alíneas e, f) e m) do n.º 2 do art.º 23º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro); - compete à Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa ou outra de interesse para o município (alínea 4) do n.º 1 do art.º 33 do citado Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro); propõe-se: - a aprovação do Protocolo a celebrar com o Rotary Club de Oliveira de Azeméis (documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), tendo em vista a continuação desta parceria institucional; - que a mesma seja remetida à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos.” =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal** para prestar esclarecimentos. =====*

===== É um protocolo para a cedência de instalações na Biblioteca Municipal Ferreira de Castro para permitir a realização deste “Ciclo de Conferências À conversa com...”. Aproveitar a oportunidade para felicitar o Rotary Club e os seus responsáveis pela qualidade destas conferências, pela craveira das pessoas que trazem até ao nosso território e pela pertinência dos temas que são discutidos, que são analisados, porque obviamente todos beneficiamos da transmissão de conhecimento que pessoas com uma profunda experiência que têm no setor de

atividade nos permitem adquirir, nos permitem transmitir. Dar os parabéns pela qualidade dos oradores e pela qualidade das temáticas que são analisadas e graças a este tipo de conferências tem-nos trazido, nos mais variados domínios, os melhores especialistas que nós temos no país. =

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de Diana Semblano. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à deputada **Diana Semblano**, do PSD. =====*

===== Boa noite a todos. Sintam-se todos cumprimentados na pessoa do senhor presidente da assembleia municipal. O movimento rotário existe à escala global e é representado em Oliveira de Azeméis desde 1978 por um grupo. Profissionais ativos e preocupados com a vida comunitária, os clubes aplicam localmente uma estratégia global que visa o combate a doenças; saúde materno-infantil; educação; desenvolvimento económico, água e saneamento; promoção da paz e formação de líderes. O clube local tem sido um parceiro importante da câmara municipal ao longo de décadas na atribuição de bolsas de ensino e prémios de mérito, no apoio a famílias carenciadas, na valorização do tecido empresarial e através do ciclo de conferências, aqui hoje é apresentado, na formação constante da sociedade oliveirense por via de conversas com profissionais de excelência, conhecidos nacionalmente. A parceria do clube com a câmara municipal é fundamental para possibilitar que este ciclo seja gratuito e universal. Desde 2014 que o Rotary convidou personalidades da academia, política, economia, direito, música, cinema, saúde, desporto, jornalismo, marketing, agricultura, turismo, ex-ministros de vários governos e com variadíssimas ideologias, conselheiros de estado, antigos líderes partidários. O ciclo de conferências do Rotary desde a sua criação e parceria com a câmara municipal já teve a aprovação de três presidentes de câmara, três constituições distintas desta assembleia e duas diretoras da Biblioteca Municipal, provando bem a importância que o mesmo tem para a sociedade oliveirense e a salutar independência política que o clube e o movimento sabem ter. Congratulamo-nos pelo Rotary Club de Oliveira de Azeméis ter conseguido pós pandemia voltar a organizar o ciclo, votando favoravelmente a aprovação do protocolo. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número catorze à votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada. O Senhor João Rebelo Martins, do PSD, não participou na análise e votação deste ponto, por se considerar impedido. =====

*===== **Ponto quinze: Minuta de Protocolo de cooperação a celebrar com a Academia de Música de Oliveira de Azeméis (I/56313/2022) - Autorização.** =====*

=====
Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: ““Considerando: - Que a atividade da Academia de Música de Oliveira de Azeméis assume-se como de relevante interesse municipal, porquanto tem vindo a contribuir de forma permanente e significativa para assegurar o ensino artístico de música, de forma certificada, desde a iniciação à pré-profissional, proporcionando ao mais elevado número de jovens o acesso à prática musical especializada, única no Concelho de Oliveira de Azeméis; -Que em 21/02/2003 a AMOA recebeu Autorização definitiva de funcionamento/DREN n.º 98 e a academia está integrada na rede territorial da DGEstE - DSRN e tem como principal objeto o ensino da Música e outras atividades complementares e paralelas, tendo como finalidade a formação de instrumentistas bem como a promoção cultural no seio da população de Oliveira de Azeméis, seu concelho e área de influência. - Que a AMOA, tem aprovada candidatura ao abrigo de concurso aberto nos termos da Portaria n.º 224-A/2015 e posterior alteração pela Portaria n.º 140/2018 de 16 de maio, designada Contrato Patrocínio para o ano letivo 2022/2023, em que estão definidos os números de alunos/as, o nível de ensino (Iniciação, básico e secundário) e o regime (articulado ou supletivo), a financiar bem como os respetivos valores; - Que para o ano letivo 2022/2023, serão apoiados pela DGEsTE 124 alunos no ensino básico - articulado, no entanto existem 54 alunos sem qualquer financiamento em vicissitude do orçamento disponível pela DGEsTE e que importa assegurar a conclusão do seu ciclo formativo; - O direito à educação e à cultura, cabendo ao Estado promover a democratização da educação e demais condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribuindo para a igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, o progresso social e para a participação democrática na vida coletiva (art. 73.º n.º 1 e 2 da CRP); - O teor do ofício da Academia de Música de Oliveira de Azeméis -E/14892/2022, em que apresenta o pedido de apoio e colaboração para o ano letivo 2022/2023; -Que se pretende promover, estimular e apoiar o ensino, em domínios insuficientemente abrangentes pela rede pública, mais concretamente aos estabelecimentos de ensino artístico especializado de música, da rede de ensino particular dos cursos de ensino básico em regime articulado; - Que compete à Câmara Municipal no âmbito do apoio a atividades de interesse municipal, apoiar ou participar, pelos meios adequados, atividades de natureza social, cultural, desportiva recreativa ou outra (art.º 33.º n.º 1, alínea u) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual); - Que se trata de contratação excluída, ao abrigo do artigo 5.º números 1 e 4 (alínea c) e do artigo 5.º B número 1 do referido do Código da Contratação Pública, aprovado pelo DL n.º 18/2008 de 29 de janeiro alterado e republicado DL n.º 111-B/2017 de 31 de agosto, tendo em conta o objeto do contrato; - A designação do trabalhador Sérgio Bastos como Gestor do presente Protocolo (art.º 290.ºA do CCP). Ao abrigo das alíneas o) e u), número 1 do citado art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12.09 e posteriormente alterações; Propõe-se: Nos termos e com os fundamentos expostos, a aprovação da minuta de Protocolo de Colaboração a celebrar com a Academia de Música de Oliveira de Azeméis, que estabelece a forma de cooperação entre as partes, no respeitante ao

apoio para o desenvolvimento das atividades no âmbito do ensino básico - articulado e projetos a prosseguir pela mesma, ao abrigo do art. 33.º n.º 1, alínea o) e u) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. Os encargos resultantes do Protocolo estão suportados em termos orçamentais, possuindo compromisso de fundo disponível n.º 1499 de 2022, conforme determina a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e respetivas alterações. E que se remeta à Assembleia Municipal para os devidos efeitos.” =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====*

===== Estamos a pedir a aprovação desta minuta de protocolo de participação financeira no valor de € 108.000,00/ ano para a Academia de Música. Um apoio que é dirigido ao ensino básico articulado, na componente de formação musical. Como sabem a DGESTE apoia 124 alunos, há 54 alunos que ficam de fora do ensino articulado, que não têm qualquer tipo de apoio e a câmara municipal apoia com € 2.000,00/ por aluno e, portanto, estamos a falar de €108.000,00 de apoio. Eu queria aproveitar a oportunidade, acho que é importante fazê-lo, para agradecer o trabalho que é feito pelo presidente da direção da AMOA, o Eng.º Eduardo Pereira e naturalmente todos os elementos dos órgãos sociais da Academia de Música e também sublinhar aqui a importância da qualidade pedagógica, da qualidade técnica dos seus professores, que se tem traduzido na produção de vários talentos que dão cartas por este país e por esse mundo fora. E, portanto, sublinhar a importância desta instituição no domínio da formação musical com excelentes resultados que nós temos obtido. Dar aqui nota que o apoio se justifica, embora saibamos que este não é apoio que corresponde às expectativas da própria academia de música, mas é o apoio que é possível. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número quinze à votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada. =====

*===== **Ponto dezasseis: Proposta de Classificação de Caminho Público nº 88 - Freguesia de Macieira de Sarnes (I/50190/2022) – Aprovação.** =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Pedido do executivo da Freguesia de Macieira de Sarnes e aprovado pela respetiva Assembleia de Freguesia quanto à classificação de caminho para domínio público agora designado por Caminho nº 88. Anexa-se dossier do processo discutido pelo Grupo de Trabalho dos Caminhos Públicos/Privados do

Município de Oliveira de Azeméis em reunião realizada no passado dia 25/07/2022 e a respetiva ata.” =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Eu pedia autorização à assembleia para falar nos pontos 16, 17 e 18, aprovações de caminhos públicos, o primeiro em Macieira de Sarnes, depois Cucujães e Travanca. São propostas de atribuição de caminhos públicos com propostas de classificação, que já foram aprovadas nas assembleias de freguesia respetivas e, portanto, não há mais nada a acrescentar que não isto.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número dezasseis à votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto dezassete: Proposta de Classificação de Caminho Público nº 357 - Freguesia de Cucujães (I/50218/2022) - Aprovação.** =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Pedido do executivo da Freguesia de Vila de Cucujães e aprovado pela respetiva Assembleia quanto à classificação de caminho para domínio público agora designado por Caminho nº 357. Anexa-se dossier do processo discutido pelo Grupo de Trabalho dos Caminhos Públicos/Privados do Município de Oliveira de Azeméis em reunião realizada no passado dia 25/07/2022 e a respetiva ata.”* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número dezassete à votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto dezoito: Proposta de Classificação de Caminho Público nº 139 - Travanca - União de Freguesias do Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz (I/50211/2022) - Aprovação.** =

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Pedido da UF do Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz quanto à classificação de caminho para domínio público agora designado por Caminho nº 139. Anexa-se dossier do processo discutido pelo Grupo*

de Trabalho dos Caminhos Públicos/Privados do Município de Oliveira de Azeméis em reunião realizada no passado dia 25/07/2022 e a respetiva ata.” =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número dezoito à votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada.* =====

===== ***Ponto dezanove: Colocação de sinais de trânsito em diversas ruas: Freguesia de Loureiro e União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madail (I/43180/2022) – Aprovação.*** =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art. 33.º, n.º 1, alínea ee); - Que bem assim, também lhe compete “Administrar o domínio público municipal “, (art. 33.º, n.º1, alínea qq); - Evitar acidentes com a colocação de sinalização que se encontra em falta em algumas ruas; - Os pedidos registados no E/6823/2022 e no E/11096/2022 do Município, Ricardo Godinho Soares, que pede estes sinais em falta. Proponho: 1. Que seja aprovada a colocação de um espelho, no cruzamento da Rua D. Urraca Moreira, para facilitar a visibilidade a quem desce a Rua Padre Albergaria e acede às Ruas D. Urraca Morreira e Joaquim Moreira (Freguesia de Madail); 2. Que seja aprovada a colocação de Sinal de Cedência de Passagem (B1), na rua Manuel Alves Pereira da Cruz (Freguesia de Loureiro); 3. Que seja aprovada a alteração da postura de Trânsito na Rua do Margido (Freguesia de Ul), com a colocação de: - 1 sinal H3 (Trânsito Sentido obrigatório); - 1 sinal A25 (Trânsito nos dois sentidos); - 1 sinal DIe (Sentido Obrigatório); - 2 sinais C1 (Sentido Proibido); - 1 sinal B1 (Cedência de passagem). Foram solicitados pareceres das Juntas de Freguesias, que emitiram pareceres favoráveis. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março. Submeta-se à Assembleia Municipal para os devidos efeitos.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *É a colocação de sinais de trânsito em diversas ruas das freguesias de Loureiro, Ul e Madail. Tiveram parecer favorável das respetivas juntas de freguesia e estamos aqui a pedir a vossa aprovação.* =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número dezanove à votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto vinte: Aquisição de 12 viaturas de 9 lugares (proc. 98/22 - PI/5804/2022) - (I/56008/2022) - Assunção de compromissos plurianuais e repartição de encargos - Autorização.** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, conforme apresentado na RQI n.º 3408, se torna necessário proceder à abertura de procedimento para a aquisição de 12 viaturas de 9 lugares a diesel. - Que a referida aquisição é efetuada ao abrigo do Plano de Ação das Operações Integradas do Território de Intervenção da Unidade Técnica Local da Área Metropolitana do Porto Sul (PACD UTL - AMP Sul), assinado em 31-03-2022, ação 101 - “Transporte Flexível”, do Quadro de Investimentos aprovado; - Que o valor estimado (preço base apresentado pela unidade orgânica requisitante, tendo por base a média de valores atualizados do mercado obtidos através da consulta preliminar prevista no artigo 35.º-A, do CCP) para a celebração do referido contrato é de 435.581,38€ (quatrocentos e trinta e cinco mil, quinhentos e oitenta e um euros e trinta e oito cêntimos), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, prevendo-se que no presente ano económico não ocorra qualquer encargo, atendendo ao prazo de entrega previsto das viaturas decorrente da atual situação de mercado. - Os valores encontram-se previstos na rubrica 07010602, através da Proposta de Cabimento n.º 1387; - Que se trata de um encargo orçamental em mais de um ano económico, que não resulta, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 22º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, de planos ou programas plurianuais aprovados, mas que não ultrapassa o prazo de execução de três anos, mas cujo valor excede o limite previsto na alínea b), do n.º 1, do artigo 22º, do referido diploma legal, de 99.759,58€ (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos), no ano seguinte ao da sua contração. - Que nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, de acordo com os limites ao valor do contrato constantes na alínea a), do número 1, do artigo 20.º do CCP, propõe-se a adoção de um concurso público com publicidade internacional. Deste modo, e de acordo com o valor estimado acima indicado, propõe-se que o Órgão Executivo submeta à autorização do Órgão Deliberativo, o compromisso plurianual, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, conjugada com a alínea b), do artigo 3.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e posteriores alterações bem como a repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico, nos termos do previsto no n.º 1, conjugado com o seu n.º 6, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho.” =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Estamos a pedir a vossa autorização para assumir este compromisso plurianual e a repartição de encargos em mais do que um ano económico. Estamos a falar de 12 viaturas, 12 carrinhas de 9 lugares, para cada uma das nossas unidades territoriais e que visam apoiar uma solução de transporte flexível. Todos nós sabemos as dificuldades de mobilidade que temos entre as nossas freguesias e entre estas e a sede do concelho e temos todos a obrigação de procurar contribuir para que as nossas populações encontrem respostas que atenuem estas dificuldades. Portanto, o desafio é este, estamos a falar de um investimento de cerca de € 535.000,00 e esse investimento visa atenuar as necessidades de deslocação que as pessoas têm no nosso território.*

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de Filipe Ferreira e Bruno Aragão.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Filipe Ferreira**, do PSD.* =====

===== *Boa tarde a todos. Sintam-se todos cumprimentados na pessoa do senhor presidente da assembleia municipal Amaro Simões. Senhor Presidente, concordo com a aquisição destas 12 viaturas que vêm enriquecer o nosso parque automóvel, servindo para dar resposta as mais variadas necessidades de todas as freguesias. No entanto, permita-me ressaltar apenas que, na época em que vivemos e na qual se fala tanto da sustentabilidade ambiental, não se pensar em fazer a aquisição destas viaturas elétricas é remar contra a corrente dessa caminhada. Bem sei que o custo da aquisição das mesmas seria mais elevado. No entanto, acho que o custo benefício poderia ser equacionado, dando resposta assim à redução da pegada ambiental a que o estado português se propõe. Também não se ignora que a autonomia de um veículo elétrico de 9 lugares não será a mesma comparando com uma viatura a diesel. No entanto, para as viagens que julgo que as mesmas vão fazer (maioritariamente transportes urbanos) seria de todo útil que essa análise fosse feita, desde que, em simultâneo, a Câmara Municipal apostasse também na criação de postos de carregamento nas suas instalações, ou neste caso em instalações das freguesias de modo a ser possível carregar estes veículos. Aliás, segundo a pesquisa que efetuei, existem no mercado carrinhas de 9 lugares com autonomia teórica anunciada de 330km e com carregamento rápido que pode ir até aos 80% em cerca de 30 minutos. Temos o exemplo de uma IPSS em Oliveira de Azeméis - a CERCIAZ, que tem vários veículos elétricos e está a apostar na sustentabilidade. Questiono também o senhor presidente sobre quem vai conduzir estes veículos, pois os mesmos vão ser adquiridos e entregues às freguesias e muitas delas, pelo conhecimento que disponho, não têm funcionários suficientes para que um deles seja afeto ao transporte de*

passageiros. No que diz respeito ao número de viaturas, importa perceber também se alguma das três uniões de freguesia do concelho for desagregada, acautelou o município essa situação? Como ficam as freguesias desagregadas quanto à disponibilidade deste tipo de veículos? Irá o município proceder à aquisição de mais veículos? A Bancada do PSD votará favoravelmente neste ponto, no entanto, deixamos uma nota para os alertas acima elencados que achamos serem deveras importantes nesta questão ambiental importante que é a mobilidade elétrica e penso merecer uma maior discussão e aprofundamento. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Bruno Aragão**, do PS. =====*

===== Sintam-se cumprimentados na pessoa do senhor presidente da assembleia Amaro Simões e de forma especial e amiga o senhor presidente da junta de freguesia de Cucujães que tão bem nos recebe, neste esforço que continuamos a fazer de descentralizar estas assembleias. Todas as assembleias têm alguma coisa de especial, mas se calhar das últimas esta será uma daquelas que vai ficar na minha memória, de tantas vezes que já participei. Coincidiu, há coincidências, há um ano foi a noite eleitoral, foi dia de eleições. E um ano depois não só estamos a discutir este ponto, também não foi propositado, coincidiu, mas há coincidências que para nós são bonitas e têm sentido político, mas acima de tudo porque foi uma assembleia onde praticamente só falamos do que se está a fazer: obras, que estão mais atrasadas ou que estão mais adiantadas, se já deviam estar assim ou se já deviam estar assado, se o processo devia ser desta forma ou devia ser daquela. Claramente, há uma mudança profunda na política deste concelho. Sempre foi esse o nosso esforço quando em 2017 nos propusemos a fazer diferente e curiosamente hoje nesta assembleia é mesmo sobre isso que falamos e abandonamos de vez um tipo de discussões que tínhamos que ter porque os problemas de facto se colocavam de outra forma e que, portanto, hoje nos permite olhar também com outra esperança e sentir este concelho de uma forma diferente. Em política, há uma coisa que devemos perseguir sem descanso que é cumprir os compromissos que assumimos. É possível que não se consiga e isso acontece infelizmente mais vezes do que quem está na gestão de cargos públicos gostaria. A previsibilidade é muitas vezes mais um desejo do que uma realidade, mas há uma coisa que não podemos deixar de fazer nunca, que é tentar honrar compromissos, fazer todos os esforços para que se realizem e sem receio de prestar as contas no final a todos os cidadãos do que se conseguiu e do que não se conseguiu. Em 2017 e 2021, firmamos com os oliveirenses um conjunto de compromissos, uns mais simples do que outros, uns de maior investimento do que outros, uns de mais rápida realização do que outros e alguns necessariamente mais lentos porque também bastante mais complexos. De nenhum abrimos mão e todos, sem exceção, ou estão cumpridos ou continuam a ser alvo do nosso esforço e do nosso empenho. Poderia referir o IMI que estando cumprido integralmente em 2021 continua o seu efeito e seu impacto nos anos seguintes e como hoje o sentimos ainda mais; ou poderia falar

do Parque Urbano, cujo terreno já adquirimos, que na verdade já não deverá, pelos anos que tínhamos de pagamento, faltar muito para estar pago, sem que isso tenha onerado o município e sem que não o tivéssemos feito com toda a transparência; mas, também falar do que é a Praça Maior e a dificuldade que vamos enfrentando para cumprir esse compromisso pela sua complexidade. A transparência é isto mesmo, falar do que já conseguimos e daquilo que ainda estamos a tentar. Tal como tínhamos o compromisso de investir mais dez milhões de euros em redes de água e saneamento neste mandato, uma parte significativa desse valor já está em curso cerca de um ano depois. Por isso mesmo, o ponto que agora aprovamos é mais um passo para cumprir um dos compromissos com que nos apresentamos nas últimas eleições. Apenas um passo para que um serviço de transporte flexível, como então chamamos, possa ganhar corpo nas diferentes freguesias. Estas carrinhas, como por exemplo nas escolas os edifícios, são apenas a sua parte material nós não temos dúvida nenhuma sobre isso, mas sem essa componente material nada se concretiza. Depois deste passo e para que possamos considerar cumprido este compromisso, porque não fica ainda desta forma, será preciso dar-lhe enquadramento, dinâmica, sustentabilidade e viabilidade. É assim, passo a passo vamos trilhando o caminho certo, tal como dissemos e como nos comprometemos há um ano. Longe da visão a preto e branco que às vezes a política impõe, ou está tudo mal ou antes era tudo excelente. Com tempo, sem hesitar, mas sempre com o esforço de cumprir. Muito obrigado. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====*

===== Filipe, sinceramente não foi por uma questão económica foi mesmo por uma questão de racionalidade, ou seja, é verdade o que disse, mas nós queríamos que a viatura tivesse versatilidade para servir a comunidade. Portanto, se for necessário ir a um hospital a Coimbra ou a um hospital a Lisboa, não termos esse problema que infelizmente acontece quando estamos a falar de uma carrinha de 9 lugares, carregada, onde a sua autonomia é drasticamente reduzida e é reduzida também se andarmos em autoestradas, depende da condução. Bem, vocês sabem melhor do que eu os fatores que afetam a autonomia das viaturas. É evidente que o exemplo que disse é verdadeiro, mas circunscreve-se muito ao trabalho que a CERCIAZ faz no nosso concelho, quando tem que fazer viagens maiores socorrem-se de outras viaturas, mas obviamente que essa preocupação que sublinhou aqui, e que faz todo o sentido de nós cada vez mais avançarmos para uma frota verde, faz todo o sentido, mas não nos parece que fosse fácil neste caso concreto. Quem vai conduzir? Essa é outra questão, aquilo que nós queremos é deixar as nossas juntas de freguesia demonstrarem, mais uma vez, a enorme capacidade que tem para resolver problemas e cá estaremos para em conjunto com eles os solucionar. As juntas de freguesia, nós não nos cansamos de repetir isto, são nossos parceiros no definir de soluções, não são meros executantes das políticas da câmara municipal ou meros dependentes financeiros daquilo que são as

atribuições da câmara municipal. Nós queremos que as juntas de freguesia façam o que têm feito até agora, demonstrem a sua arte, o seu engenho para ultrapassar as questões, para ultrapassar os problemas e, naturalmente, cá estaremos para ajudar a construir as soluções que permitam assegurar esta resposta. No caso concreto das freguesias que se vierem a desagregar, como vamos fazer, o problema vai-se aplicar a todos os bens que são parte dessa união de freguesias e que precisam ser replicados para a solução final. Cá estaremos também nessa altura para equacionar todas essas funções, obviamente percebemos que isto vai criar alguma dificuldade, vai criar algum constrangimento, mas naturalmente não faria sentido que numa desagregação as freguesias que viessem a ser constituídas ficassem sem a resposta, a olhar para as outras que têm a resposta. Portanto, cá estaremos para abordar essa realidade e cá estaremos também para colaborar numa solução para essa realidade. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número vinte à votação, tendo sido aprovado por unanimidade a proposta apresentada. =====

*===== **Ponto vinte e um: Moção de Recomendação Apresentada pelo Bloco de Esquerda - Contrato, “Operação, reabilitação e manutenção do sistema de tratamento de águas residuais da ASTSM”, celebrado em 14/06/2017 entre a AMTSM e a LUSÁGUA - (I/57126/2022).** =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao deputado **Alcino Martins**, do B.E., para prestar esclarecimentos. =====*

===== Começo por lembrar esta Assembleia o que o Presidente da Câmara escreveu na carta aberta com data do dia 17 de abril de 2020 e passo a citar: “O que poucos sabem, é que o executivo anterior, em 14 de junho de 2017, assinou com a Associação de Municípios de Terras de Santa Maria, um contrato que triplicou o custo do tratamento das águas residuais, que se traduziu agora num aumento substancial do tarifário”, fim de citação. Hoje, os Oliveirenses tomam o conhecimento que esse contrato foi revogado, segundo informação da Associação de Municípios de Terras de Santa Maria, no dia 3 de agosto. Hoje, os Oliveirenses ficam a saber que o contrato assinado no dia 14 de junho de 2017, não obrigava ao aumento dos tarifários, foi uma decisão pessoal do Presidente da Câmara que beneficiou apenas o Indaqua que, sem ser parte do contrato, passou a receber € 270.000 por ano para entregar aos acionistas. Em dois anos, meteram ao bolso mais de meio milhão de euros dos Oliveirenses. Para terminar, com esta proposta aprovada, caso seja hoje aprovada pela assembleia, o valor de € 270.000 que a Indaqua deixará de receber, poderá ser utilizado pela Câmara em benefício dos Oliveirenses no reforço de medidas sociais, nomeadamente: atualização do vale educação de € 30 para € 40; atualização do incentivo à natalidade para €750; que desde que foi aprovado em 2017 ainda não foi atualizado; o reforço da verba para apoio aos medicamentos entre outras necessidades da população. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de João Martins e Bruno Aragão.

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **João Martins**, do PSD. =====

===== Quando o PSD concorreu às últimas eleições autárquicas, adotou o slogan “Pelas Pessoas” e o nosso slogan não era em vão, porque as pessoas é que fazem os territórios e é por elas que deve ser a nossa ação. E no nosso programa, que foi sufragado há um ano, não foi vencedor, mas estava lá, era o nosso compromisso, estava inscrito que se suspendia o aumento inscrito na fatura do saneamento porque era nosso entender que sempre que a câmara municipal tivesse fundos próprios pudesse fazer esse investimento e não onerar os oliveirenses na sua fatura. E pelos saldos de gestão que têm sido apresentados por esta câmara municipal, a câmara tinha fundos próprios para isso, ou seja, nós defendíamos isso há um ano e continuamos a defende-lo. E é um valor moral esta preocupação pelas pessoas e não nos podemos esquecer que atualmente as famílias portuguesas são altamente prejudicadas com a maior carga fiscal de sempre, ou seja, desde o Dr. Centeno ao Prof. João Leão até agora ao ex-autarca de Lisboa que tem a pasta das finanças, nós temos uma carga fiscal nunca antes vista. Com o aumento da inflação que estamos todos a sentir, as famílias não têm dinheiro suficiente para o que é básico. E aqui é que toca num ponto fundamental pelas pessoas, que é: nós podemos no poder local colmatar falhas do estado central. Não é uma decisão direta de um ponto para o outro, mas pode ser um sinal dado pelo poder local da preocupação da vida das pessoas. Por isso, se nós tivéssemos ganho nós tínhamos tido esta postura há um ano. Não ganhamos, no entanto, com esta apresentação feita pelo senhor deputado Alcino Martins, do Bloco de Esquerda, onde encontrou uma justificação legal que é a associação de contrato entre a Associação de Municípios de Terras de Santa Maria e a empresa ABB, o que nós vemos é que há aqui uma forma legal para haver uma suspensão do aumento e esta suspensão do aumento se tornar definitiva. Por isso, iremos votar favoravelmente a recomendação do Bloco de Esquerda. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Bruno Aragão**, do PS. =====

===== Sobre este ponto, mantenho exatamente o que disse sempre que discutimos esta matéria. A complexidade do processo de abastecimento de água e saneamento do concelho de Oliveira de Azeméis, das suas ETAR's e centros de tratamento, foi de tal forma que o momento a que chegamos permite tudo menos adjetivação. Já sobre esta matéria, em 2013 com efeitos em 2014, tomamos uma decisão que também foi floreada de uma determinada maneira e que teve a consequência que ainda hoje sabemos, inclusive, por arrasto de questões deste género. Mantenho exatamente aquilo que eu disse e que o PS tem defendido. A complexidade destas matérias exige

que sobre elas e pelos erros profundos que já foram cometidos e que oneram efetivamente os oliveirenses, oneram mesmo, essa decisão ainda hoje onera os oliveirenses, podemos mais uma vez tentar adjetivar, tentar florear, mas foi uma decisão nossa. Foi uma decisão de Oliveira de Azeméis, tomada num determinado momento, apesar de todos os avisos, que onerou e trouxe consequências profundas para a gestão deste município e para a capacidade de resposta deste município. E, por isso, com toda a tranquilidade nós vamos votar contra este tipo de moções, porque este tipo de matérias não é matéria mesmo para fazer utilização política ou partidária, porque a complexidade dela e aquilo que tem acontecido conduziu exatamente ao estado e à fase em que estamos. E quando eu vejo risos na audiência, a única coisa que me pode ocorrer é exatamente aquilo que eu disse ainda numa das últimas assembleias: senhor presidente da câmara, já temos 53% da rede de saneamento tratado. Senhor presidente da Câmara, ainda só temos 53%. E sobre esta matéria não tenho rigorosamente mais nada a dizer a não ser: vamos continuar a ser seríssimos na análise e no estudo destas matérias. Muito obrigado. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal.** =====*

===== Estava a pensar se o devia fazer. O senhor deputado o que foi ali fazer foi precisamente aquilo que me criticou, foi dizer que eu menti às pessoas e que não havia nenhum motivo para aumentar os tarifários, porque este investimento não previa nenhum aumento dos tarifários. Senhor deputado, no saudável exercício democrático que todos somos obrigados a fazer é obrigação da oposição fiscalizar a atividade camarária, é obrigação da oposição trabalhar com as forças vivas do concelho para desenvolver o território, é obrigação da oposição apresentar propostas alternativas que permitam solucionar os problemas que existem. Mas, esse exercício democrático só é saudável se nós formos rigorosos, se formos sérios e se fizermos essa oposição com elevação. E não é isso que o Bloco de Esquerda está aqui a fazer, ou se quisermos aquilo que o senhor deputado está aqui a fazer, porque efetivamente o senhor diz um conjunto de inverdades e fá-lo com uma sapiência divina que custa a perceber. Eu poderia deixar passar isso, porque efetivamente são tantas, são tantas, que eu poderia eventualmente dizer “realmente a falta de informação e a falta de preocupação com o rigor é de tal forma que nós objetivamente não devemos perder tempo com este tipo de coisas”. O senhor chega a omitir duas questões que são absolutamente determinantes neste processo. A primeira delas, é uma concessão da rede de água e saneamento a privados, que nos condiciona drasticamente na nossa ação. Uma concessão que nos primeiros seis anos de atividade previa em três anos aumentos substanciais do tarifário, 5% ao ano. Pois bem, não houve nenhum aumento do tarifário em resultado do aumento do saneamento, porque ele está suspenso. Se o senhor for perguntar aos oliveirenses se pagam muito pela água e saneamento a resposta que lhe vão dizer é sim, mesmo com o aumento do tarifário de saneamento suspenso. O senhor diz que esta operação de reabilitação não determinava um

aumento do custo de tratamento, foi isso que o senhor disse, não foi? Nós estamos a falar de uma operação de 9,5 milhões de euros, que tinha uma componente de serviço de 5,5 milhões de euros e uma componente de reabilitação: 2,2 milhões de euros para as ETAR's, 1,7 milhões de euros para os emissários. O senhor sabe como é que nós definimos o valor base para o custo de tratamento do m³ dos efluentes? Tem alguma ideia? O senhor diz que não havia razões para aumentar o tarifário e eu pergunto se o senhor sabe como é que foi definido o preço para o m³ de tratamento das águas residuais. Não sabe? Os 9,5 milhões de euros, era a verba que era necessária para a operação durante sete anos e para as operações de reabilitação. Estamos a falar de um valor que resulta dos 56.5 milhões de m³ de efluentes que nós tratamos por ano, se dividir os 9,5 milhões de euros pelo tais 56.5 milhões de m³ vai ver que resulta num valor de €0,1678/m³. Era este o valor que estava previsto pagar com este contrato que foi firmado em junho de 2017, foi outorgado em 2017, meses antes das eleições autárquicas e meses antes deste executivo assumir responsabilidades. Mas neste valor não havia revisão de preços, não havia encargos com recursos humanos, não havia inopinados, não havia assistência técnica, não havia rigorosamente nada. E por isso é que o valor chegou aos € 0,25/ m³, mais de três vezes os €0,0726/m³ que a câmara municipal pagava à Associação de Municípios Terras de Santa Maria pelo tratamento das águas residuais. E por isso é que se fala num aumento de 300% no custo do tratamento das águas residuais. É exatamente isto que se trata. Deixe-me só falar-lhe de uma ata, o senhor diz que não estavam previstos os aumentos, de outubro de 2018, nessa ata é dito o seguinte “tendo em vista a realização de um contrato interadministrativo de colaboração entre a Associação de Municípios de Terras de Santa Maria e os municípios que utilizam o sistema de tratamento de águas residuais, o senhor secretário geral apresentou os valores”, que determina exatamente os valores que lhe estou a dizer e diz assim sobre a posição dos senhores presidentes de câmara “O senhor presidente da câmara municipal de Oliveira de Azeméis informou que iria solicitar aos serviços da Câmara uma análise ao impacto que aqueles valores iriam provocar nos utilizadores, mas que à partida pensava em considerar o valor do custo contrato € 0,1678/ m³, o valor de revisão de preços € 0,0176/ m³ e valor de assistência técnica à gestão do contrato de €0,0040/ m³, o que perfaz um montante de € 0,1894/ m³”. Quanto aos restantes, o senhor vai ter oportunidade de ler, eu disse que “assumiria o encargo após os mesmos serem previamente validados pelo concelho diretivo”. “Os senhores presidentes das câmaras de Santa Maria da Feira e Vale de Cambra, secundaram a posição tomada pelo senhor presidente da câmara municipal de Oliveira de Azeméis. O senhor presidente da câmara municipal de São João da Madeira informou também que o valor a ser considerado no contrato interadministrativo de competências de São João da Madeira seria unicamente o relativo ao valor do custo do contrato com o prestador de serviços, ou seja, €0,1678/ m³, faze ao impacto destes custos no valor da tarifa a ser suportado pelos utilizadores. Quanto aos outros custos, somente assumiria o seu encargo após os mesmos serem previamente validados pelo concelho diretivo”. Isto para lhe dizer o quê? Se o senhor quiser podemos falar aqui de um conjunto de questões, não fosse a hora tão tardia,

para lhe dizer exatamente, uma por uma, como é que se desmonta as inverdades que o senhor profere. Eu vou-lhe citar apenas algumas, porque acho que são absolutamente relevantes. O senhor diz na sua informação que há um acordo de revogação transacional, que esse era o motivo para o aumento do tarifário, como o acordo foi revogado o senhor diz que já não há razão, já não há motivo para o aumento do tarifário. O senhor conhece os conteúdos do acordo de revogação transacional que foi feito com a empresa? Conhece o conteúdo? Sabe quais são os valores do custo de tratamento que a empresa exige, porque apesar do acordo de revogação o serviço tem que continuar a ser assegurado, as águas que são entregues têm que continuar a ser tratadas. O senhor sabe o valor que está lá no acordo, para dizer que o motivo desapareceu? O contrato foi extinto, mas tem que assegurar e continuar a assegurar o serviço e, portanto, tem que continuar a prestar o serviço de acordo com o valor que a empresa aceita continuar a prestar o serviço enquanto não se lança um concurso público para um novo prestador de serviço. O senhor atrevese a dizer, é uma afirmação sua, que dada a rutura que aconteceu na conduta, mesmo desconhecendo as condições técnicas em que a rutura aconteceu, mesmo desconhecendo o local onde a rutura aconteceu, o senhor garante que se o investimento tivesse sido feito nos emissários a rutura não tinha acontecido. E di-lo perentoriamente, mas apesar disso o senhor diz que as obras de requalificação que estavam previstas neste acordo que foi revogado não se iniciaram. Está enganado. Iniciaram-se, estão metade das obras feitas, cerca de 1,5 milhões de euros, quando deviam estar todas feitas e por isso é que se está a fazer este acordo de revogação transacional, porque a empresa incumpriu. Deixe-me dar-lhe aqui mais uma outra nota que eu considero que é muito importante: o senhor tem dito repetidamente, repetidamente, que os outros presidentes de câmara assumiram estes aumentos, acomodaram estes aumentos e não refletiram para os seus municípios e o senhor presidente de câmara malvado, que gosta de tratar mal os seus municípios foi o único que o fez. O senhor desconhece completamente a realidade que existe em cada um destes municípios. Uns tem uma concessão que resolveu o problema da rede de água e saneamento a 100% e tem mais pessoas a financiar o sistema o que permite que os tarifários sejam mais baratos. Outros têm uma empresa municipal onde tem a maioria do capital social, uma empresa municipal que liberta resultados que permitem acomodar os aumentos; outro município tem captações de águas próprias que lhe permite acomodar com a rentabilidade que lhe dão essas captações, esses aumentos. Mas deixe-me que lhe dê uma informação que é importante para que perceba que aquilo que está a dizer não faz sentido rigorosamente nenhum. O custo de tratamento que cada município paga depende do volume de caudal entregue. O município de São João de Madeira entrega mais de 3 milhões de m³; o município de Oliveira de Azeméis mais de 3 milhões de m³/ano; o de Vale de Cambra 900 mil, 1 milhão de m³/ano; o município da Feira 290 mil, 300 mil m³/ano. E, portanto, o que é que acontece? O município de São João de Madeira paga € 0,05 m³/tratado; o município de Oliveira de Azeméis paga € 0,07m³/tratado; o de Vale de Cambra paga € 0,199m³/tratado e o da Feira paga € 0,1327m³/tratado. Ora bem, quando nós estamos a falar de um tarifário que poderá evoluir para € 0,1678 percebe-se que o ponto de partida de

alguns municípios é completamente diferente dos outros. E para que perceba, isto para Vale de Cambra tem um impacto de € 46.000; para a Feira tem um impacto de € 112.000; para o município de Oliveira de Azeméis, nem vou falar para o de São João da Madeira, tem um impacto de € 560.000/ano. O senhor percebe a diferença? Percebe do que é que estamos a falar? Percebe que as outras organizações, os outros territórios, têm instrumentos que lhe permitem acomodar e nós estamos agarrados a uma concessão de rede de água e saneamento que nos retira total autonomia para nós podermos de uma forma ou outra influenciar os tarifários. E, portanto, aquilo que está a fazer é uma coisa completamente diferente: foi evitar estes € 0,1678 que se iriam transformar em € 0,25, arranjar uma solução para resolvermos da melhor maneira este problema que temos com a empresa e lançar um concurso público onde seguramente vamos ter valores de custo de tratamento que são diferentes daqueles que estamos habituados a pagar e sobre isso que não haja rigorosamente nenhuma dúvida. Agora, eu gostaria que ficasse claro para todos que têm sido passadas um conjunto de informações sobre esta matéria que corresponde a questões que não tem nenhuma ligação com a realidade. Infelizmente nós temos este problema para resolver, infelizmente temos ainda poucas pessoas no sistema, infelizmente não temos instrumentos que nos permitam acomodar muitas destas coisas. Podemos sempre fazer uma coisa, isso é óbvio, tem toda a razão, nós podemos suportar financeiramente todos os aumentos de tudo, embora não seja isso o que a lei diz, a lei diz que nós não podemos subsidiar o tarifário, nós devemos cobrar aos municípios exatamente o custo da operação e percebe-se porquê, para não acumularmos défices sucessivos nas diferentes respostas que asseguramos. Mas para além disso, independentemente disso, é evidente que há uma questão que todos nós entendemos, é que em primeiro lugar, eu pelo menos tenho essa preocupação e aceito que haja quem não a tenha, eu não quero comprometer os investimentos que estão em curso, não quero comprometer o atraso na resolução do problema e não quero comprometer, e isso para mim é muito importante, as gerações futuras. Eu não quero comprometer as gerações futuras e, portanto, eu tenho que ter a preocupação não de gerir com demagogia as coisas, mas gerir com todo o rigor as coisas e é isso que nós estamos a fazer. Portanto, não admito que o senhor venha para aqui dizer que eu menti, que não estava previsto neste contrato de junho de 2017, outorgado pelo meu antecessor, não estava previsto um aumento de saneamento porque estava previsto um aumento substancial de saneamento. E, portanto, do custo de saneamento, senhor deputado, que tem implicações diretas no tarifário. Depois deixe-me dizer-lhe aqui uma coisa: o senhor faz aqui uma afirmação que é uma afirmação que induz também nas pessoas e que não é assim que se deve fazer as coisas se queremos credibilizar a ação política. O senhor dá a entender que os € 0,57 são lucros líquidos da entidade, que a entidade não tem que pagar os recursos humanos, os custos de operação da atividade, que não tem que pagar o custo de tratamento à Associação de Municípios Terras de Santa Maria. É evidente que aquilo que fica para a Indagua é uma percentagem muito reduzida desses € 0,57 como é óbvio, mas não é isso que importa, o que importa é nós encontrarmos soluções para que se resolva, por um lado,

o problema do saneamento e depois com o aumento da rede de saneamento podermos influenciar positivamente o custo dos tarifários. É isso que nós estamos a procurar fazer. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Alcino Martins**, do B.E.. =====*

===== Eu queria que o senhor presidente da câmara informasse qual era o custo para a câmara municipal se fosse a câmara a suportar a despesa do contrato de operação e manutenção do sistema. Qual era o preço? E gostaria que me respondesse a outra situação: o que é que tem a ver a Indaqua com o contrato de operação e manutenção do sistema. A Indaqua vai continuar a receber € 270.000, o que é que tem a ver com o contrato? =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**. =====*

===== Senhor deputado, a Indaqua paga o serviço à Associação de Municípios Terras de Santa Maria. A Indaqua, todas as águas residuais que recolhe no sistema de baixa, entrega para tratamento ao sistema de alta que é da responsabilidade da Associação de Municípios Terras de Santa Maria e paga-lhe por isso. Se paga € 0,0726 e vai passar a pagar €0,1678 ou € 0,25, claro que replica no tarifário esse aumento do custo do tratamento e tem direito de fazê-lo, está previsto na concessão, tão simples quanto isso. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número vinte e um à votação - Moção de Recomendação Apresentada pelo Bloco de Esquerda “Operação, reabilitação e manutenção do sistema de tratamento de águas residuais da ASTSM”, celebrado em 14/06/2017 entre a AMTSM e a LUSÁGUA”, tendo sido rejeitada, por maioria, com a seguinte votação: A favor, 10 votos: oito (8) votos do PSD, um (1) voto do B.E., um (1) voto do CH; Contra, 23 votos: dezanove (19) votos do PS, um (1) voto do PSD, um (1) voto do CDS-PP, um (1) voto do Presidente de Junta da Freguesia de Cesar, um (1) voto da Presidente de Junta de Freguesia da União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca; Abstenções: dois (2) votos do PSD. =====

*== **2º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 23º DO REGIMENTO)** ==*

*===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do munícipe **Óscar Oliveira**. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Óscar Oliveira**, residente em Oliveira de Azeméis. =====*

=====
 ===== Cumprimentar o senhor presidente da assembleia municipal, as mesmas, senhor presidente da câmara municipal, senhores vereadores, eleitos da assembleia municipal, comunicação social, público aqui presente. Uma situação que já foi discutida em anteriores assembleias municipais e que está na ordem do dia e que tem a ver com a questão a desagregação das freguesias. Está em andamento um regime jurídico, que permite aos órgãos autárquicos, tanto das assembleias de freguesia como das competências da assembleia municipal, uma opinião política em relação a esta situação. Eu não vou aqui esmiuçar todo este processo. Quando foi discutida a agregação em 2012/2013, sei o posicionamento da assembleia da altura, mas na verdade estamos agora numa situação totalmente diferente. Todo o argumento político que foi colocado numa maior proximidade dos eleitos aos seus fregueses; da redução financeira, muito das exigências da troika e da União Monetária. Nós temos uma lei em vigor, foi aprovada em Assembleia da República, temos conhecimento de algumas movimentações em algumas assembleias de freguesia que pretendem esta reversão. Sei que numa assembleia da União de Freguesias de Nogueira do Cravo/ Pindelo houve uma decisão tomada, mas eu penso que os membros da assembleia municipal deviam ter uma decisão política. Eu gostaria de saber o posicionamento desta assembleia municipal quando esta questão passar para a assembleia municipal. Sei que também há movimentações em Travanca. Sei também que a câmara Municipal já discutiu esta situação com algumas freguesias. Não é só um problema de Oliveira de Azeméis, é de muitos outros concelhos. Na base da lei que está em vigor, qual é a posição política desta assembleia municipal quando esta questão for colocada? =====

=====
 ===== Antes de terminar, o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, propôs a aprovação por minuta da ata relativa à presente Sessão, sendo a mesma aprovada por unanimidade. =====

=====
 ===== Para terminar a Sessão o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** disse: =====

=====
 ===== Agradecer à Junta de Freguesia de Cucujães, ao seu executivo, aos seus funcionários, a todos os presentes, que contribuíram para a elevação e dignidade desta assembleia municipal. Muito obrigado. =====

=====
 ===== E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a Sessão, eram 23 horas e 30 minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos elementos da Mesa. =====

Presidente

Primeiro Secretário

Segundo Secretário